



Ayssa Yamaguti Norek

**“Uma estação no círculo do inferno”:
gênero e encarceramento de presas políticas no
Instituto Penal Talavera Bruce e no Presídio
Tiradentes (1968-1979)**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura do Departamento de História do Centro de Ciências Sociais da PUC-Rio.

Orientadora: Prof^ª. Larissa Rosa Corrêa

Rio de Janeiro

Julho/2020



Ayssa Yamaguti Norek

**“Uma estação no círculo do inferno”:
gênero e encarceramento de presas políticas no
Instituto Penal Talavera Bruce e no Presídio
Tiradentes (1968-1979)**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura do Departamento de História do Centro de Ciências Sociais da PUC-Rio. Aprovada pela comissão abaixo assinada.

Prof^a. Larissa Rosa Corrêa

Orientadora

Departamento de História - PUC-Rio

Prof^o. Diego Antonio Galeano

Departamento de História – PUC-Rio

Prof^a. Angela Moreira Domingues da Silva

CPDOC/FGV

Prof^o. James Naylor Green

History Department – Brown University

Rio de Janeiro, 10 de julho de 2020

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem a autorização da universidade, da autora e do orientador.

Ayssa Yamaguti Norek

Graduada em História pela Fundação Getulio Vargas (2018) e Ciências Sociais também pela Fundação Getulio Vargas (2019). Mestre em História Social da Cultura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) (2020) e Visiting Research Fellow na Brown University (2019). Tem experiência na área de História do Brasil Republicano, com ênfase em Ditadura Militar, História das Mulheres, estudos de gênero e encarceramento feminino.

Ficha Catalográfica

Norek, Ayssa Yamaguti

“Uma estação no círculo do inferno” : gênero e encarceramento de presas políticas no Instituto Penal Talavera Bruce e no Presídio Tiradentes (1968-1979) / Ayssa Yamaguti Norek ; orientadora: Larissa Rosa Corrêa. – 2020.

181 f. : il. color. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, 2020.

Inclui bibliografia

1. História – Teses. 2. História Social da Cultura – Teses. 3. Instituto Penal Talavera Bruce. 4. Presídio Tiradentes. 5. Ditadura Militar. 6. Estudos de gênero. 7. História das Mulheres. I. Corrêa, Larissa Rosa. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de História. III. Título.

CDD: 900

Dedicatória

A todas as mulheres em luta cujas vidas foram compartilhadas comigo, ou não.

Essa história é de vocês e para vocês.

Deixo aqui meu muito obrigada.

Agradecimentos

De alguma forma ou de outra, a poesia sempre passou de forma certa e sapeca por entre as linhas desta dissertação. E sempre me pareceu tão impressionante perceber como um período tão doloroso e cruel de nossa história recente poderia virar arte aos meus olhos (e aos olhos de tantos outros que, ainda sob as malhas da ditadura militar, ousaram criar poesias, músicas, filmes, peças, artes plásticas, entre outras inúmeras representações artísticas que nos tocam até hoje). Mas é um pouco redundante dizer que podemos encontrar poesia (no uso mais amplo da palavra) na arte, mesmo que nem todos sejam capazes de enxergar isso com tanta clareza (ou ainda de jeito algum). A poesia, para mim, foi encontrada antes de tudo nas palavras das tantas mulheres que viveram o que me propus a narrar. Foi através das trocas de olhares, sentimentos, carinho, confiança e, por fim, palavras que encontrei a arte do fazer histórico. O que vocês encontrarão nas páginas que se seguem é ainda muito pouco do mundo de histórias que podem ser contadas sobre a ditadura militar brasileira, mas é apenas um pouco da poesia que advém da força dessas mulheres que aceitaram abrir a caixa potente da sua memória para mim e para tantos outros que, como eu, decidiram perseguir parte dessa história. Por isso, o primeiro agradecimento vai para cada uma delas (e cito aqui o nome das que tive o grande prazer de entrevistar, mas todas devem se sentir contempladas): Ana, Guida, Lúcia, Cida, Eva, Rioco, Rosane, Ziléa e Priscila. Falar qualquer coisa é pouco para dizer o que sinto diante das nossas trocas, do quanto me inspiro em suas trajetórias de vida, e do quanto aprendi enquanto historiadora, militante e mulher. Vocês são a vida deste trabalho.

Agradeço também aos meus avós queridos, Tereza e Luiz, são as grandes estrelas dessa dissertação. Minha fonte de inspiração, as fofuras da minha vida me ensinaram que o amor é sim incondicional e que não há nada mais gostoso que o abraço dos avós quando o mundo parece girar ao contrário ao meu redor.

Aos meus tios maternos Fernando e Rosangela, meus segundos pais, que por tanto tempo compartilharam o mesmo teto que eu, e que moveram mundos e fundos de amor e carinho para que eu pudesse chegar até aqui.

Aos meus tios paternos Aneska e Riccardo e minha priminha Giuliana, que sempre me deram as palavras de apoio necessárias para o fim deste ciclo e de tantos outros que vieram antes deste. O amor de vocês foi essencial.

À minha querida orientadora Larissa, que me acompanhou durante todos os percalços que enfrentei para chegar neste exato momento e que sempre me ofereceu palavras de apoio e entendeu as limitações que a vida me impôs com tanto carinho e cuidado. Sem o seu olhar atento essa dissertação não teria acontecido.

Ao meu orientador da Brown University, James Green, por me proporcionar a melhor experiência acadêmica e pessoal de minha vida e por tanto me ensinar em apenas três meses de convívio. Obrigada pelas trocas ricas e por todo o apoio.

À CAPES e ao CNPq que me forneceram as bolsas sem as quais eu não teria conseguido concluir a pós-graduação, e ao CCCI que me proporcionou a oportunidade de ser *Visiting Research Fellow* na Brown University com uma bolsa-auxílio.

Aos funcionários do Departamento de História da PUC-Rio, em especial Edna, Cláudio, Igor e Débora, que sempre estiveram presentes e dispostos a ajudar com todos os perrengues que cercam a vida acadêmica, sempre com um sorriso no rosto e uma palavra de afeto que acalorava sempre meu coração.

Aos meus professores de PUC-Rio e FGV-Rio que sempre me apoiaram e trocaram conhecimento e carinho nessa trajetória de mestrado que vem sendo construída desde a graduação, em especial Angela Moreira (minha orientadora da vida), Diego Galeano, Ynaê Lopes e Marco Vannuchi.

Aos meus alunos do Pré-Vestibular Comunitário Vetor que me deram gás para continuar a trilhar esse caminho e sempre me ensinaram tanto de humanidade e carinho, e aos meus colegas professores que sempre me deram força para continuar.

Aos meus amigos, que fizeram a loucura de acreditar em mim e nessa empreitada que foi fazer mestrado junto com término de graduação, me jogar nos mares internacionais, fazer uma operação surpresa de emergência e pesquisar presídios. É humanamente impossível citar todos, mas preciso falar de alguns: Ingrid Brandão, Camilla La Pasta, Breno Barros, Mauro Machado, Lua Gill,

Caroline Façanha, Paula Caetano, Raquel Lemos, Aya Cheaito e todos meus amores da CAL (se eu for citar todos é capaz de eu escrever uma dissertação inteira só sobre vocês). Com um espaço especial para o meu grande presente do mestrado, Juliana Sabatinelli. Sem você, minha amiga, nada do que foi escrito daqui para a frente seria possível. Obrigada por compartilhar tantos momentos comigo e por essa amizade que nasceu de forma tão bonita e natural.

Ao Leonardo Martinelli, que chegou de repente na reta final deste processo, mas que desde então sempre esteve presente com abraços apertados, palavras de apoio e carinho incondicional.

Por fim, e mais importante, à minha irmã Beatriz e aos meus pais Kátia e Aldemar. Nenhuma palavra que eu diga aqui será suficiente para dizer a multidão de sentimentos que sinto ao falar essas palavras para vocês. Sem vocês, todos os descaminhos que tracei para chegar neste ponto não teriam sido possíveis. Obrigada por serem minha força e colo para onde corri sempre que precisei de descanso.

*não sou o silêncio
que quer dizer palavras
ou bater palmas
pras performances do acaso*

*sou um rio de palavras
peço um minuto de silêncios
pausas valsas calmas penadas
e um pouco de esquecimento*

*apenas um e eu posso deixar o espaço
e estrelar este teatro
que se chama tempo*

Leminski, *Caprichos & Relaxos*

Diz-se a um cego, Estás livre, abre-se-lhe a porta que o separava do mundo, Vai, estás livre, tornamos a dizer-lhe, e ele não vai, ficou ali parado no meio da rua, ele e os outros, estão assustados, não sabem para onde ir, é que não há comparação entre viver um labirinto racional, como é, por definição, um manicómio, e aventurar-se, sem mão de guia nem trela de cão, no labirinto dementado da cidade, onde a memória para nada servirá, pois apenas será capaz de mostrar a imagem dos lugares e não os caminhos para lá chegar.

Saramago, *Ensaio sobre a cegueira*

*As palavras escorrem como líquidos
lubrificando passagens ressentidas.*

Ana Cristina César, *Inéditos e dispersos*

Por muito tempo na história, “anônimo” era uma mulher.

Virginia Woolf

Resumo

NOREK, Ayssa Yamaguti. **“Uma estação no círculo do inferno”: gênero e encarceramento de presas políticas no Instituto Penal Talavera Bruce e no Presídio Tiradentes (1968-1979)**. Rio de Janeiro, 2020. 181 f. Dissertação de Mestrado - Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O circuito que esta dissertação desenha começa pelas mulheres presas e encarceradas por crimes considerados políticos, entre 1968 e 1979, em duas construções específicas, o Instituto Penal Talavera Bruce, no estado do Rio de Janeiro, e o Presídio Tiradentes, no estado de São Paulo, terminando nestas instituições carcerárias onde foram enclausuradas. Uma grande gama de elementos, contudo, entremeia tal percurso: o projeto político dessas mulheres e das organizações de esquerda revolucionária às quais se filiaram, a sociedade em que elas viviam e que gestava papéis de gênero extremamente específicos, e até a forma como o campo da História das Mulheres fornece lentes pelas quais a história delas é desenvolvida. Logo, o presente trabalho tem como objetivo analisar o encarceramento de presas políticas, abordando o momento de sua entrada no mundo das organizações revolucionárias de esquerda, e a sua passagem pelos órgãos da repressão como capítulos de sua vida. Dentro dos presídios, identifico as questões que envolvem gênero e aprisionamento num regime de exceção, de forma que possam ser compreendidas as diferenças de tratamento das mulheres encarceradas por crimes políticos em relação a um universo masculino que engloba, numa configuração mais imediata, o próprio espaço prisional e, depois, as relações simbólicas estabelecidas dentro da prisão. Insere-se aqui a adaptação da mulher a tais espaços elaborados para o gênero masculino, que não possuíam estrutura física para lidar com questões como a gravidez. Ao mesmo tempo, são perpassadas as diferenças de experiências – físicas e psicológicas – específicas ao aprisionamento feminino, traçando também paralelos com as presas comuns enclausuradas nos dois presídios.

Palavras-chave

Instituto Penal Talavera Bruce; Presídio Tiradentes; Ditadura Militar; Estudos de Gênero; História das Mulheres; Encarceramento feminino

Abstract

NOREK, Ayssa Yamaguti. **“A season in the circle of hell”: gender and the imprisonment of female political prisoners in the Talavera Bruce Penal Institute and Tiradentes Penitentiary (1968-1979).** Rio de Janeiro, 2020. 181 f. Msc. Dissertation - Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This master's thesis examines women who were arrested and imprisoned for crimes regarded as political between 1968 and 1979. These events took place in two specific venues: Talavera Bruce Penal Institute, in the state of Rio de Janeiro, and Tiradentes Penitentiary, in the state of São Paulo. A wide range of elements intertwine between their detention and their imprisonment in those two institutions. These events include their political projects and the different revolutionary left-wing organizations they joined, the society in which they lived that created extremely specific gender roles, and even the way in which the Women's History field provides the lenses through which this history is developed. Therefore, this dissertation aims to analyze the incarceration of these female political prisoners in these two prisons. I consider the moment they entered the world of revolutionary left-wing organizations and their passage through the organs of repression as chapters of their lives. Inside these prisons, I identify issues that relate gender and imprisonment in an exception regime, analyzing differences in the treatment of imprisoned women in relation to their male counterparts. Such differentiation includes the prison space itself and then the symbolic relations established in it. Here we can insert women's adaptation to an architectonic space projected for the male gender, which did not have a physical structure capable of encompassing typically female issues, such as pregnancy. Thereby, this work investigates the differences of experience – physical and psychological – related to female imprisonment. I also draw parallels between political and common female prisoners that were locked up in these two prisons.

Keywords

Talavera Bruce Penal Institute; Tiradentes Penitentiary; Military Dictatorship; Gender Studies; Women's History; Female imprisonment

Sumário

1.	7
<i>Introdução ou “as mulheres devem chorar... ou se unir contra a guerra”?</i>	7
2.	32
<i>Inferno, Purgatório e Céu das “Belas do Terror”: mulheres, projetos políticos e a prisão sob uma perspectiva de gênero</i>	32
2.1.	33
Sobre ser mulher e jovem durante a ditadura militar: dados e imagens	33
2.2.	41
O movimento estudantil, o início da vida política e, afinal, quem são as presas políticas?	41
2.3	54
<i>“Depois do Inferno, o Paraíso. Saboroso, caloroso e sorridente, pura esperança e muita ingenuidade. Minha também, confesso”.</i>	54
2.3.	67
Desconstruindo os padrões	67
3.	70
<i>As mulheres da “Torre das Donzelas”: Presídio Tiradentes e as presas políticas (1969-1973)</i>	70
3.1.	70
“Rapunzel, jogue suas tranças!” ou o que era a Torre das Donzelas?	70
3.2.	72
Escombros de memórias do cárcere: o Presídio Tiradentes (1852-1973)	72
3.3.	79
“Um pequeno aceno com o paraíso para quem já estava há alguns meses no inferno”	79
3.4.	96
<i>“Quem é essa mulher que canta sempre esse estribilho? Só queria embalar meu filho”</i>	96
4.	103
<i>Pavilhão II ou “Pavilhão das subversivas”: Instituto Penal Talavera Bruce e as presas políticas (1970-1979)</i>	103
4.1.	103
<i>“A prisão era um lugar horrível para se viver”:</i> Pavilhão das “Subversivas” e o Instituto Penal Talavera Bruce (1970-1979)	103
4.2.	112
<i>“Isto aqui é um Presídio e pra mim é mais que isto é Solitária”.</i>	112

4.3.	125
“Lutar pela vida é um dever e um direito que temos”.	125
4.4.	133
“Nunca quisemos que nossa filha fosse mini-prisioneira”	133
5.	147
<i>Conclusão ou “porém aqui eu escolhi viver, nada me resta senão olhar de frente”.</i>	147
6.	158
<i>Bibliografia</i>	158
7.	167
<i>Fontes</i>	167
8.	170
<i>Anexos</i>	170

Índice de Ilustrações

Figura 1: Presídio Tiradentes e a “Torre das Donzelas” (edificação redonda na parte traseira do presídio).	70
Figura 2: Portal de Pedra do Presídio Tiradentes.	73
Figura 3: Portal de Pedra do Presídio Tiradentes (2016).	74
Figura 4: Greve de fome de presos políticos no Presídio Tiradentes em 1972.	95
Figura 5: Cenas do curta-metragem Torre, Nádia Mangolini, 2017.	99
Figura 6: Jessie e Leta no Talavera Bruce em 1976.	142
Figura 7: Jessie, Colombo e Leta no Talavera Bruce em 1977. Imagem do livro “Infância Roubada” (2014).	143
Figura 8: Jessie com leta no colo, padre Renzo Rossi e Colombo no Talavera Bruce em 1977. Imagem do livro “Infância Roubada” (2014).	143
Figura 9: Jessie com Leta no colo na porta do Talavera Bruce no dia de sua soltura. 6 de fevereiro de 1979. Imagem do livro “Infância Roubada” (2014).	145

Lista de abreviaturas e siglas

AI – Ato Institucional

ALN – Ação Libertadora Nacional

AP – Ação Popular

BNM – Brasil: Nunca Mais

CACO – Centro Acadêmico Cândido de Oliveira

CAMDE – Campanha da Mulher pela Democracia

CENIMAR – Centro de Informações da Marinha

DA – Diretório Acadêmico

Desipe – Departamento Estadual do Sistema Penitenciário

DI's – Dissidências do Partido Comunista Brasileiro

DI-GB – Dissidência da Guanabara

DOI-CODI – Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna

DOPS – Departamento de Ordem Política e Social

FND – Faculdade Nacional de Direito

FNFi – Faculdade Nacional de Filosofia

GTA – Grupo Tático Armado

IPM – Inquérito Policial Militar

JUC – Juventude Universitária Católica

LIMDE – Liga da Mulher Democrática

MAF – Movimento de Arregimentação Feminina

MR-8 – Movimento Revolucionário 8 de Outubro

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

OBAN – Operação Bandeirantes

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PCBR – Partido Comunista Brasileiro Revolucionário

POC – Partido Operário Comunista

SUSIPE – Superintendência do Sistema Penitenciário

STM – Supremo Tribunal Militar

UDN – União Democrática Nacional

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UNE – União Nacional dos Estudantes

Var-Palmares – Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares

VPR – Vanguarda Popular Revolucionária

1.

Introdução ou “as mulheres devem chorar... ou se unir contra a guerra”?

Não é costumeiro dar um título à introdução da dissertação, mas não consegui resistir à possibilidade de incluir aqui algum traço de subversão. Não à toa meu objeto de estudo são as mulheres consideradas “subversivas” pela ditadura militar. Esse título também não surge sem propósito, pelo contrário, ele que vai unir o começo de minha explanação teórica.

O conteúdo do título surgiu de um texto escrito pela contista e romancista Virginia Woolf que consiste em uma carta fictícia escrita por uma missivista a um advogado inglês, ambos fictícios. Esse escrito surgiu como resposta a uma também fictícia carta enviada pelo advogado inglês na qual ele pergunta a opinião da missivista sobre qual seria a melhor maneira de se evitar a guerra. Na sua resposta, a missivista discorre sobre a guerra e o papel do homem e da mulher neste tipo de conflito. Claro que ela se referia, naquele momento, à Primeira Guerra Mundial, desenrolada entre os anos de 1914 e 1918 na Europa, envolvendo também todos os continentes do mundo. Aqui me refiro à ditadura militar, e tudo que nela aconteceu entre 1964 e 1985 no Brasil.

Mas esse título nos fornece uma reflexão: qual o papel das mulheres numa sociedade? Woolf nos mostra que existiam duas opções para as mulheres: chorar ou se unir contra a guerra. A autora, contudo, não utiliza a interrogação em seu título, este recurso foi uma escolha estilística com o objetivo único de dar uma ênfase maior ao ponto que gostaria de tratar nesta introdução. Chorar, nesse sentido, poderia ser entendido como uma escolha estática, isto é, de permanência dentro do seu “papel de mulher”, e até mesmo pode significar uma certa posição indefesa. As mulheres, portanto, deveriam chorar diante de um conflito armado de tais proporções. A outra opção, diametralmente oposta, seria se unir contra este conflito – masculino. A sociedade, claro, vê que a mulher só pode tomar a primeira opção, apassivadora no seu limite. Mas elas conseguiam ver um pouco mais de ação nelas mesmas.

A verdade é que estou adiantando certas reflexões que aparecerão posteriormente nesse trabalho: o papel da mulher na sociedade, os conflitos que se desenvolveram dentro de um regime de exceção, e a escolha das mulheres de se oporem a algo. Porém, a escolha do título, como disse, nada tem de fortuito. A interseção entre *história enquanto ciência* e *história enquanto ficção/narrativa*¹ pode nos ser útil para entender esse trabalho. Para isso, é importante compreender que toda história tem começo, meio e fim. Assim como toda história se passa em determinado lugar no tempo e tem como “vidente” um ou mais sujeitos.

Se formos levar em consideração somente o terreno da disciplina História, vemos que a palavra *história*, do grego antigo *ἱστορία*, significa “pesquisa” e “conhecimento advindo da investigação”. Ou, como Marc Bloch chega à conclusão no livro “Apologia da História ou O Ofício de Historiador”, diante da pergunta que suscitou todos os seus debates feita por seu filho, “papai, então me explica para que serve a história?”, a História nada mais é do que a “*ciência dos homens no tempo*”.

Um último elemento, contudo, deve ser incluído a esta importante visão da disciplina. De fato, são os homens que a História procura agarrar com o seu desenvolvimento. O tempo é, também, “*o próprio plasma em que se engastam os fenômenos e como o lugar de sua inteligibilidade*” (BLOCH, 2001, p. 55). Mas há, ainda, um terceiro elemento que deve ser levado em consideração: o espaço. Afinal, um determinado sujeito em determinado espaço temporal delimitado realiza um feito que, posteriormente, será entendido dentro da narrativa histórica. Esse feito, contudo, não existe sem um lugar, seja ele físico, metafísico ou mental. Ele acontece em um ou mais espaços. Proponho aqui, portanto, a História enquanto uma *ciência dos homens enquanto humanidade no tempo e no espaço*,

¹ A própria jogada do título da dissertação “*Uma estação no círculo do inferno*” estabelece esse elo entre os dois tipos de história. Sendo uma historiadora e cientista social, me proponho a fazer um trabalho de história ciência nesta etapa acadêmica de minha jornada. Contudo, não existe uma forma (para mim) de fazer isto sem utilizar um título um tanto quanto literário. Círculo do inferno vem de Dante Alighieri com a sua “Divina Comédia” que descreveu nove círculos concêntricos do inferno, cada qual com seu mal a ser expiado. Já a estação, que aqui pode ser tanto do ano (primavera, verão, outono e inverno) quanto de um trem, vem do livro de Arthur Rimbaud intitulado “Uma estação no inferno”. Esse título se ancora também na parte científica de minha história. No livro de Ferreira (1996, p. 162), Milena [nome fictício] descreve os órgãos de repressão como “*os mais baixos degraus do inferno*”. Estes eram os locais onde a tortura era constantemente utilizada. A prisão, por outro lado, levando em consideração essa afirmativa dela, poderia ser vista como um degrau um pouco mais alto do inferno, onde a tortura não acontecia, mas ainda assim elas deveriam “expiar seus pecados”. Todas essas ideias aqui apresentadas, incluindo o título da dissertação, serão retomadas num ponto posterior deste trabalho.

seguindo os métodos históricos consagrados desde a Escola dos Annales. Seguindo essa linha de pensamento, todos esses elementos aqui citados – homem enquanto humanidade, tempo e espaço – são importantes na conexão deste trabalho.

Adentrando o terreno da literatura, a História enquanto narrativa/ficção nos mostra outras questões, muitas delas similares às da História enquanto ciência. Tal qual a ciência, a narrativa/ficção também possui um ou mais sujeitos definidos, se desenrola em determinado lugar (seja ele plural ou não) e está localizada em um ponto específico do tempo (seja ele múltiplo ou não). E é nisto, portanto, que ciência e narrativa/ficção se cruzam. Para continuar nessa linha de pensamento, então, se faz necessária a discussão do que entendemos por “real” enquanto categoria de ambas as disciplinas. Pretendo ser breve nesta discussão, a fim de abordar logo em seguida como História ciência e História narrativa/ficção (que a partir daqui tratarei como *Literatura*) se complementam, entre si, e neste trabalho.

O real nada mais é do que aquilo que observamos, sentimos e interpretamos. E é através do *imaginário* que conseguimos encontrar “*formas de ver, sentir e expressar o real dos tempos passados*” (PESAVENTO, 2006, p. 2), ou seja, que conseguimos formular nosso sistema de representações sobre o mundo, sejam eles de ordem racional e conceitual (advindas do conhecimento científico) ou da ordem das sensibilidade e das emoções (advindas do conhecimento sensível). Nesse sentido,

História e literatura correspondem a narrativas explicativas do real que se renovam no tempo e no espaço, mas que são dotadas de um traço de permanência ancestral: os homens, desde sempre, expressaram pela linguagem o mundo do visto e do não visto, através das suas diferentes formas: a oralidade, a escrita, a imagem, a música (PESAVENTO, 2006, p. 2).

Assim, a função do historiador é muito parecida com a do “literato” e/ou “escritor”. Ele elabora versões possíveis do acontecido, versões aproximadas, através da utilização da verossimilhança. O trabalho dele é elaborado a partir de fragmentos, como se fosse um detetive por profissão. Quem escreve a literatura – narrativa/ficção – também trabalha como um detetive através de fragmentos compostos por personagens, locais e tempos históricos. Ficção, de acordo com Carlo Ginzburg (2007), advém de *fictio*. Esta palavra, por sua vez, possui ligação com *figulus*, em latim, que significa oleiro; o oleiro é justamente um indivíduo

que cria determinado objeto a partir de algo, isto é, uma matéria-prima. Tanto o historiador quanto o “literato” fazem a mesma coisa, só que o historiador utiliza obrigatoriamente fontes primárias e secundárias para explicar “como” determinado fato aconteceu, tentando dar um caráter de veracidade a ele. Nesse sentido, as fontes utilizadas pelo historiador, como propõe a historiografia atual já muito embasada pelo campo, não representam o que de fato aconteceu, mas apenas nos fornece rastros para chegar a uma verossimilhança do tempo passado e transcorrido. Através disso o historiador pode *colocar em ficção* ou *narrativizar* a experiência histórica. Esta elucidação complementa, assim, a forma como o arqueólogo e historiador Paul Veyne entende a história: como um “*romance verdadeiro*” (VEYNE, 1998, p. 10).

Mas, em princípio, o texto literário precisa, ele também, ser convincente e articulado, estabelecendo uma coerência e dando impressão de verdade. Escritores de ficção também contextualizam seus personagens, ambientes e acontecimentos para que recebam aval do público leitor (PESAVENTO, 2006, p. 6).

Ao responder o “como”, o historiador adentra o campo da ficção, do verossimilhante e da narrativa enquanto forma dada ao conteúdo adquirido por meio das fontes, quaisquer que elas sejam. A Literatura, por outro lado, ou a história como narrativa/ficção, adentra os meandros da história como ciência apresentando, em comum, os três elos que se interconectam com a história que pretendo contar nas próximas páginas: o sujeito, o espaço e o tempo. O *sujeito* é aqui representado pelas mulheres que foram encarceradas no Instituto Penal Talavera Bruce e no Presídio Tiradentes. O *espaço* é a prisão enquanto instituição de restrição que servia, também, aos propósitos do *tempo* específico que trabalho, a ditadura militar. O que será remontado e narrado aqui acontecerá como a ciência delimita, mas também como a literatura se constrói.

É a partir dessa reflexão que dou o pontapé inicial do trabalho, dividindo-o nos seus dois grandes eixos centrais: primeiro as mulheres e depois as prisões. Sem a existência desses dois objetos de pesquisa, a presente dissertação não poderia ser desenvolvida. A ditadura militar aparece como um exercício de memória política para as minhas discussões, é um item essencial sem o qual nada disso aconteceria, mas é apenas o meio pelo qual a realidade das discussões que

proponho se disseminaram. Parto então para o primeiro item do debate: as *mulheres*.

A introdução deste trabalho, portanto, se centra no aspecto que o unifica, isto é, no grupo social que historicamente foi relegado a certas posições subalternas, e cuja definição na maior parte das vezes se deu de forma restrita, e até mesmo “natural”: as mulheres. Nesse sentido, parto do pressuposto – a luz do pensamento do historiador E. P. Thompson – de que a História é feita por indivíduos e de que estes são agentes de transformação social e histórica. As mulheres, dentro dessa chave, são os indivíduos que dão forma à história que procuro reconstruir e são elas que compõem, em última instância, as instituições que decidi estudar: os presídios Instituto Penal Talavera Bruce no Rio de Janeiro e Tiradentes em São Paulo.

Logo, a primeira pergunta a ser desenvolvida é “*o que é uma mulher*”? O primeiro arco de debate parte da análise da categoria “mulher”. Durante a ditadura militar, esta categoria era frequentemente mobilizada pelos militares, pela sociedade e até mesmo pelas próprias presas políticas. Era, portanto, uma categoria em constante disputa ao mesmo tempo em que o movimento de mulheres no Brasil nas décadas de 1970 e 1980 estava se estruturando e agindo cada vez mais, sendo, segundo Sonia E. Alvarez (1990, p. 3), o maior, o mais radical, o mais diverso e o de maior sucesso da América Latina.

Para lidarmos com essa categoria – ainda mais quando esta se aproxima de outras duas que a definem de diversas formas, gênero e sexo – precisamos entender que não há uma resposta única e definitiva do que é uma mulher, e que não ofertarei essa resposta em minhas discussões. O que farei é procurar entender de que forma a mulher é compreendida entre 1968 e 1979, sobretudo a mulher enclausurada na condição de presa política. Nesse sentido, não pretendo discutir aqui a categoria ‘mulher’ como a-histórica, auto evidente e/ou eterna.

A mulher é um ser social, criado numa sociedade específica e por essa sociedade. Como as sociedades diferem, assim ocorre também com as mulheres. É fácil esquecer disso e ver a “mulher” como uma categoria eterna e imutável. (...) Eu afirmaria, ao contrário, que as mulheres e os homens (...) são todos qualitativamente diferentes em diferentes tempos e lugares (MATTHEWS, 1984 apud STRATHERN, 2006, p. 16).

As palavras de Jill Matthews (1984) nos mostram que é crucial refletirmos acerca da utilização das categorias *mulheres*, *gênero* e *sexo*. Somente torná-las visíveis e utilizá-las não dá conta da imensidão de significados que elas detêm; é necessário, antes de tudo, historicizá-las e apresentar um exame crítico das mesmas, principalmente porque na maior parte das vezes elas são tomadas como óbvias pela história (SCOTT, 1998, pp. 304-305). Logo, é através dessas diferenças de circunstâncias – ou mais precisamente – de contextos a forma com que devemos analisar o significado de “*tornar-se mulher*”².

Seguindo esta linha de pensamento, tanto Thomas W. Laqueur (2001), quanto Marilyn Strathern (2006) e Joan W. Scott (1998), apresentam uma visão de conceitos e de categorias como frutos de um contexto, de uma situação histórica específica e, além disso, introduzem a dificuldade de pressupor modelos e/ou molduras específicos a ambos; sendo, portanto, sempre necessário situar as categorias no tempo e no espaço. No campo de História das Mulheres, dentro desse cenário, política e saber estão entrelaçados, de forma que o saber sempre será perspectivo, não podendo ser generalizado. Dessa forma, tudo que constitui o objeto do pesquisador é contextual, incluindo neste ponto a sua narrativa histórica – “*o sexo, como o ser humano, é contextual*” (LAQUEUR, 2001, p. 27)³. Ao mesmo tempo, Laqueur argumenta que o é corpo privado, incluso e estável, e que dá sustentação à diferença sexual na modernidade, “*é também produto de momentos específicos, históricos e culturais*” (Idem).

Logo, a discussão que será proposta na dissertação está envolta dentro do que significa ser mulher em um período e lugar específicos. Levando em consideração o que foi aqui exposto, o meu estudo compreende, portanto, dois

² Ainda, é importante ser dito que, devido ao recorte que esta dissertação se propõe a estudar (mulheres encarceradas como *presas políticas*) a ideia de mulher que está sendo discutida não é a mesma que outras autoras e autores que estudam gênero sob uma perspectiva de raça (e classe) apresentam e debatem à fundo. Minhas referências são, nesse sentido, muito centradas nas mulheres que estou estudando e que nas próximas páginas serão descritas com riqueza de detalhes, isto é, mulheres que não estão inseridas dentro de um recorte interseccional que dê conta de outras categorias, como “raça”.

³ É importante ressaltar que o intuito de Laqueur é entender a criação do sexo. Segundo ele, “(...) desejo mostrar, com base em evidência histórica, que quase tudo que se queira dizer sobre sexo – de qualquer forma que o sexo seja compreendido – já contém em si uma reivindicação sobre gênero. O sexo (...) é situacional; é explicável apenas dentro do contexto da luta sobre gênero e poder” (LAQUEUR, 2001, p. 23). De qualquer forma, seu intuito completa a análise aqui proposta, visto que a perspectiva situacional do sexo – em interseção com o gênero e o poder – é o caminho que pretendo percorrer ao entender o caráter político, social e cultural da prisão das mulheres que estudo. Ademais, o próprio conceito de gênero de Joan Scott (1986) é formulado a partir das diferenças culturais em relação aos sexos – feminino e masculino; homem e mulher.

movimentos: (i) como a categoria *mulher* foi mobilizada pelos militares e/ou agentes da repressão na ditadura militar como um todo, e mais especificamente dentro dos presídios, e (ii) a experiência pessoal e inalienável dessas mulheres dentro do sistema repressivo no que concerne a sua definição enquanto mulher. Para isso, preciso apresentar a dupla transgressão exercida pelas presas políticas ao se insurgirem contra a ditadura.

Continuando nesta linha de pensamento, outra categoria – já citada e brevemente abordada aqui – que salta aos olhos e ajuda a estruturar o que é ser – ou tornar-se – mulher, é o *gênero*. Com base nesta categoria, dei início a um outro tipo de reflexão. Uma vez decidido o meu ponto de partida, comecei a repensar a forma como pretendo utilizar a categoria de *gênero* em minhas discussões, tentando me apartar de análises que pudessem essencializar a utilização deste conceito. A partir destas reflexões, sobretudo a utilização de *gênero* como uma categoria analítica histórica proposta por Scott (1986), estabeleci como ponto importante as relações de poder que esse conceito incorpora:

O gênero, para Joan Scott, não é uma categoria mediadora entre a diferença biológica fixa de um lado e as relações sociais historicamente contingentes de outro. O gênero inclui tanto a biologia quanto a sociedade: “um elemento constitutivo das relações sociais baseadas em *diferenças aceitas entre os sexos...* uma forma básica de *expressar* relações de poder” (LAQUEUR, 2001, p. 24).

Nesse sentido, a dicotomia do masculino/feminino e a sua hierarquização constitui uma relação de poder. Complementando a discussão sobre a análise da categoria *mulher* como contextual, utilizar *gênero* é compreender que não existem referenciais fixos ou pré-definidos sobre “homens” e “mulheres”, mas que suas definições são estabelecidas de acordo com o contexto e com a situação em que estão sendo utilizados. Ademais, *gênero* pressupõe que “homens” e “mulheres”, assim como “masculinidade” e “feminilidade” são ideais estabelecidos na sociedade que regulam as ações humanas, e as diferenças percebidas entre eles são apresentadas “*a partir de uma norma presumida (e muitas vezes não explicitada)*” (SCOTT, 1998, p. 298). Por último, é importante ressaltar a forma como o “*gênero sublinha o aspecto relacional entre homens e mulheres, ou seja, nenhuma compreensão de qualquer um dos dois pode existir através de um estudo que os considere totalmente em separado*” (SOIHET, 1997, p. 101).

É possível encontrar, ainda, um terreno comum a toda discussão até aqui empreendida, principalmente levando em consideração que as protagonistas desta narrativa são mulheres enclausuradas pelo caráter político – em sentido restrito e amplo – de suas vidas. Seguindo a linha de Strathern (2006), o terreno comum das diversas perspectivas que não podem ser substituídas umas pelas outras é a *experiência*. *Experiência* é um conceito amplamente debatido pelo historiador inglês E. P. Thompson, tendo sido fruto de reflexões posteriores da historiadora americana Joan Scott. É importante ressaltar, contudo, que para Thompson a ideia de experiência está intimamente vinculada à formação da classe operária inglesa. Dessa forma, não dá para se pensar o conceito de experiência desvinculado do conceito de classe. Joan Scott, por outro lado, advoga um olhar diferente sobre esses dois conceitos, criticando a utilização de ambos por Thompson justamente por não aprofundar sua visão acerca da experiência de classe com base nas diversidades de gênero e nas diferenças que o conceito de *gênero* nos fornece nas análises. É nesse sentido que o presente projeto se inclui: o de articular esses conceitos e elementos propostos pelos dois autores na análise do objeto aqui proposto.

Retomando o que disse anteriormente, a História é feita de indivíduos e os indivíduos que constroem a História sob a qual me debrucei são as mulheres. Dessa forma, lidar com as suas experiências é crucial. Gostaria, então, de descartar modelos fictícios que estruturam a narrativa e que alijam os agentes da história. Por esse motivo, e em consonância a esse pensamento, procurei debater brevemente as categorias *mulher* e *gênero*, de forma a dessencializá-las e mostrar que estas não são modelos a se seguir, não são moldes fechados. Seguindo a linha de Scott (1998), procuro mostrar que

a história é uma cronologia que torna as experiências visíveis, mas na qual as categorias aparecem, entretanto, como a-históricas: desejo, homossexualidade, feminilidade, masculinidade, sexo, e mesmo práticas sexuais tornam-se de tal modo entidades fixas, vivenciadas através do tempo, mas que não são em si próprias historicizadas (SCOTT, 1998, p. 303).

A chave para Scott é, portanto, a historicização da experiência. Tornar a experiência visível, somente, não é a solução. Segundo a autora, os indivíduos não têm a experiência, mas são constituídos pela experiência. Ela propõe, então, o

exame crítico de todas as categorias tomadas como óbvias, dentre elas a ‘experiência’.

Já, para Thompson, a categoria *experiência* significa o “*ser social*” (SCOTT, 1998, p. 309) e, mais do que isso, as experiências são processadas no âmbito do pensamento – como ideias – e também como sentimento. Esse tipo de análise permite que Thompson utilize a ideia de agente. No uso que Thompson faz do termo, a experiência é o início de um processo que culmina na realização e na articulação da consciência social, nesse caso uma identidade comum de classe. Ela cumpre função integradora, unindo o individual e o estrutural, e aproximando pessoas diversas naquele todo coerente (totalizante) que tem um sentido distinto de classe. “‘*Experiência*’ foi (nós descobrimos), em última instância, gerada na ‘*vida material*’; estruturada em termos de classe e, conseqüentemente, o ‘*ser social*’ determinou a ‘*consciência social*’” (SCOTT, 1998, p. 310).

Somando isto à noção de história como processo – articulando passado, presente e futuro – do autor, percebo que não podemos deixar de lado a agência dos indivíduos através de generalizações da história. Para não correr o risco de tornar a história apenas a história dos vencedores – aqueles que dominam. Esse não é o objetivo do presente trabalho e das minhas reflexões posteriores. Pretendo entender a experiência prisional dessas mulheres a partir do processo e do contexto social em que elas estavam inseridas. De forma a compreender a experiência como “*a resposta mental a emocional (...) de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento*” (THOMPSON, 1981, p. 15) – sendo este o lugar em que a experiência e o pensamento estão sempre conectados.

Com isso chego a um ponto importante de ser ressaltado: a temporalidade desta pesquisa. Gostaria de elucidar que o recorte temporal de 1968 a 1979 compreende o período no qual cada um dos presídios recebeu presos políticos. O Presídio Tiradentes recebeu presos políticos entre 1968 e 1973, a primeira mulher entrou no início de 1969, e o Instituto Penal Talavera Bruce entre 1970 e 1979, onde as últimas presas saíram após a promulgação da Lei de Anistia. Mas não só isso; uma vez que estudo somente as mulheres que foram enclausuradas dentre os muros desses dois presídios, e não todas as outras que foram vítimas da ditadura militar (algumas delas citadas aqui neste tópico), não tenho como fugir de uma

certa historiografia fechada e restrita que concentra o período entre o AI-5 e a Lei de Anistia. A escolha desta periodização, contudo, não tem o objetivo de endossar essa historiografia; pelo contrário, tem como propósito complementar os dois eixos centrais deste trabalho: as mulheres e os presídios.

Continuando, a experiência aqui trabalhada advém de um grupo específico há muito intitulado sob uma categoria entendida quase de forma homogênea, mas que possui em si diversas particularidades. Refiro-me aos conhecidos *presos políticos* que, no universo feminino, são objeto de meu trabalho. Este grupo específico era quase desconhecido durante boa parte da monarquia liberal, “*mas são logo percebidos nas prisões republicanas*” (BRETAS, 2017, p. 196). A existência, cada vez mais presente na república, também trouxe à tona a sua diferenciação de outro grupo e categoria presente na instituição dos presídios, os *presos comuns*. Segundo Priscila Sobrinho de Oliveira (2018)⁴, a designação de *preso político* advém da criminalização da prática de militância. Os indivíduos categorizados dentro deste campo, em geral, consideravam injusta a criminalização do exercício do seu direito político de cidadãos. Para finalizar essa discussão, de acordo com Elizabeth Sussekind (2014, p. 8),

os presos políticos eram os acusados ou condenados por infração à Lei de Segurança Nacional⁵ em vigor, ou ao Código Penal Militar. Ainda nessa categoria estavam não só membros de organização política de esquerda, mas também meros simpatizantes, apoiadores, ou, mesmo familiares de supostos militares. Na população de presos comuns passou a haver uma categoria juridicamente discutível (...): os presos comuns acusados por roubos a bancos, entre 1969 e 1979, durante a vigência da Lei de Segurança Nacional de 1969.

Dentro das prisões, a prática de defender ativamente uma ou mais causas políticas não ficava de fora de suas vidas, fazendo com que este espaço se tornasse também um local de socialização da militância. Era lá dentro que se formavam os conhecidos “coletivos” (ou seja, um conjunto de indivíduos presos pelo mesmo motivo que continuavam a exercer seus direitos políticos mesmo em períodos de

⁴ Através da dissertação intitulada “Trajetórias de encarceramento nas memórias de presos políticos no Brasil nas décadas de 1930 e 1940”, Oliveira (2018) nos fornece algumas percepções sobre ambas as categorias (presos políticos e presos comuns), pensadas a partir das prisões decorrentes do Levante Comunista de 1935.

⁵ Ainda seguindo Sussekind (2014, p. 8), “a Lei de Segurança Nacional teve algumas edições: (...) a Lei 1.802 de 5 de janeiro de 1953; o Decreto-Lei 314 de 13 de março de 1967; o Decreto-Lei 898 de 29 de setembro de 1969”.

restrição física) que tinham como objetivo organizar – através da política – a nova vida intramuros que levavam. A organização de coletivos de presos políticos, contudo, abria espaço para a construção de um *outro* diferente deles em muitos sentidos (políticos e não), o *preso comum*.

Ainda de acordo com Oliveira (2018), enquanto a prática política era vista como heroica e condizente com as urgências da sociedade em que viviam durante o governo e a ditadura de Vargas (1930-1945), a prática de crimes comuns decorria de uma ausência de caráter por parte desse outro tipo de preso, visão que acabou levando a uma total separação física entre essas duas categorias, proposta pelos próprios presos políticos.

Dentro dos presídios femininos, o entendimento da categoria de *presas políticas* aparece de outra forma, quando comparada aos homens na mesma condição, mas ainda assim há uma separação pungente entre os crimes tipificados como políticos e os crimes tipificados como comuns. Boa parte dessa diferença aparece porque naquele momento ainda não era tão comum ver mulheres presas por razões políticas. Antes disso, existiram alguns casos de mulheres presas durante a Ditadura Vargas (1937-1945) e também em 1935, mas o que se altera de um período para o outro é a quantidade, a organização e a sistematização das prisões que só acontece na ditadura militar (QUADRAT; GÓIS, 2008, p. 23). Por esse motivo, a separação entre presas políticas e presas comuns e o entendimento dessas categorias por parte dessas mulheres e da própria ditadura militar foi se construindo de forma mais gradual, havendo por parte do regime um grande temor de mobilização das presas comuns por parte das presas políticas.

Vivendo sob o signo de um regime autoritário e ditatorial que perpetrava inúmeros abusos e tinha uma lógica de limpeza interna e preservação da segurança nacional, deu-se início, no Brasil, a uma espécie de caça às bruxas que tinha como fim expurgar os “comunistas” do aparelho do Estado, da cidade e do campo, e de todo o território nacional brasileiro. Diante desse cenário, não é de se estranhar que uma parcela da população brasileira se movimentasse para fazer oposição à ditadura implantada e, de forma mais drástica, pôr a baixo a estrutura gerida pelos militares. Desde 1964, portanto, grupos de esquerda foram se organizando com esse objetivo e, no fim da década, muitos acabaram aderindo à

luta armada. Eram nesses grupos que as mulheres que serão aqui estudadas atuavam, na maior parte das vezes em postos que não eram de liderança.

O número minoritário de mulheres em postos de liderança das organizações de esquerda tinha a ver, frequentemente, com a forma como a sociedade brasileira se estruturava no momento. Segundo Vera Silvia Magalhães, militante da Dissidência da Guanabara do MR-8, em entrevista concedida ao livro “Mulheres que foram à luta armada”, isso acontecia por causa do machismo: “*eu era a única mulher no meio de sete homens. Fiz um puta esforço para chegar lá [na direção]. A minha militância política foi uma batalha, porque, além de tudo, havia o preconceito machista*” (CARVALHO, 2003, p. 172). Segundo James Green (2012, p. 77),

algumas mulheres podem ter conseguido papéis de liderança. Mas, na mesma medida em que isso foi possível, foi devido à sua masculinização. Elas tiveram que lutar muito, chegando a serem agressivas em debates e, como Vera lembrou, tiveram que ser capazes de colocar o seu “pau na mesa”, como os outros caras.

Estou começando a tratar, portanto, do que entendemos como *mulheres* no Brasil e o que a sociedade brasileira entendia como o papel designado diretamente a elas. Incluo, neste momento, as que eram presas políticas ou não, ligadas à militância ou não, e em breve passarei somente a lidar com as mulheres militantes encarceradas no Instituto Penal Talavera Bruce e no Presídio Tiradentes entre 1968 e 1979. O que mostrarei nas próximas páginas é como a subversão das mulheres ia além do ambiente político *per se*, visto que este, antes de tudo, não era seu por direito; ou seja, veremos como essas mulheres ali nas décadas de 1960 e 1970 transgrediam, e muito, o papel de gênero que deveriam exercer.

Para isso, é importante elucidar que o machismo difundido na sociedade brasileira da época, segundo Alvarez (1990), era sancionado pelo Estado e santificado pela Igreja. No restante da América Latina não era diferente, visto que as ditaduras militares difundidas na região se baseavam na manipulação de valores familiares e no reforço da concepção de “esfera própria” das mulheres. A ameaça comunista, neste sentido, não era apenas um perigo à segurança nacional brasileira, mas também à família tradicional que historicamente estava no centro das relações de poder.

Os homens que encenaram o golpe de direita brasileiro de abril de 1964, por exemplo, recorreram às mulheres e ao simbolismo da família para amenizar e justificar sua apreensão ilegal do poder do Estado. Apelando para o compromisso “inato” das mulheres com a família, a moralidade e a ordem social, a Direita Brasileira ordenou às “mulheres do Brasil” que se organizassem contra o governo democraticamente eleito de João Goulart [tradução nossa] (ALVAREZ, 1990, p. 5).

Ao lado disso, as mulheres conservadoras de classe-média, conhecidas como “mulheres do Brasil”, que integravam os movimentos Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), Liga da Mulher Democrática (LIMDE) e Movimento de Arregimentação Feminina (MAF), pediam que os militares cumprissem seus “deveres de homens” para restaurar a ordem e a estabilidade da nação.

Mas essas pretensas heroínas logo recuaram da cena política. Quando a nova coalizão dominante distribuiu o poder político, as mulheres de CAMDE, LIMDE e MAF foram ignoradas – enviadas de volta à cozinha. No entanto, o estoque tradicional de imagens femininas e toda a gama de “valores morais, cristãos e familiares” que serviram de base para a mobilização de mulheres da direita contra Goulart não foram abandonadas pelos novos governantes militares e, de fato, tornaram-se as bases para a ideologia de gênero do novo regime autoritário. De fato, os golpistas brasileiros estabeleceram um novo padrão modal para a política reacionária de gênero no Cone Sul [tradução nossa] (ALVAREZ, 1990, p. 6).

Essas organizações femininas foram fundamentais para o golpe de 1964, associadas em geral ao Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais e ao Instituto Brasileiro de Ação Democrática, mais conhecidos como complexo IPES/IBAD. Logo, elas “*desempenharam papel de destaque no processo de mobilização, reiterando os padrões conservadores vigentes sobre a função da mulher na sociedade*” (RIDENTI, 2010, p. 199). As mulheres que delas faziam parte alcançavam, através de sua decisão de ultrapassar os muros da casa, um local ainda não ocupado devidamente por elas: as ruas e as praças públicas⁶.

Ao mesmo tempo, as ideias de *moralidade* e *família* eram, para o regime, fundamentos basilares para o seu funcionamento. Este fato somente endurecia o local que a mulher deveria ocupar na sociedade. Desde a década de 1950, a família urbana havia se tornado o protótipo universal a ser seguido, tendo como epicentro o relacionamento doméstico e a tríade pai-mãe-progenitura (MORAES,

⁶ “É a ‘mulher-mãe-dona-de-casa-brasileira’ que anuncia à nação, com grande estardalhaço, sua disposição de deixar a proteção do lar e se lançar às ruas e praças públicas” (SIMÕES, 1985, p. 26-27).

2003, p. 497). Ao mesmo tempo, o trabalho doméstico, anteriormente entendido também como ocupação econômica, passou a ser visto somente como uma atividade privada.

Mesmo que ao lado disso estivessem ocorrendo transformações urbanas que contribuíam para a diminuição das distâncias entre homens e mulheres, a tradição bem delimitada das relações de gênero através da diferenciação entre o papel do homem e o papel da mulher a partir das diferenças observadas entre os sexos, ainda era vigente na sociedade. Havia “*a valorização da castidade para a mulher e a moral sexual diferenciada para homens e mulheres*” (PINSKY, 2014, p. 18). Nesse sentido, a mulher deveria desempenhar seu papel voltado ao lar e à procriação, de forma a ajudar a construir a família conjugal – sendo mãe e esposa, ao lado da figura de autoridade do marido. A mulher nada mais era, então, do que a “rainha do lar”.

Ao mesmo tempo em que essa estrutura se mantinha e era defendida pelos grupos conservadores que tomavam as ruas do país na década de 1960 para defender o Brasil do fantasma do comunismo e para reafirmar valores conservadores baseados nos “valores morais”, chegava ao território nacional novidades como a pílula anticoncepcional e a minissaia, possibilitando uma nova forma das mulheres encararem o mundo.

A liberação das mulheres, proporcionada pela pílula, é acompanhada de revisões comportamentais. O casamento é questionado e a moda acompanha aos novos tempos. A geração criada sob rígidas condições de repressão sexual inventa a minissaia e o biquíni. Para alguns é a expressão direta da liberdade emergente (COLLING, 2015, p. 375).

Nos anos 1970 essas discussões apenas se tornaram mais radicais, a partir do desenvolvimento do movimento feminista e da centralidade da discussão da relação homem-mulher. Nessa reviravolta, 1975 é considerado um ano ímpar das discussões sobre mulheres e feminismo, sendo muito influenciado pela decretação deste como o Ano Internacional da Mulher pela Organização das Nações Unidas (ONU)⁷. Tal qual Virginia Woolf disse em um discurso proferido em 1931 e publicado no livro “Profissões para Mulheres”, as mulheres começaram o processo de matar o seu “anjo do lar”, isto é, o fantasma feminino e de

⁷ OLCOTT, Jocelyn. **International Women's Year: the greatest consciousness-raising event in history**. England: Oxford University Press, 2017.

feminilidade que cada mulher carrega consigo. As mulheres militantes não fizeram muito diferente ao se insurgirem enquanto agentes políticos numa época em que a política ainda era majoritariamente, se não exclusivamente, vinculada aos homens.

Essa decisão de ultrapassar os muros da casa e adentrar a vida política, considerada masculina, fez com que essas mulheres fossem acusadas paralelamente de “terroristas” e “mulheres” (ROSA, 2013, p. 59) pelos agentes da ditadura militar. Por mais que possa soar estranho acusar as mulheres de “mulheres”, era muito comum isso acontecer dentro dos meandros repressivos. O sentido dessa acusação parece ser o fato delas performarem certo ar de feminilidade e beleza, constantemente utilizado pela imprensa como forma de caracterizá-las. Ao mesmo tempo, parece advir do ideal de mulher construído naquele momento – esposa, mãe e dona-de-casa – que era pervertido por elas nas suas ações políticas. Uma das primeiras mulheres guerrilheiras a ser presa e caracterizada como “bela do terror” disse no livro “Memórias das Mulheres do Exílio”:

as acusações que faziam contra mim nos jornais eram muito poucas. A grande sensação realmente era eu ser mulher. Eles não publicavam coisas que eu tivesse feito ou que me fossem atribuídas, publicavam só minha foto e com o letreiro: ‘Bela do Terror’. Você vê que é toda aquela trama feita em cima da mulher. (...) nunca fui acusada de ter feito nada⁸. O meu caso foi fundamentalmente ter sido uma das primeiras mulheres a ser descoberta. No momento do primeiro golpe na esquerda armada de 1969 havia poucas mulheres, pelo menos conhecidas. Eu lia todos os jornais para ver se transparecia um pouco do que elas sabiam, e cheguei à conclusão de que **a acusação contra mim era ser mulher** (COSTA, 1980, p. 208) [grifos nossos].

Nesse sentido, “mulheres” passou a ser uma acusação justamente porque o ideal de mulher, socialmente construído e culturalmente definido, seguido pelo regime militar, era descumprido pelas mulheres que eles passaram a combater. Essas duas categorias de acusação eram, para a repressão, uma combinação infame (ROSA, 2013, p. 59).

⁸ Posteriormente as mulheres passaram a ser acusadas das suas ações nos letreiros ao lado de suas atribuições físicas, como “loira dos assaltos” etc.

Havia no momento do julgamento, inclusive, perfis pré-fixados pela Justiça Militar baseados nos gêneros dos militantes para promover a condenação dos réus. Como observa Marco Aurélio Vannucchi (2002, p. 49),

importava, pois, aos julgadores medir a aproximação dos protagonistas em relação a papéis sexuais assim definidos: o homem como provedor do lar, através de seu trabalho, e a mulher como mantenedora da família. (...) o desfecho processual dependia de outros fatores que não apenas a comprovação da autoria e da materialidade do crime. Tratava-se de conhecer a atuação social de réus e vítimas e, conseqüentemente, sua adequação a modelos de comportamento previstos para homens e mulheres.

Ainda assim, mesmo que houvesse a construção de uma figura da mulher voltada ao âmbito privado, que perpassava também uma visão “angelical” de menina, utilizada pelos advogados nas defesas, elas ainda recebiam penas altíssimas pelos seus crimes, de mais de dez anos e até mesmo prisão perpétua. Jessie Jane recebeu 18 anos de prisão, por exemplo, Inês prisão perpétua e Wanda Cozetti Marinho 10 anos.

Assim, a figura socialmente construída da mulher era utilizada de forma recorrente como um recurso discursivo na sala de tortura e dentro de instituições como os presídios e os centros das Forças Armadas. Isso acontecia porque para a repressão e seus expoentes as mulheres militantes exerciam um papel duplamente transgressor: rompiam com a sua posição de gênero dentro do sistema cultural (FERREIRA, 1996, p. 152), transgredindo o papel de “rainhas do lar” – isto é, donas de casa que deveriam prover o bem-estar do marido e dos filhos – para se investirem de agentes políticos que se insurgiam contra o sistema em curso.

A relação entre mulher e política tem sido tema tabu na sociedade brasileira. O lugar do homem é no comando do mundo político, à mulher resta o privado, onde muitas vezes o homem também comanda. Invadir o espaço público, político e masculino foi o que fizeram estas mulheres ao se engajarem nas organizações de esquerda, clandestinas para fazer oposição, juntamente com os homens, ao regime militar. Ousaram participar da política, espaço que marca a diferença e a exclusão (COLLING, 1997, p. 7).

A primeira transgressão exercida por elas, portanto, foi sair dos muros da casa, do âmbito privado e do doméstico – isto é, sair da sua posição dentro do

binômio público/privado⁹. Isto em muito se aproxima do ideal de família que foi construído na década anterior ao golpe e perpetuado na cabeça dos militares e de boa parte da população da época. Segundo Pinsky (2014), nessa época aconteceram algumas transformações urbanas que contribuíram para a diminuição das distâncias entre homens e mulheres, incluindo modificações de regras e práticas sociais que envolvem o convívio familiar. Contudo, no que diz respeito aos papéis sociais atribuídos aos sexos, prevaleceram os aspectos já bem delimitados na tradição das relações de gênero, através da distinção do papel do homem e do papel da mulher pelas diferenças observadas entre os sexos. Essa época trouxe, portanto, “*limites relativamente mais firmes e claros para as representações de masculino e feminino*” (PINSKY, 2014, p. 18). Como já observamos, o papel da mulher estava associado prioritariamente, se não exclusivamente, ao lar e à procriação, ajudando na construção da família conjugal – modelo dominante na sociedade brasileira – em que necessariamente havia a mãe, os filhos e o pai enquanto figura de autoridade.

Ainda segundo Pinsky (2014, p. 18-19), ao mesmo tempo que os brasileiros tiveram mais oportunidade de acessar informações sobre a emancipação feminina em outros países – advinda, na maior parte dos casos, das mulheres participarem em maior escala no mercado de trabalho e do acesso à pílula anticoncepcional em 1960 –, são difundidas aqui no Brasil campanhas governamentais estrangeiras que incentivavam os chamados *valores tradicionais*. Dessa forma, acentuam-se discursos e políticas voltados à família, maternidade e

⁹ À guisa de análise, é preciso *historicizar* esse debate. De acordo com Michelle Perrot (1998, p. 8): “*O lugar das mulheres no espaço público sempre foi problemático, pelo menos no mundo ocidental, o qual, desde a Grécia antiga, pensa mais energicamente a cidadania e constrói a política como o coração da decisão e do poder. “Uma mulher em público sempre está deslocada”, diz Pitágoras. Prende-se à percepção da mulher uma ideia de desordem. Selvagem, instintiva, mais sensível do que racional, ela incomoda e ameaça. A mulher noturna, mais ou menos feiticeira, desencadeia as forças reprimíveis do desejo. Eva eterna, a mulher desafia a ordem de Deus, a ordem do mundo*”. A mulher, portanto, no ideal vitoriano apresentado pela autora, é a dona de casa, enquanto o homem é o único assalariado da família. O século XIX, portanto, representa a divisão das esferas sexuais, sendo bem determinada a função e o papel que homens e mulheres deveriam seguir dentro da sociedade. O século XX vira uma chave, uma espécie de inversão dos papéis entre ambos os sexos. Nesse século, a mulher emancipada que reivindicava seus direitos civis e políticos acabava ganhando terreno também no campo intelectual, saindo da esfera da casa (ZANATTA, BURLAMAQUE, 2017, p. 192). Nesse sentido, “*o desenvolvimento da história das mulheres acompanha em surdina o ‘movimento’ das mulheres em direção à emancipação e à libertação*” (PERROT, 2008, p. 15). É importante notar, contudo, que esse é um debate de construção da mulher burguesa que data do período vitoriano, como citado. Uma historiografia nascente e bem sedimentada sobre escravidão e história social tem mostrado que as mulheres pobres sempre ocuparam o espaço público (POPINIGIS, 2012).

à dedicação exclusiva da mulher ao lar para que os homens pudessem reassumir seus postos de trabalho – ocupados por mulheres durante a guerra –, com o objetivo final de fazer a sociedade “voltar a ser o que era”.

Os anos 1960 marcaram uma primeira inflexão nesta relação, a partir do acirramento das diferenças entre os grupos conservadores e os que desejavam fazer reformas estruturais no Brasil. Foram os conservadores que tomaram as ruas não só para desestabilizar o governo do então presidente, João Goulart, como para contestar as pequenas mudanças estruturais que vinham acontecendo para as mulheres, como o advento da pílula anticoncepcional e a popularização da minissaia, aliados à “revolução dos jovens” e ao comunismo. Surgiram neste momento também os movimentos de mulheres conservadoras já tratados aqui e as Marchas da Família com Deus pela Liberdade, que ocorreram entre 19 de março e 8 de junho de 1964.

A segunda transgressão era a subversão da lei e estava de acordo com as movimentações dos militantes – fossem elas armadas ou não – para a derrubada do regime militar e a restauração da democracia, interrompida após o golpe em 1964 e cada vez mais ameaçada através da legislação que institucionalizou a ditadura através dos inúmeros atos institucionais editados.

Indo além, observamos, durante o desenrolar da história do Ocidente, que desde a Antiguidade Clássica, a voz das mulheres não era – e não deveria ser – ouvida em âmbito público. Era papel do homem controlar o pronunciamento público e silenciar o sexo feminino. “Discurso” era “coisa de homem” e o agir político, o *dever* político, era para os homens. Nesse sentido, o discurso público nada mais era do que o *locus* político. Sobre isso Mary Beard (2018) reflete:

Essa “mudez” não é apenas um reflexo do esvaziamento geral do poder feminino em todo o mundo clássico. (...) Mas estamos lidando com uma exclusão muito mais ativa e intensa das mulheres do discurso público. (...) O que quero dizer é que o discurso público e a oratória não eram apenas coisas que as mulheres antigas não faziam: eram práticas e habilidades que definiam a masculinidade como gênero. Como vimos com Telêmaco, tornar-se homem (ou pelo menos um homem de elite) era reivindicar o direito de falar. Discursar publicamente era uma – se não a – característica que definia a masculinidade. Ou, para citar um famoso chavão romano, o cidadão masculino da elite poderia ser sintetizado como *vir bonus discendi peritus*, “homem de bem, perito na fala”. Na maioria das circunstâncias,

uma mulher que falasse em público não era, por definição, uma mulher (BEARD, 2018, p. 28-29).

É importante lembrar ainda que não era somente no âmbito político que as mulheres estavam se incluindo naquele momento. Com a ampliação do número de vagas nas universidades e a ascensão dos setores médios da sociedade após o dito “milagre econômico” da década de 1970, as mulheres – e aqui fazemos um recorte claro de classe, falando, portanto, de classe média – conseguiram entrar cada vez mais no mercado de trabalho, passaram a integrar em maior peso as turmas das universidades e começaram a organizar movimentos de rupturas de regras morais, como o feminismo. Eram essas mulheres pertencentes aos setores médios que representavam, como vimos, o compasso moral da sociedade. Estando nesta posição, a sua participação na militância contra a ditadura militar e as proscritões de gênero tornaram-se ameaças reais contra a “ordem social” que se procurava manter (LANGLAND, 2013, p. 176).

A participação na militância, contudo, não estava acima do recorte machista e patriarcal da sociedade. Segundo Teles (2014), as mulheres adentraram o campo da resistência política, armada ou não, por vontade e autonomia própria e “enfrentaram o machismo da esquerda, seja na luta armada, nas greves operárias ou nos movimentos populares nas periferias e nas áreas rurais. Enfrentaram a truculência de cunho patriarcal e racista da repressão política” (TELES, 2014, p. 14). As mulheres tinham que lidar, portanto, com os dois lados do sistema machista e patriarcal da sociedade: o lado extremamente rígido e baseado em “regras morais” dos militares e o lado da militância que, de alguma forma, também se pautava em certos valores que circulavam na sociedade da época.

Conforme James Green (2012, p. 64) aponta, havia contradições na

esquerda revolucionária que defendia a liberdade, a libertação e uma transformação radical da sociedade, mas que marginalizava homens ou mulheres que não seguiam gêneros e comportamentos sexuais normativos.

Do lado do regime militar, as mulheres frequentemente caíam em certos estereótipos muito específicos, a depender do olhar do agente da repressão. Na sala de tortura, a mulher era encarada como pecadora. Segundo Jessie Jane, em entrevista concedida a Samantha Quadrat e João Bôsco Hora, “na polícia tem essa coisa do fetiche da mulher como pecadora. É a coisa da Eva. (...) Para eles nós

éramos as ‘putas’. (...) E nós éramos as ‘putas terroristas’” (QUADRAT, GÓIS, 2008, p. 29). Essa construção da mulher como “pecadora” por ter se envolvido num campo antes só dominado por homens e que, aos olhos da repressão deveria ser só dominado por homens que tinham um certo tipo de mentalidade, acabou levando também a um aprofundamento do olhar dicotômico que eles tinham pelas mulheres. Os discursos ressaltavam, então, características masculinas, ou que colocavam a mulher em posições específicas da hierarquia de gênero, como “putas” ou “ordinárias”. Segundo Dulce Maia, na época militante da VPR:

(...) Eles tiveram muito ódio de mim porque **diziam que eu era macho de aguentar**. Perguntavam quem era meu professor de ioga, porque, como eu estava aguentando muito a tortura, na cabeça deles eu devia fazer ioga. **Me tratavam de ‘puta’, ‘ordinária’. Me tratavam como uma pessoa completamente desumana**. Eu também os enfrentei muito. Com certa tranquilidade, eu dizia que eles eram seres anormais, que faziam parte de uma engrenagem podre. Eu me sentia fortalecida com isso, me achava com a moral mais alta (MERLINO & OJEDA, 2010, p. 70) [grifos nossos].

Aguentar a tortura, naqueles termos, era ser “macho”, ao mesmo tempo em que estar naquela posição significava ser taxada de “puta” e “ordinária”; e a desumanização, aspecto fundamental da tortura, completava a linha repressiva. Resistir naquelas circunstâncias, como Dulce Maia fez, não era algo bem visto aos olhos dos torturadores. Se a mulher fosse capaz de resistir, ela era imediatamente comparada a um homem, quando não era chamada de “fria” ou “fera” por aguentar as graves violações as quais foi submetida. Esse foi o caso de Hecilda Fontelles Veiga:

Nesse dia, para apressar as coisas, o médico, irritadíssimo, induziu o parto e fez o corte sem anestesia. Foi uma experiência muito difícil, mas fiquei firme e não chorei. Depois disso, **ficavam dizendo que eu era fria, sem emoção, sem sentimentos**. Todos queriam ver **quem era a ‘fera’ que estava ali** (MERLINO & OJEDA, 2010, p. 76) [grifos nossos].

Um último agravante se dava quando uma mulher era protagonista da luta. Quando presa, então, ela *“apanhava e era torturada como homem, porque, ao ser protagonista, ocupava um lugar que não era seu”* (BARETTA, 2017, p. 23), ou

seja, ocupava um lugar do homem, saindo da sua posição dentro do sistema cultural.

No meu processo de confecção desta pesquisa, tive a oportunidade ímpar de ler uma densa, porém pequena, bibliografia sobre as mulheres na ditadura militar brasileira. Ao mesmo tempo, pude pesquisar em documentos físicos de extrema importância para o trabalho que venho desenvolvendo, mesmo com a dificuldade de encontrar os que se referem a ambas as prisões. Como sabemos, existe uma grande barreira entre a história que se desenrolou durante o regime militar brasileiro e os documentos a que temos acesso para poder contá-la. Mas talvez a parte mais importante sejam as entrevistas de história oral que realizei pessoalmente, ou a que tive acesso por meio de instituições que já haviam coletado depoimentos, com as mulheres que estudo. Se essa não for a parte mais importante desta pesquisa, certamente é a parte mais enriquecedora de todo meu processo de mestrado.

Então, para adentrar esse campo próprio das mulheres, suas histórias de vida e suas falas potentes, ou seja, o campo complexo da memória, preciso falar um pouco sobre a interseção entre memória e a oralidade concedida a elas através das entrevistas e depoimentos. Ao narrarem suas histórias, as mulheres acessaram suas lembranças, traumáticas ou não, sobre tudo aquilo que se referia de alguma forma ao período da ditadura militar. Elas abriram parte de sua personalidade a mim, confiando esses acontecimentos à minha escuta atenta e, agora, à minha escrita cuidadosa. Decerto não foi fácil se abrir a uma estranha, muito menos compartilhar memórias permeadas de tantos sentimentos. Mas mesmo assim elas o fizeram.

É importante notar que estou falando aqui de uma pesquisa que se desenrolou entre os anos de 2018, 2019 e 2020; ou seja, ao menos 54 anos depois que a ditadura militar começou, e 33 desde que acabou. Um longo tempo se interpõe, portanto, entre o que elas viveram e o momento em que elas me contaram sua história. Ao mesmo tempo, algumas delas estavam muito acostumadas em contar suas histórias desde que puderam começar a ser ouvidas (e, com o processo de redemocratização, desejaram se fazer ouvir), enquanto outras haviam contado muito pouco sobre aqueles momentos vividos sob um regime de exceção ou nunca haviam se sentido confortáveis em narrar a alguém

suas lembranças. Dessa forma, todo esse processo de fala e escuta envolve uma reflexão sobre o conteúdo do que se está narrando: às vezes é um processo que vem se desenrolando por anos através das diferentes vezes em que aquilo foi dito, por outras é um processo que só começou a tomar forma ali, num café carioca, num restaurante paulista ou num apartamento de um dos dois estados no fim dos anos 2010¹⁰.

Dois motivos explicam essa temporalidade: (i) o mais óbvio é o período de escrita dessa dissertação, realizada entre 2019 e 2020; (ii) a possibilidade de fala e escuta, e de diferentes mulheres se sentindo confortáveis para falar pela primeira vez sobre as suas experiências se intensificou com o advento das Comissões da Verdade, que foram desenvolvidas nos anos 2010 e sobre os mais diversos assuntos. Dessa forma, é importante frisar, antes de continuar, o momento de produção desta história oral. Será utilizada aqui uma mistura de depoimentos e entrevistas concedidos em diversos momentos. Alguns na década de 1990 para a pesquisadora Elizabeth Ferreira, na concepção do livro “Mulheres, Militância e Memória”, para a concepção do livro “Tiradentes, um presídio da ditadura: memórias de presos políticos”, e para o jornalista Luiz Maklouf Carvalho, para a realização do livro “Mulheres que foram à luta armada”, outros feitos pelas Comissões da Verdade nos anos 2010, e outras realizadas por mim dentro desta pesquisa. É importante notar que a memória construída sobre o período não é uniforme e se altera à medida que o tempo passa. A memória é fruto de construções, de novas categorias e de novas vivências que são impressas ao exercício de lembrar. Pensar a ditadura em décadas que haviam políticas de Estado voltadas à memória é uma coisa, pensar a ditadura num momento de questionamento das instituições e de uma política autoritária, é outra. Assim como o aprofundamento dos movimentos sociais aponta para uma nova concepção de categorias de sujeito, identidade e existência anteriormente não pensadas.

A memória, nesse sentido, não é a versão final de um acontecimento, nem um produto bruto ainda não manipulado por mãos humanas, mas um resultado do que se lembra, do que se deseja lembrar, dos esquecimentos e das reflexões

¹⁰ Dois motivos explicam essa temporalidade: (i) o mais óbvio é o período de escrita dessa dissertação, realizada entre 2019 e 2020; (ii) a possibilidade de fala e escuta, e de diferentes mulheres se sentindo confortáveis para falar pela primeira vez sobre as suas experiências se intensificou com o advento das Comissões da Verdade, que foram desenvolvidas nos anos 2010 e sobre os mais diversos assuntos.

posteriores. Ela é uma mistura de possibilidades e limitações, e através disto que o historiador vai utilizá-la como uma de suas fontes. Afinal, o historiador é uma espécie de detetive em busca de seu paradigma indiciário, certo? A memória é uma representação social da realidade construída a partir do pensamento. Sua existência está restrita ao âmbito da mente, logo, é o pensamento que lhe dá existência.

Como o gênero, a memória ganha novas roupagens ao longo do tempo, adiciona-se a ela novos esquecimentos, lembranças inesperadas, e ela até mesmo vai ganhando corpo através da rememoração. Por isso é importante sempre *historicizar* seu objeto, também incluindo neste processo seu meio de veiculação: a memória. O teórico e crítico da cultura, Frederic Jameson, defende esse processo. Ele mesmo defendeu esta posição ao firmar a necessidade de “*historicizar sempre*” (JAMESON, 1992, p.9). Percebe-se através disso que a história e a memória estão diretamente ligadas ao momento em que estão sendo retratadas. Segundo o historiador Michel de Certeau (1970, p. 484 apud LE GOFF, p. 1990, p. 14), “*há uma historicidade da história que implica o movimento que liga uma prática interpretativa a uma práxis social*”.

O arqueólogo e historiador Paul Veyne (1971) também discute o termo e conclui que novos objetos podem ser incluídos no campo da História através dessa prática, nomeando-os de *non-événementiel*. Uma vez que isso se torna possível através da historicidade, as mulheres encarceradas em presídios durante a ditadura militar, tornam-se, também, sujeitos da História, assim como as prisões; objetos por muito tempo esquecidos pela narrativa histórica.

Mas quem são essas mulheres a que tanto me referi nas páginas anteriores e cujas histórias se interligaram com esses dois espaços de privação de liberdade, o Instituto Penal Talavera Bruce e o Presídio Tiradentes? Acredito ser essencial falar mais sobre elas uma vez que meu trabalho começa a partir da análise de suas vidas. Por isso, o primeiro capítulo se dedicará a entender (i) quem são as presas políticas do Instituto Penal Talavera Bruce e do Presídio Tiradentes, incluindo aqui o seu papel na militância, as organizações das quais faziam parte e, brevemente, seus projetos de vida política, (ii) o contexto específico do aprisionamento de presas políticas durante a ditadura militar brasileira, desde

1964 e (iii) o trajeto percorrido por elas desde o momento de sua “queda”¹¹ até a chegada nos presídios, percorrendo as instituições nomeadas na história oral do período como inferno, purgatório e céu (ou paraíso).

O segundo capítulo se abordará, por sua vez, o enclausuramento no Presídio Tiradentes e tudo o que está vinculado a este momento em suas vidas. O terceiro seguirá a mesma linha falando do encarceramento no Instituto Penal Talavera Bruce. Ambos partirão do mesmo ponto, utilizarão categorias comuns e seguirão a história contada pelas próprias mulheres, entremeada pelos documentos e o rigor histórico necessário à ciência que estamos produzindo na academia. A conclusão, por último, será um laboratório de comparação, onde procuro salientar semelhanças e diferenças da vivência nos dois períodos, sempre levando em consideração o aspecto institucional, estatal e típico de um regime de exceção.

Diante disso tudo, não posso concluir a presente introdução sem dizer que Peter Burke, ao se referir a Heródoto, nos conta que os historiadores para o filósofo eram os guardiães da memória. Burke, por outro lado, vê os historiadores como os guardiães dos segredos da memória social¹², as “anomalias” (termo cunhado por Thomas Kuhn), “*que revelam fraquezas em teorias grandiosas e não tão grandiosas*” (BURKE, 2000, p. 89). Ele continua sua argumentação dizendo que existia um oficial chamado de “Lembrete”¹³. Esse oficial era, na realidade, um cobrador de dívidas, uma pessoa cujo trabalho era lembrar as outras aquilo que elas gostariam de esquecer. Para ele, então, uma das principais funções do historiador é ser um “lembrete”.

Neste campo temos também um narrador – o historiador – que tem também tarefas narrativas a cumprir: ele reúne os dados, seleciona, estabelece conexões e cruzamentos entre eles, elabora uma trama, apresenta soluções para decifrar a intriga montada e se vale das estratégias de retórica para convencer o leitor, com vistas a oferecer uma versão o mais possível aproximada do real acontecido. O historiador não cria personagens nem fatos. No máximo, os “descobre”, fazendo-os sair da sua invisibilidade (PESAVENTO, 2006, p. 3).

¹¹ A palavra “queda” aparece aqui entre aspas porque se refere, livremente, ao termo utilizado pelos militantes de esquerda no momento de sua captura. Ao serem presos pelos agentes do Estado, eles diziam de forma frequente que haviam “caído”, ou seja, sido capturados pelas malhas do Estado.

¹² Ou, para ser mais exata, vê os historiadores como os guardiões de esqueletos depósito/armário da memória social.

¹³ “*Remembrancer*” é o termo utilizado por ele em inglês que deriva da palavra “lembrar”.

É exatamente desta forma que encaro meu trabalho de historiadora e foi partindo deste ponto que escrevi as páginas a seguir. Meu trabalho com esta dissertação é atuar como uma espécie de “lembrete”, procurando lembrar as pessoas daquilo que elas gostariam de esquecer. Em primeiro lugar, as mulheres que deram vida à história que procuro recontar. Em segundo lugar, as prisões que foram palco deste enredo. E em terceiro, a ditadura militar, período no qual toda essa história se desenrolou.

2.

Inferno, Purgatório e Céu das “Belas do Terror”: mulheres, projetos políticos e a prisão sob uma perspectiva de gênero

No teatro da memória, as mulheres são sombras tênues.
Michelle Perrot, *Práticas da memória feminina*

Sophia de Mello Breyner Andersen, poeta portuguesa do século XX, disse o seguinte no poema “Camões e a Tença”¹⁴: “*e sempre os inimigos sobejaram/ a quem ousou ser mais que a outra gente (...) este país te mata lentamente*”. Mesmo que este poema não seja a respeito da ditadura brasileira e tudo aquilo que foi aqui vivido, não se pode negar que estas palavras atingem um ponto central do que estou narrando. Tais mulheres “belas do terror”, ou qualquer outro adjetivo que encontraram para descrevê-las, ousaram ser mais do que aquilo que esperavam delas (“daquela outra gente”, como disse Sophia) e sofreram a sobeja inquantificável dos seus “inimigos”. E era nas malhas da repressão, cujo fim se materializava nos presídios, a lentidão na qual o país “as matava lentamente”, levando em consideração uma dita *figura de linguagem* certa que esta parte do poema representa.

“*País que tu chamaste e não responde/ país que tu nomeias e não nasce*”, e concluo por enquanto as citações de Sophia. De alguma forma, era a busca pelo país de suas utopias que movia essas mulheres à ação, independente do gênero e do seu local na sociedade. Obviamente essas questões entravam em pauta, mas havia algo ali no ar na sua procura constante e militante. Talvez chamar por um Brasil que as respondesse e cujo nome fizesse algum sentido aos seus olhos. Diante dessas questões, preciso ressaltar que estou falando de mulheres que têm nome, história, vontades e cuja vida será narrada com certa riqueza de detalhes nas páginas que seguem.

¹⁴ No poema *Camões e a Tença*, Sophia traça um dialogismo entre suas próprias obras e as obras de Camões. Tendo escrito durante a ditadura salazarista de Portugal, neste poema Sophia estabelece uma relação entre Camões e o país que não lhe deu seu devido valor. Mesmo após escrever *Os Lusíadas*, o escritor morreu paupérrimo. “Camões é invocado como símbolo de um povo agonizante, que nada tem a celebrar com o canto, porque há um país que o mata lentamente” (COLOMBO, 2011, p. 111). Poema disponível em: <<https://www.escritas.org/pt/t/2148/camoes-e-a-tenca>>.

Ana-Burzstyn Miranda, Cida Costa, Dulce Chaves Pandolfi, Dulce Maia de Souza, Dilma Vana Rousseff, Eleonora Menicucci, Eva Teresa Skazufka, Jessie Jane Vieira de Souza, Lúcia Murat, Margarida Maria do Amaral Lopes, Maria Auxiliadora Lara Barcelos, Nair Benedicto, Iná Meirelles de Souza, Rosane Reznik, Rosemary Nogueira, Rita Sipahi, Ryoco Kayano, Telinha Pimenta, Zilea Reznik, são apenas alguns dos nomes das mulheres protagonistas dessa história¹⁵. Todas elas estiveram, em algum momento, dentre as paredes do Instituto Penal Talavera Bruce ou do Presídio Tiradentes e são elas que viveram a história que resolvi contar dentro dos limites deste trabalho. Dizer seus nomes é importante não só para honrar suas memórias, como para dar um rosto a tudo àquilo que está se desenrolando nessas páginas. O nome ultrapassa o número, a estatística, e traz de volta o aspecto social à história política.

2.1.

Sobre ser mulher e jovem durante a ditadura militar: dados e imagéticas

Boa parte dessas mulheres que foram nomeadas aqui eram estudantes na época em que se envolveram nas organizações de esquerda armada ou não. Elas faziam parte, portanto, do que passou a ser chamado pela sociologia brasileira das décadas de 1960 e 1970 de *juventude*. O jovem passou a ser encarado, naquele momento, como um agente capaz de transformar as estruturas sociais (CASSAB, 2010, p. 45); e ele de fato era, pelo menos quando falamos do movimento estudantil que resistiu à ditadura militar¹⁶.

Por outro lado, havia toda uma estrutura montada pelo regime para combater a “subversão”, parte dela empreendida por essa juventude. Essa base de sustentação do regime incluía um aspecto legal estabelecido em torno do que se entende por “legalidade autoritária” (PEREIRA, 2010) em conjunto com um

¹⁵ No anexo (p. 161-162) é possível ver mais nomes de mulheres que foram enclausuradas no Presídio Tiradentes e no Instituto Penal Talavera Bruce. É importante ressaltar que as tabelas não estão completas, visto que não foi possível encontrar o nome de todas as mulheres que estiveram nos dois locais, visto que parte da memória é constituída de esquecimentos e que muitos documentos produzidos durante a ditadura militar não existem mais hoje. Os nomes listados foram identificados a partir de documentos e entrevistas.

¹⁶ Há um grande recorte etário e de classe nesta construção. A grande produção acadêmica no movimento estudantil contribuiu para moldar essa visão de juventude pautada por aqueles que andavam em seu meio: estudantes universitários em ascensão social (SOUZA, 2006, p. 28 apud CASSAB, 2010, p. 45).

braço violento e, por diversas vezes, fora da legalidade. Havia, portanto, uma cadeia de instituição da segurança nacional, responsável por criar a mentalidade por trás das prisões das mulheres aqui estudadas e por institucionalizar a violência autoritária. Segundo Anthony W. Pereira (2010), a repressão se institucionalizou através da justiça, de forma que o judiciário se tornou cada vez mais conservador, existindo uma cooperação entre autoritarismo e justiça. Nesse sentido, a produção legislativa autoritária acaba influenciando numa jurisprudência constituída da mesma forma e materializada, em geral, na figura da Justiça Militar.

Existia uma ligação entre a juventude ligada ao movimento estudantil e a repressão que combatia suas investidas. Segundo Daniel Aarão Reis Filho (2000, p. 45),

o novo governo, com uma truculência ímpar, auxiliado por algumas dezenas de IPMs [Inquérito Policial Militar], fora capaz de ganhar a hostilidade da grande maioria. De forma molecular, formou-se uma oposição crescente, vindo daí as primeiras manifestações públicas de repulsa ao governo. Também foram os **estudantes universitários** que constituíram a principal base social do processo de rearticulação das esquerdas organizadas, todas na clandestinidade desde abril de 1964 [grifos nossos].

Uma pesquisa do Estado Maior do Exército, feita em 1970, traçou um panorama dessa juventude ao considerar um *corpus documental* de 500 presos políticos.

Segundo o próprio Exército (...), 56% eram estudantes ou pessoas que haviam deixado a área estudantil há pouco, 4-5% eram operários não-especializados, 4% eram camponeses e 3% militantes cassados ou reformados compulsoriamente. Os restantes 32% eram pessoas de condições sociais diversas, mas nenhuma era analfabeta. A idade média era 23 anos e 80% eram homens. No Rio de Janeiro, as mulheres eram 26% do total, no Nordeste, eram pouco menos de 11% e no Sul, não chegavam a 2%. Em relação à participação de mulheres, a opção parece ser mais radical e incomum. No caso, jovens que assumem um papel inédito tanto no campo da política quanto no das relações de gênero (FERREIRA, 1996, p.49).

Acrescenta-se a isso o fato de que as mulheres que se encontravam na condição de presas políticas eram, majoritariamente, militantes e, segundo Marcelo Ridenti (1993), 75% das militantes de grupos armados pertenciam às

camadas médias intelectualizadas. Além disso, o autor afirma que o percentual de mulheres processadas nos grupos armados urbanos nos anos 1960 e 1970 variava entre 15 e 20%, o que estabelecia uma média de 18% de mulheres neste ponto. Essa média, elevada para o período, mostrava que havia acontecido um progresso na liberalização feminina que vinha ocorrendo até então. Contudo, as mulheres que representam essa porcentagem, na maior parte das vezes, questionavam a ordem estabelecida (ou seja, a ditadura militar), não tendo suas reivindicações um caráter propriamente “feminista” (RIDENTI, 1990, p. 113).

Considerando o percentual de mulheres nos grupos armados (18,3%), o autor afirma ainda que, mesmo estando abaixo do total de mulheres da população brasileira (que era de 50,3%, segundo os dados do censo demográfico), essa participação se aproximava do percentual de mulheres na composição da população economicamente ativa em 1970, que estava em torno de 21% de acordo com o IBGE (Idem). Ao mesmo tempo, ao observar os dados apresentados pelo autor, é possível observar que existem mais participantes de grupos de esquerda revolucionária das camadas médias e altas intelectualizadas¹⁷ do que das camadas de transição¹⁸ e menos ainda das camadas de base¹⁹ (RIDENTI, 2003, p. 175). Há, portanto, um claro recorte de classe nesta questão, que somado ao de gênero, ajuda a compor a resposta de quem eram as mulheres que estudo.

Nesse sentido, a classe aparece em alguns momentos no presente estudo: (i) no entendimento das mulheres de que elas pertenciam à classe média e eram, na sua grande maioria, universitárias ou profissionais de alguma área, (ii) na dificuldade que a repressão e o regime tinham de entender que a classe que eles deveriam proteger e que os apoiara tão veementemente no início do regime, poderia se rebelar daquela forma, principalmente em se tratando de mulheres e (iii) nas relações estabelecidas dentro das prisões com as presas comuns, as carcereiras e os carcereiros, visto que estes eram na maior parte das vezes pertencentes à classe baixa.

Além disso, é importante lembrar que a análise de classe perpassa também a própria atuação política dessas mulheres, visto que se buscava naquele momento

¹⁷ Compõem as camadas médias e intelectualizadas artistas, empresários e estudantes.

¹⁸ Compõem as camadas de transição autônomos, empregados, funcionários públicos, militantes, técnicos médios e outros.

¹⁹ Compõem as camadas de base lavradores, militares de baixa patente e trabalhadores manuais urbanos.

uma revolução marxista baseada na luta de classes que alterasse sobremaneira as grandes estruturas que existiam no Brasil e o fim da ditadura militar, mesmo que cada organização imaginasse um projeto político diferente para o país. Dentro dessa luta, na maior parte das vezes, não havia espaço para discussões que envolvessem questões de raça, gênero e sexualidade. Era necessário apagar as diferenças para se atingir o ideal maior: o fim da ditadura militar e a formação de um novo tipo de sociedade. Diante disso, a maior parte das mulheres acabava por não encarar o machismo como uma questão central na sua movimentação política, abraçando o ideal universal de “militante” que embasava a forma de oposição política; isso porque ou não encaravam as relações patriarcais como uma realidade dada ou porque, dentro daquele contexto, a luta revolucionária vinha antes das suas lutas pessoais, talvez para tentar não provocar nenhum conflito ou divisão dentro do objetivo maior.

Alguns dos depoimentos do livro *Memórias das mulheres do exílio* (1981) nos ajudam a elucidar bem a noção do que significava ser militante e levar à frente as pautas das organizações de esquerda. Segundo Regina, o que se pensava naquele momento era “(...) *em mudança política e social e a gente queria ser o “homem novo”, mas não tínhamos muito claro o que questionar a nível do nosso cotidiano e vida pessoal*” (COSTA ET ALIAE, 1980, p. 416). Durante a clandestinidade, de acordo com Sonia, tinha-se “*a visão do militante-herói. A teoria que pairava era que mulheres e homens são iguais. A gente era militante, soldado da revolução, e soldado não tem sexo!*” (COSTA ET ALIAE, 1980, p. 248). Contudo, as questões vinculadas ao seu gênero permaneciam. Sobre esse ponto, Sonia continua: “*os companheiros achavam que as mulheres não tinham muita condição de participar das ações*” (COSTA ET ALIAE, 1980, p. 248). Logo, mesmo que o ideal de militante fosse universal em sua teoria, a prática se dava de maneira distinta entre homens e mulheres dentro das organizações.

As décadas de 1960 e 1970 no Brasil representaram movimentos muito distintos e complementares. Num primeiro momento, o nacionalismo tem papel principal ao lado – e ao encontro – da politização das camadas médias da sociedade, e a economia acaba tornando-se o centro dos debates e das propostas, visto que se procurava uma forma de reduzir os déficits da balança de pagamentos

e conseqüentemente diminuir a inflação. 1968²⁰ representa o ano de inflexão destas duas décadas, e de intensificação dos movimentos que passaram a atuar na década de 1970, no Brasil e no mundo. Não podemos deixar de observar também que os chamados “anos dourados” do pós-guerra estavam sendo esmagados e enterrados no Vietnã (FERREIRA, 1996, p. 23).

É nesse contexto que Maria Luiza Heilborn (1992, p. 151) reconhece que: *“esses anos ‘agitados’ exprimem, sob determinada feição, o nódulo central do modo de operação do individualismo, isto é, a pulverização das formas sociais sob o impacto do indivíduo-valor”* cujo ideário influencia o movimento feminista e a consequente transformação comportamental que se instala a partir desse momento (FERREIRA, 1996, p. 25)

Os anos de 1970 foram marcados por uma intensa perseguição àqueles considerados “subversivos” pelos militares. *Pari passu* a isso, a economia parecia estar finalmente em ampla ascensão, dando-se início ao que ficou conhecido como o “milagre econômico”, isto é, um acelerado desenvolvimento industrial entre 1969 e 1973 que levou à taxa de crescimento para dois dígitos do Produto Interno Bruto (PIB) e à manutenção da taxa de inflação numa média de 20%. As políticas deste período favoreceram, na mesma medida, o investimento estrangeiro através de um sistema de incentivos fiscais (ALVES, 1984, p. 146). Foi esse mesmo “milagre econômico” que expandiu as vagas nas universidades, *“ampliou as oportunidades de trabalho em diversos setores, alargou as bases da diversificada sociedade de consumo, [e] permitiu a ascensão de setores médios”* (GIANORDOLI-NASCIMENTO; TRINDADE; SANTOS, 2012, p. 28). Não à toa, diante de todas essas mudanças positivas e da vitória da seleção brasileira na Copa do Mundo de 1970, garantindo o título de tricampeão mundial, a popularidade do governo Médici foi favorecida e expandida.

Nesse sentido, as mulheres de classe média passaram a fazer parte, então, de um triplo movimento: (i) entraram cada vez mais no mercado de trabalho, (ii) passaram a integrar cada vez mais as turmas das universidades (que vinham sofrendo uma expansão generalizada) e (iii) começaram a organizar movimentos de ruptura de regras morais, como o feminismo. Mas ainda lhes restava um papel extremamente específico e, pode-se dizer, cruel. A máquina de produção de novos

²⁰ O ano de 1968, segundo Ventura (1988), representa justamente o fim da inocência da cultura de esquerda que vinha se desenvolvendo até então.

trabalhadores, neste caso, seriam as mulheres de novo, só que com um toque mais perverso: mulheres militantes de esquerda dariam à luz a novos comunistas, um perigo extremo para a ditadura militar. Muitas das torturas empreendidas, nesse sentido, voltavam-se a impossibilitar as mulheres de terem filhos com vistas a conter esse perigo iminente.

Nesse sentido, as mulheres eram entendidas como o compasso moral da sociedade, o que no caso das mulheres militantes significava que elas ensinariam aos seus filhos os métodos comunistas. Todas essas noções entravam em cena conjuntamente à recorrência da ideia de ‘moralidade’ utilizada com grande frequência pela ditadura militar. Um exemplo da importância dada a esse ideal é a edição do decreto-lei (n. 477), em fevereiro de 1969, que dispunha sobre as infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares. Ao proibir que estudantes se envolvessem em qualquer coisa que se assemelhasse a um tipo de organização política, no quarto inciso do artigo primeiro, ele também proscovia atos considerados contrários à ordem pública e à moralidade. Nesse sentido, segundo Victoria Langland (2013, p. 176), o decreto continuava a ligar a subversão política à subversão sexual.

A proibição do decreto-lei contra conduta indecente, juntamente com a proibição de atos políticos como greves, revela até que ponto as ansiedades sobre a relação entre a ordem política e a chamada ordem moral continuaram interconectadas após o AI-5 [tradução nossa] (LANGLAND, 2013, p. 176)²¹.

Era dentro dessa ótica que a militância feminina era encarada, enquanto uma ameaça real contra a ordem social.

A representação, e a ideia, do que deve ser uma mulher no imaginário das pessoas e da imprensa – que se alimentava por essa construção do “ser mulher” da sociedade brasileira – também se pautava pelas questões de gênero. O caso de Vera Silvia Magalhães, militante do Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8), é emblemático. Ela foi desmoralizada pela imprensa por conta de um atributo físico específico: “a terrível mulher loura” ou “loura 90”. Esse retrato

²¹ No original, “The decree-law’s prohibition against indecent conduct alongside its banning of political acts like strikes reveals the extent to which anxieties about the relationship between the political and the so-called moral order continued to be interconnected after AI -5” (LANGLAND, 2013, p. 176).

pintado da militante nos mostra que a mulher (i) era descrita, e compreendida, a partir de atributos físicos de feminilidade, enquanto os homens não eram encarados e descritos da mesma forma e (ii) sempre no papel de *terrível*, *implacável*, *fria*, entre outros adjetivos do mesmo gênero, nunca caracterizados como elogios; dificilmente uma mulher era elogiada por participar da vida política e essa abjeção não advinha somente da sua oposição ao regime instaurado, mas também da “subversão” do seu papel performático de gênero. Além disso, ser mulher, em alguns momentos, também significava uma espécie de elemento “surpresa” perante as ações das organizações de esquerda, especialmente as de luta armada. Segundo depoimento de Vera Silvia Magalhães veiculado por Telles e Leite (2013), o fato de ela ser mulher a tornava menos suspeita para uma ação de grande porte como o sequestro do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick. A sociedade brasileira da época não esperava que uma mulher estivesse presente numa ação armada como aquela.

A mulher dentro dessas representações era um ser *desviante*, aquela que ousou sair do espaço que lhe era destinado, o ambiente do lar. Logo,

A primeira medida que a polícia da repressão utiliza para tentar desqualificar a militante política é desmerecê-la em sua vontade própria, como um ser pensante que toma atitudes políticas. O passo seguinte, para a caracterização da mulher como um sujeito político desviante, é acusá-la de viver na promiscuidade (COLLING, 2015, p. 378).

A visão dos militares também variava entre ambos os gêneros, pautada nos papéis diferentes que as mulheres e os homens deveriam exercer. Os homens eram, aos olhos deles, os dirigentes, ou pelo menos aqueles que comandavam a resistência. Segundo Guida Amaral, ser mulher garantia – ainda em 1968 – a possibilidade, em alguns casos, de falar certas coisas para os militares sem sofrer uma grande represália.

Claro que eu era mulher e podia falar isso também. (...) A margem de manobra de uma mulher na cabeça desses caras é muito maior, mulher não afronta, mulher não dá soco, mulher é diferente; é outra história. Então, criava-se assim um certo desconcerto (LOPES, 2019)²².

²² LOPES, Margarida Maria do Amaral. Entrevista concedida à autora no dia 22 de fevereiro de 2019.

Somado a isso, havia um senso comum pairando nas cabeças dos indivíduos (aqueles não alinhados às mudanças que vinham ocorrendo no país) em que se supunha que as mulheres fossem subordinadas aos homens, relegadas ao ambiente da casa, mesmo que elas já pudessem adentrar o mercado de trabalho naquele momento. Acreditava-se, ainda, na incapacidade dessas mulheres de liderarem ou até mesmo estarem na vida política. Se elas estivessem neste mundo, o discurso do Estado paternalista e patriarcal voltava-se para a ideia de que elas haviam sido seduzidas pelos homens e/ou levadas pelos seus maridos para o mundo da subversão e, por isso, estivessem vivendo em pecado. *“Eles partiam do princípio, em 1968, de que a mulher era o quê? Só enganada. Foram enganadas por esses comunistas porque era inimaginável que uma mulher poderia pensar pela cabeça dela”* (LOPES, 2019).

Por outro lado, é importante lembrar que na militância a especificidade feminina era diluída diante de uma ideia universal de “militante”, palavra que só pode ser diferenciada pelo artigo que a precede. O que acontecia, na maior parte dos casos, era a mulher militante se “negar enquanto mulher” (COLLING, 1997, p. 68) para que assim pudesse ocupar espaços nas organizações que eram historicamente relegadas a elas. Ainda assim, foram poucos os casos em que mulheres se tornaram as chefes das organizações de esquerda, ainda mais de luta armada.

Nesse sentido, lutas específicas como o feminismo e os movimentos homossexual e negro se diluíam diante de uma luta “maior”, a da classe operária contra o sistema capitalista; a luta contra a ditadura (SILVA, 2016, p. 9). Essa mentalidade era responsável, de acordo com Colling (2015, p. 380), por *“reforçar o poder e o papel dos homens dentro das organizações de esquerda”*. Segundo Lúcia Murat, *“na luta armada a gente perde um pouco da feminilidade: salto alto não combina com assalto”* (CARVALHO, 1998, p. 196). A militância era um espaço marcadamente masculino que exigia das mulheres a diluição das suas diferenças. Havia uma *masculinidade revolucionária* que norteava as ações e que

era inspirada na figura do Che Guevara e do “novo homem”²³ pregado por ele: forte, viril, dominante e agressivo (SILVA, 2016, p. 10).

Em contrapartida, em alguns casos existia ainda uma certa ideia de proteção das mulheres por parte dos militantes homens, como descreve Jessie Jane brevemente: “*depois, no tempo em que estivemos presas tinha, eu não diria preconceito dos presos... nós éramos vistas como ‘são as meninas’. Nos protegiam e tudo mais, mas muito com esse olhar de ‘as meninas’*” (QUADRAT, GÓIS, 2008, p. 29). O homem ainda era, nesse sentido, uma espécie de “macho” que deveria proteger a mulher das malhas da repressão, pautado na ideia de força e até mesmo de superioridade do sexo masculino. Logo, o sentimento do homem militante forte que observava a mulher como “*um ser fraco, pode ter sido um empecilho nas organizações de esquerda para a mulher assumir cargos de liderança*” (COLLING, 1997, p. 73). Podemos perceber com essas afirmações que

o discurso da repressão não é um discurso isolado. O mesmo está presente na sociedade; a repressão somente o recolhe e o sistematiza, na tentativa de desmerecê-la e desqualificá-la [a mulher] como sujeito político. A mulher que ousou invadir o espaço político masculino não é bem vista pela sociedade (COLLING, 2015, p. 380).

Dessa forma, é a sociedade que forma a lente sob a qual o mundo era observado. Tanto a repressão quanto a militância usava essas lentes, em maior ou menor intensidade. As mulheres, conscientes ou não deste tipo de construção, acabavam indo de encontro a ela quando se travestiam de sujeitos políticos e lutavam contra a ditadura militar. Na próxima sessão, portanto, veremos onde iniciou a vida política de algumas das militantes aqui estudadas e tentaremos ir mais à fundo na sua trajetória de vida desde que decidiram se juntar às organizações revolucionárias.

2.2.

O movimento estudantil, o início da vida política e, afinal, quem são as presas políticas?

²³ É importante salientar que “(...) o conceito foi apropriado dos textos de juventude de Marx, especificamente dos Manuscritos Econômico-Filosóficos, de 1844, que chegava ao Brasil por intermédio da obra de Erich Fromm, O conceito marxista de homem, de 1961” (CODARIN, 2019b, p. 348).

Retornando brevemente, agora, ao ponto do movimento estudantil, é necessário citar o XXX Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE) realizado em Ibiúna (SP), em 12 de outubro de 1968, finalizado com a prisão de todos os estudantes que dele participaram (em torno de 700 pessoas) pelo Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS). Boa parte desses jovens foi fichado, pela primeira vez, nesse congresso. Dentre as mulheres desse estudo podemos citar, por exemplo, Ana-Burzstyn Miranda e Lúcia Maria Murat de Vasconcelos. As duas, estudantes muito jovens na época, participavam do congresso quando foram presas e fichadas pelo DEOPS. Ana, inclusive, foi agredida nas costas e, a partir dali, começou a ter complicações no rim. Mais tarde, encarcerada no Presídio Tiradentes, teve que removê-lo. A partir dali suas vidas se deram dentro do sistema.

Ana, numa entrevista concedida à Susanna Lira, e disponibilizada no *website* do documentário “Torre das Donzelas”, discorre sobre como se deu o seu engajamento político:

Uma parte dessa inquietação vem certamente por parte do meu pai que era (...) um humanista daquela época. (...) Eu me lembro, assim, eu tinha o quê? 13, 14 anos em 1964, mas eu me lembro de algumas coisas, tinha uma irmã mais velha que estava na FNFfi [Faculdade Nacional de Filosofia], eu sabia todos os burburinhos, (...) eu sabia aquelas músicas do centro popular de cultura da UNE (“é um país subdesenvolvido”). (...) Então eu já tinha um olhar, digamos assim, para o social, para a justiça social. E quando eu entrei na faculdade [Faculdade de Farmácia da UFRJ] eu já entrei assim: “onde é que estão os CAs, cadê eles?” (...) eu era caloura deles [Stuart Angel Jones e Sônia Maria Lopes de Moraes] e outras pessoas mais velhas, então já estavam em movimentação, então a gente fazia um conjunto [de cursos da UFRJ] na Praia Vermelha, (...) Essa situação de entrar aqui em 1967, em 1968, muita discussão política... eu me lembro que a gente discutia muito que o movimento estudantil está num descenso. Então o que vamos fazer agora? Isso foi meses antes de 1968 estourar; 1968 muito na rua. E a preocupação... muitos de nós tivemos essa formação de contribuir na formação política de outros²⁴.

Essa fala de Ana nos mostra que a vida política de muitas dessas mulheres começou justamente na universidade, através das discussões e ações políticas promovidas pelos Centro Acadêmicos, muitos deles extremamente engajados na

²⁴ Disponível em: <<https://www.torredasdonzelas.com.br/vozes-da-memoria-videos/ana-bursztyn/>>. Acesso em: 15 dez. 2019.

resistência, como foi o caso do Centro Acadêmico Cândido de Oliveira (CACO) da Faculdade Nacional de Direito da UFRJ (FND-UFRJ).

Lúcia foi outra que iniciou sua vida política, propriamente dita, dentro das paredes da UFRJ, na Faculdade de Economia. Advinda da Zona Sul do Rio de Janeiro, filha de um médico prestigiado, Lúcia “*entrou de cabeça no movimento estudantil – como representante de turma e ativa colaboradora do Departamento Cultural do Diretório Acadêmico*” (CARVALHO, 1998, p. 194).

Cida Costa, de São Paulo, também segue o mesmo caminho. Ela entra na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco em 1963 e junta-se logo ao mundo estudantil: participa da Juventude Universitária Católica (JUC), ao Movimento União do Desfavelamento (MUD) e ao movimento estudantil. Permanece nos movimentos universitários até se formar em 1967²⁵.

Inês Etienne Romeu também começou sua vida política na faculdade, dentro da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), antes mesmo do golpe-civil militar acontecer²⁶. Antes disso, ela havia sido presidente do grêmio e colaboradora do jornal da escola. Sua família também teve alguma influência na sua vida política. Por ter sido criada numa família liberal, ela teve espaço para criar discussões políticas que embasaram seus passos seguintes. Mais tarde, em 1961, se filiou ao PCB²⁷.

Marijane Vieira Lisboa cresceu ouvindo falar de política na mesa de jantar, foi secretária do grêmio de sua escola em Brasília e, antes de se filiar em uma organização, trabalhou como secretária no Rio de Janeiro enquanto estudava para passar no vestibular de Sociologia. Ao entrar na universidade, começou de fato a se vincular ao movimento estudantil, tendo militado contra o MEC-USAID (isto é, acordos entre o Ministério da Educação e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional que visavam reformar o ensino brasileiro de acordo com as diretrizes já aplicadas nos Estados Unidos, incluindo pagamento de mensalidade) junto dos seus colegas de turma. Acabou presenciando também o episódio da reitoria na Praia Vermelha, a “quarta-feira sangrenta”, e a Passeata dos Cem Mil. Foi diretora do Diretório Acadêmico e se filiou à AP²⁸.

²⁵ CARVALHO, 1998, pp. 215-224.

²⁶ Ibid., p. 119-120.

²⁷ LEITE, 2019, p. 280.

²⁸ CAVALCANTI; RAMOS, 1976, p. 237-255.

Guiomar Silva Lopes, da mesma forma, começou a militar através do movimento estudantil de São Paulo, que tinha vínculos com a União Estadual dos Estudantes de São Paulo (UEE) e o Conjunto Residencial da USP (CRUSP). Ela participou do movimento secundarista e posteriormente do movimento estudantil universitário quando ingressou na Santa Casa. Em sua infância, ela conviveu com pessoas do Partido Comunista Brasileiro (PCB), quando morava em Sumaré com os pais e a irmã. Ela cresceu acompanhando todos os discursos de Luiz Carlos Prestes e frequentava os encontros organizados pelo partido no Sindicato do Parque Dom Pedro. Após o racha do PCB – questão que trabalharemos mais adiante –, ela passou a fazer parte do quadro de militantes da Dissidência Estudantil (DI), ingressando na Ação Libertadora Nacional (ALN) no fim de 1968, após seu primeiro contato com Joaquim Câmara Ferreira. Lá dentro iniciou suas ações, menos arriscadas na época, num grupo pequeno, e após algum tempo passou a fazer parte do GTA, isto é, o grupo tático armado da organização²⁹.

Solange Lourenço Gomes começou a participar de cursos informais de marxismo, alguns deles ministrados por Jacob Gorender (que foi quadro do PCB e depois do PCBR), junto da sua irmã Eliana, quando já estudava no Instituto de Psicologia, entre 1965 e 1966. Pouco tempo depois começou a namorar o guerrilheiro (hoje artista plástico) Carlos Zílio e, junto com ele e com outros militantes, ajudou a construir a Dissidência da Guanabara, isto é, o MR-8. Solange foi recrutada em 1969 e, logo após, largou a faculdade e entrou na clandestinidade³⁰.

Jessie Jane Vieira de Souza viveu entre militantes comunistas do PCB porque seu pai, Washington Alves da Silva, era militante profissionalizado do partido. Ela conviveu então, desde cedo, com grandes nomes como Joaquim Câmara Ferreira (também conhecido como Toledo) e Carlos Marighella, “*de forma que a militância foi mais uma continuidade do que propriamente uma opção intelectual*” (CARVALHO, 1998, p. 321). Mesmo não sendo de lá, estudou em São Paulo na Escola de Sociologia e Política e trabalhou por um tempo como bancária. Com o aumento dos assaltos a banco por parte da esquerda revolucionária, largou o emprego e acabou se filiando à ALN. Conheceu seu companheiro, Colombo Vieira de Souza Júnior, também da ALN, na própria casa.

²⁹ RIBEIRO, 2018, p. 125-126.

³⁰ MAKLOUF, 1998, p. 301-306.

Ele, fugindo da repressão, foi se abrigar na casa do pai da Jessie, que já era foragido na ocasião. Começaram a namorar e, a partir daí, entraram de cabeça na vida clandestina, indo morar primeiro num *aparelho*³¹ (CARVALHO, 1998, p. 320-32)³².

Dulce Maia, que era um pouco mais velha que as demais, começou a militar aos 17 anos. Vinha de uma família engajada politicamente desde o império através de seu bisavô materno que era republicano (tendo, inclusive, dado o nome de América do Brasil Republicano à sua avó), passando por seus pais, também militantes: sua mãe esteve presa durante a Ditadura Vargas e seu pai era militante da União Democrática Nacional (UDN)³³. Ela trabalhava como produtora cultural enquanto atuava na VPR, tendo sido a primeira mulher a ser presa e torturada durante a ditadura militar.

São muitas as histórias que poderiam ser citadas aqui como exemplo do seguinte ponto: foi o movimento estudantil que introduziu a maior parte dessas mulheres na vida da militância, e que as aproximou das organizações de esquerda. É possível argumentar também, a partir de Denise Rollemberg (1999), que há uma questão geracional aqui presente. Partindo das categorias propostas pela historiadora, é interessante pensar em como a *geração de 1964*, isto é, homens que tiveram uma participação ativa na vida política e democrática entre 1945 e 1964 difere muito do que observamos se desenrolar durante a ditadura militar. Categorizados como *geração de 1968*, observamos que havia naquele momento uma presença muito maior de mulheres, muitos indivíduos ligados ao movimento estudantil, que haviam sido atingidos pelo AI-5 e estavam se movimentando contra o regime estabelecido.

Sobre seu engajamento político citado acima, Ana continua:

Agora, depois do AI-5 as coisas mudaram muito, muitíssimo. Toda discussão e energia voltada para o trabalho de base, para as explicações, para as manifestações, era isso que a gente fazia até talvez depois da Passeata dos Cem Mil nós continuamos a

³¹ Aparelho, neste contexto, significava um local (que podia ser um apartamento ou casa) utilizado por militantes de uma organização de esquerda revolucionária clandestina para realizar reuniões, guardar material de propaganda, dinheiro, armas e que até mesmo servia de refúgio a esses militantes.

³² RIBEIRO, op. cit., p. 115-118.

³³ SOUZA, Dulce Maia. Depoimento concedido a Glenda Mezarobba e Raíssa Wihby Ventura, dentro do exercício da Comissão Nacional da Verdade (CNV). São Paulo, 24 de fevereiro de 2014, p. 6.

fazer passeatas, outra com menos gente, com 30 mil (...), e eu me lembro uma vez que a passeata estava terminando, desembocando ali na praça onze, indo para a Presidente Vargas e nós começamos a escutar tiros e isso foi um espanto porque antes era cavalos, bolinha de gude, gás lacrimogêneo, alguma porrada no DOPS e tal, mas arma, tiro, matar, não, isso não estava ainda no programa, não estava acontecendo. (...) Uns dizem que foi golpe dentro do golpe, que havia forças internas, na verdade os grupos não eram tão diferentes, só mais repressão, mais censura, mais terrorismo de Estado, terrorismo em vários sentidos, desde estimular grupos para espancaram artistas de teatro ou queimar os jornais alternativos ou colocar bombas, enfim, terror de Estado se instalou verdadeiramente. Então não nos restou muitas alternativas, o que fazer, né? Uma parte resolveu se exilar, outra se retrair, mas tudo isso têm consequências, traz muita dor porque não é o que você deseja, não é o que você gostaria de fazer, são coisas externas que estão te impedindo e internamente você tem que decidir; se você decide continuar lutando, a luta necessariamente tem que agregar aspectos diferentes, não pode ser sair na rua para levar um tiro³⁴.

Como vimos no depoimento de Ana Bursztyn, o Ato Institucional n. 5, as movimentações mudaram de figura. Muitas delas acabaram entrando nas organizações de luta armada, outras preferiram aderir às organizações que não concordavam com a belicosidade da luta, muitas tendo que viver em clandestinidade. Cabe fazer um pequeno desvio antes de continuar a falar mais sobre suas trajetórias de vida, agora dentro das organizações revolucionárias, para traçar um panorama sobre as principais organizações nas quais elas se entraram e se envolveram (principalmente as de luta armada).

Seguindo o estudo feito por Ridenti (1990), temos a seguinte divisão dentre a esquerda armada: (i) *militaristas*³⁵ (1968-1974), incluem-se aqui a Aliança Libertadora Nacional (ALN), o Comandos de Libertação Nacional (COLINA), a Frente de Libertação do Nordeste (FLNe), o Movimento de Libertação Popular (Molipo), a Resistência Democrática (Rede), a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), entre outros; (ii) *massistas*³⁶ (1967-1974), como a Ala Vermelha do Partido Comunista do Brasil (ALA), o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), o Partido Comunista Brasileiro

³⁴ Disponível em: <<https://www.torredasdonzelas.com.br/vozes-da-memoria-videos/ana-bursztyn/>>. Acesso em: 15 dez. 2019.

³⁵ As organizações *militaristas* eram aquelas que aderiram à luta armada como forma principal de ação, desprezando a ação por meio da luta de massas (GORENDER, 2014, p. 94).

³⁶ As organizações *massistas* oscilavam entre as propostas militaristas e as ações mais profundas voltadas às massas (RIDENTI, 2010, p. 46).

Revolucionário (PCBR), o Partido Operário Comunista (POC), o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT), a Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares (VAR), etc; (iii) *nacionalistas* (1967-1971), Movimento de Ação Revolucionária (MAR), Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), Movimento Revolucionário 26 de Março (MR-26), Resistência Armada Nacionalista (RAN); (iv) *Grupos de 11*; (v) *Partido Comunista Brasileiro* (1964); e (v) *PCB* (1969-1976)³⁷.

Independente de onde cada organização se enquadra, todas elas possuíam um objetivo, uma forma de atingi-lo e programas políticos específicos. Derrubar a ditadura militar era o lugar-comum, contudo a forma de dar um fim ao regime e o tipo de estrutura que viria a substituí-lo diferiam de uma para outra. O socialismo era outro ponto de encontro; o mesmo não era o caso das fases necessárias para estabelecê-lo.

Grupos como a ALN, o MR-8, a VAR-Palmares e a VPR faziam parte do que se entende na historiografia como a *esquerda revolucionária*. Através da ideia de *utopia do impasse* (REIS FILHO, 2000, p. 42), isto é, a ideia de que o Brasil estava caminhando inevitavelmente para uma explosão em que os militares não teriam mais condição de comandar um país tão grande e completo como o Brasil, esses grupos se organizaram e passaram a defender que, apesar da tragédia que era a ditadura, ela representava também uma virtude:

a de limpar os horizontes, removendo da cena política as tradições moderadas do PTB [Partido Trabalhista Brasileiro] e do velho PCB [Partido Comunista Brasileiro] de Prestes, soterrados sob os escombros da derrota política. Agora, não mais seria possível cultivar ilusões. As *massas* se transformariam em *classes*, e a revolução, a autêntica revolução, poderia despontar como hipótese (REIS FILHO, 2000, p. 43).

Dessa forma, a solução que eles encontraram para levar a cabo os seus respectivos projetos revolucionários envolvia pegar em armas para os mais diversos tipos de ação. Quase todas as organizações clandestinas surgiram, contudo, a partir do PCB, e da crítica ao seu processo revolucionário: a *revolução*

³⁷ Não pretendi neste ponto citar todas as organizações de esquerda revolucionária que se encaixam nessas subdivisões, mas apenas mapear algumas das que serão citadas daqui para frente. Para saber mais sobre, ler RIDENTI (2010), GORENDER (2014), SALES (2007), REIS FILHO (2000), entre outros.

burocrática; isto é, um caminho pacífico da revolução. Não à toa, o partido comunista era coloquialmente chamado de “partidão”. Segundo Ridenti (2010, p. 28), no início da década de 1960, as propostas do PCB, consideradas nacional-reformistas, acabaram influenciando vários setores sociais. Eles procuravam realizar a “revolução burguesa” no Brasil, por entender que a sociedade brasileira ainda tinha características feudais e semifeudais no campo, fato que acabava travando o verdadeiro desenvolvimento das forças produtivas capitalistas.

Com o advento do golpe e um PCB desmantelado e reprimido, muitos militantes passaram a fazer uma “autocrítica” das esquerdas. Ao mesmo tempo, no campo internacional, vinha se delineando uma corrente crítica à organização e à atuação das esquerdas. “*Nesse clima de contestação (...), ocorreram sangrias orgânicas irreparáveis nos partidos e movimentos clandestinos atuantes, sobretudo no PCB, principal força das fileiras derrotadas*” (RIDENTI, 2010, p. 29). Todo esse processo de questionamento das ações do PCB e, posteriormente, a quebra de sua hegemonia – a partir dos rompimentos e surgimento de novos grupos – começou após o “31 de março” (CODARIN, 2019a, p. 23).

Foi entre os anos de 1965 e 1968 que aconteceu o maior rompimento com o PCB, por parte de militantes e segmentos estudantis que não concordavam com a falta de autocrítica do partido perante a sua derrota colossal em 1964. Formaram-se a partir daí as chamadas dissidências estudantis, ou “DIs”. Assim, de acordo com Jean Rodrigues Sales (2007, p. 75), aqueles setores que criticavam os métodos e avaliações do Comitê Central do PCB, mesmo que distintos, passaram a integrar a chamada Corrente Revolucionária, “que aglutinava, além dos futuros membros do PCBR e da ALN, os jovens militantes das chamadas Dissidências (DIs)” (Idem).

Foram, inclusive, as DIs – que se formaram em diferentes estados brasileiros – que deram origem a inúmeros grupos revolucionários que foram e serão citados neste trabalho. As DIs do estado do Rio de Janeiro e da Guanabara se transformaram nos movimentos conhecidos como MR-8. A DISP de São Paulo, por outro lado, foi integrada posteriormente à ALN, à VPR e à VAR-Palmares. E a DI de Minas Gerais passou a integrar a CORRENTE. Temos ainda a formação do POC no Rio Grande do Sul e do PCBR por Jacob Gorender, Mário Alves e Apolonio de Carvalho.

Muitas dessas organizações tomaram por base, e em alguns casos até inspiração, a Revolução Cubana que ocorreu em 1959. Che Guevara, nesse sentido, era um exemplo de militante que levou a cabo o tipo de mudança que gostariam de desenvolver aqui no Brasil. Ainda é importante citar a Revolução Chinesa em 1949, a Argelina em 1962, a Guerra do Vietnã, e as independências dos países africanos como movimentos que deram ânimo às lutas revolucionárias na América Latina como um todo.

No entanto, havia divergências teóricas e práticas entre os grupos. As divergências são divididas, de acordo com Ridenti (2010), em grandes coordenadas pontos: “*o caráter da revolução brasileira, as formas de luta para a ascensão ao poder e o tipo de organização necessária à revolução*” (BASTOS, 2007, p. 38). De uma forma ou de outra, havia sempre oposição entre a *burguesia* e o *proletariado*, havendo divergências nas etapas a serem seguidas pela revolução para a implantação ou de um governo popular-revolucionário (como era o caso da ALN e do PCBR, por exemplo), ou do socialismo.

Pode-se citar ainda dois polos teóricos que influenciavam os grupos revolucionários de maneiras distintas: o *foquismo*³⁸ e o *maoísmo*.

O foquismo “adaptava” a revolução para a realidade latino-americana, respaldada numa certa leitura da significativa vitória cubana; o maoísmo, legitimado igualmente por outra revolução vitoriosa, a chinesa, “adaptava” a revolução num país com forte tradição rural (ROLLEMBERG, 2003, p. 59).

A ALN, fundada por Carlos Marighella, militante famoso assinado após uma emboscada realizada pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury, foi a organização que mais focou em ações práticas em detrimento da parte teórica (uma vez que, para eles, já havia se discutido muito no PCB e pouco tinha sido feito). Na sua cartilha podemos visualizar um exemplo do que se desenhava enquanto ideia revolucionária, ideia esta que era propagada em algumas das organizações de luta armada do momento:

(...) a guerrilha revolucionária no Brasil é uma estratégia revolucionária e que seu êxito depende a execução rigorosa de

³⁸ De acordo com Sales (2007, p. 11), o foquismo “*caracterizava movimentos que, influenciados pela revolução cubana, acreditavam ser possível fazer uma revolução socialista através da guerra de guerrilhas e sem a presença de um partido comunista como dirigente do movimento insurrecional. (...) Uma vez iniciados os combates, as massas acabariam por se aliar aos guerrilheiros e estes conseguiriam aumentar o seu poder ofensivo até a vitória da revolução*”.

três fases: a do planejamento e preparação da guerrilha; a do lançamento da guerrilha e, por último, a da transformação da guerrilha em guerra de movimento, com a formação e o aparecimento do exército revolucionário de libertação nacional (...) toda a nossa ação é revolucionária e aspira à tomada do poder pela violência da guerra revolucionária. (...) Eliminamos da nossa organização o sistema complexo da direção que abrange escalões intermediários e uma cúpula numerosa, pesada e burocrática (...) A conquista do poder e a instauração do governo popular revolucionário são os nossos grandes objetivos, segundo os entendemos na Ação Libertadora Nacional. (...) Expulsaremos então os estadunidenses do país. (REIS FILHO E SÁ, 2006, p. 276-281).

Podemos perceber neste trecho alguns pontos caros às organizações revolucionárias que romperam com o PCB: (i) “a adoção da guerrilha como único caminho de luta contra a ditadura militar” (SALES, 2007, p. 65); (ii) rompimento com a estrutura típica de partidos comunistas, como a proposta pelo PCB, considerada muito burocrática; (iii) tomada do poder através da luta armada e instauração de um governo popular revolucionário; e (iv) expulsão dos estadunidenses imperialistas do Brasil. Isso não quer dizer, contudo, que todas as organizações aqui citadas seguissem a mesma cartilha. Em geral, elas possuíam semelhanças, mas como podemos observar no caso do PCBR, sua ação era um meio-termo entre a ideia de revolução por etapas (comum aos partidos comunistas, mas não utilizada pela ALN que tinha em si uma veia mais radical) e o socialismo (SALES, 2007, p. 77). Diferente da ALN, o PCBR tentava adaptar a estrutura partidária advinda do PCB à luta armada que se propunha a desenvolver, contudo não teve sucesso em tal empreitada.

Segundo Sales (2007), e como vimos anteriormente, o MR-8 também se separou do PCB, sendo um dos primeiros a criar uma organização autônoma diferente da estrutura do partido. A organização surgiu, num primeiro momento, com o nome Dissidência da Guanabara, somente adotando o nome MR-8 em 1969. Surgido do movimento estudantil que estava em franca ascensão naquele momento, o movimento demorou a aderir de fato à luta armada, mesmo que sua crítica ao PCB também surgisse em torno da luta pacífica. Diante de todos os acontecimentos que marcaram o ano de 1968, o MR-8 voltou-se então à utilização da guerrilha e à guerra revolucionária. Foi o refluxo do movimento de massas e a escalada da ditadura que impulsionou o início das ações armadas da Dissidência, soma-se a isso as ações armadas realizadas por outros grupos, como a ALN e a

VPR, em 1967 e, principalmente, em 1968 (CODARIN, 2019a, p. 96). Assim, foram os membros da Dissidência os responsáveis, juntamente com a ALN, pelo sequestro do embaixador estadunidense Charles Elbrick, fato que abordarei brevemente aqui adiante.

Antes de continuar, é importante notar que existiram duas organizações nomeadas como Movimento Revolucionário 8 de Outubro. A primeira teve origem na Dissidência do PCB em Niterói, no estado do Rio de Janeiro. Tendo adotado o *foquismo* como estratégia de ação, voltou-se logo para a guerrilha rural, contudo, foi desmantelada pelos militares e não chegou a sobreviver além do ano de 1969. Já a segunda, isto é, o MR-8 que falo aqui, é o da Guanabara, nomeado em homenagem ao MR-8 de Niterói.

Uma última organização importante a ser trabalhada nesta pesquisa é a Ação Popular (AP). Fundada em 1962, tendo como base o movimento estudantil que era ligado à Igreja Católica (principalmente a Juventude Universitária Católica, ou JUC, como ficou conhecida), a AP era uma organização autônoma que manteve, por muito tempo, na diretoria da União Nacional dos Estudantes (UNE) e de outros movimentos estudantis dos anos 1950 e 1960. A aproximação da Igreja dos problemas sociais e a influência da UNE na politização dos estudantes do período foram elementos-chave para a formulação da AP. Nesse sentido, a organização defendia ao mesmo tempo o “socialismo” e a “revolução brasileira”. Segundo Ridenti (2010, p. 28), em 1964 “a AP defendia a criação de uma alternativa política que não fosse capitalista nem comunista, inspirada num humanismo cristão mesclado com influências da Revolução Cubana (...)”.

Vale ressaltar que a organização se inseriu em movimentos de massa como o Movimento de Educação de Base (MEB)³⁹, o que facilitou a organização de projetos junto aos camponeses⁴⁰ (como o auxílio na fundação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, ou Contag). “Resultou ainda na

³⁹ O Movimento de Educação de Massa (MEB) foi patrocinado pelo Ministério da Educação e atuava na alfabetização em massa da população (adultos), de regiões subdesenvolvidas do país, através da utilização do método de Paulo Freire.

⁴⁰ Segundo o site *Memorial da Democracia*, “(...) desde meados dos anos 1950, a mobilização das populações rurais era ligada, principalmente, às Ligas Camponesas lideradas por Francisco Julião, ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e às organizações sindicais alinhadas com os interesses governamentais”. Disponível em: <<http://memorialdademocracia.com.br/card/cnbb-lanca-movimento-de-educacao-de-base>>. Acesso em: 01 abr. 2020.

entrada de líderes camponeses na AP, como foi o caso de Manuel da Conceição, líder camponês do Maranhão” (SALES, 2007, p. 31).

Considerando as divergências entre elas, é importante notar que a AP não descarta, num primeiro momento, o uso da violência revolucionária. Contudo, ao longo do tempo, ela não faz uso dessa prerrogativa que se autoimpôs. Por esse motivo, ela não está citada na divisão, construída por Ridenti, das organizações de luta armada.

Antes de retornar às mulheres protagonistas deste trabalho, é importante ressaltar um último ponto de inflexão sobre o período. Falei aqui de forma extensa sobre as organizações de esquerda e seus projetos políticos que pretendiam virar de cabeça para baixo o que vinha se desenrolando no Brasil daquele momento. De certa forma, estava falando sobre trajetórias coletivas, envolvendo todo um grupo de pessoas que se juntou para lutar, sob uma mesma organização, pelo fim da ditadura militar. Mas existe ainda outra chave interpretativa que vai de encontro, diretamente, às presas políticas: a *trajetória individual*.

Em especial para as mulheres, a opção da luta armada se conjuga com o momento de questionamento do matrimônio, a possibilidade de utilização da pílula anticoncepcional e o amor livre, propulsoras do rompimento com o papel que lhes era atribuído socialmente (CODARIN, 2019a, p. 135).

O engajamento em grupos revolucionários era uma possibilidade de revolução social e individual para as mulheres. Social, porque elas rompiam com as lutas e movimentos sociais que se desenvolveram em movimentos anteriores, predominantemente masculinos, como, por exemplo, a *geração de 1964*. Individual, porque essa escolha abria espaço para uma revolução de costumes, uma tentativa de fazer com que houvesse uma relação igual com os homens. Em entrevista concedida a Marcelo Ridenti, como citado por Higor Codarin (2019a, p. 136), Vera Sílvia Magalhães relata a sua escolha pela luta armada:

Eu tinha, na minha cabeça, que precisava fazer uma revolução pessoal. Uma proposta de relação afetiva diferente, achava um bode aquela perspectiva de casamento dos meus pais, queria ser melhor. Era uma coisa importante, ter uma relação igual com um homem. Essa foi uma batalha importante para mim, naquela época. A militância foi uma forma de ruptura com tudo isso. Era uma forma de sair de tudo isso e parecia que levaria a um caminho revolucionário. A revolução era de costumes também, não era só uma revolução social. Em determinados momentos,

em termos de opção individual, enquanto agentes, enquanto sujeitos dessa história, o grande motor foi a ruptura dos costumes⁴¹.

Havia, portanto, por trás de tudo, um processo de ruptura individual que promovia a construção de um homem novo, de novos costumes e, por parte de algumas mulheres, uma nova vivência do seu gênero. No caso específico da Dissidência da Guanabara, o MR-8, essa trajetória individual representava, como continua Codarin (2019a, p. 138), “*esboços de homens-novos que, na própria prática revolucionária, romperiam não apenas com a estrutura econômica (...), mas também possibilitaria a emancipação humana*”. Assim, por parte das mulheres, conscientemente ou não, essa emancipação perpassava também novas programáticas de gênero não vividas até ali.

A conversão obrigatória aos ditames morais da ditadura encontrou no corpo o local privilegiado de informações “subversivas”, no corte de cabelo, no vestuário, no penteado, na barba por fazer. E foi nas relações entre mulheres e na normatividade que se refere ao feminino onde se viu uma regulação concreta, ordenada, drástica e sistemática, punida com humilhação pública e com o estigma social da mulher transgressora, da rebelde, da mulher que passou a ocupar o espaço público varrendo para longe a ideia do “sexo frágil”. Tais comportamentos eram considerados como afrontas não apenas ao patriarcalismo da sociedade, mas à ditadura e ao pensamento conservador castrense. Verifica-se por isso, que na origem da militância de muitas mulheres, a oposição à ditadura também teve como um dos marcos a liberação dos costumes, o “despertar de uma consciência feminina” que vinha se dando anos antes, não sem dificuldades, e em consonância com as mudanças econômicas e opostas ao conservadorismo da Igreja Católica (RIBEIRO, 2018, p. 54).

Por esse motivo é tão importante elucidar suas histórias pessoais, suas trajetórias específicas. Voltando às mulheres que citei no início deste subcapítulo e introduzindo sua participação nas organizações revolucionárias de esquerda na narrativa, Ana, Cida, Guiomar e Jessie entraram na Ação Libertadora Nacional (ALN), enquanto Lúcia e Solange escolheram participar da Dissidência da Guanabara do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), Marijane Vieira Lisboa integrou a Ação Popular (AP), Dulce a Vanguarda Popular Revolucionária

⁴¹ MAGALHÃES, Vera Sílvia. Entrevista concedida a Marcelo Ridenti. In: Arquivo Edgard Leuenroth (AEL/Unicamp), *Fundo Militância Política e luta armada no Brasil* fita 1, lado a (Arquivo Digital: 139a).

(VPR) e Inês passou pela Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (Polop), pelo Comandos de Libertação Nacional (Colina), pela VAR-Palmares⁴² (Vanguarda Armada Revolucionária Palmares) e por fim pela VPR.

Muitas das entradas em grupos revolucionários se deram por meio de amizades e conhecidos (uma forma bastante comum de conhecer os grupos revolucionários). Esse foi o caso, por exemplo, de Lúcia que estudava na mesma universidade que Vera Sílvia Magalhães e era amiga próxima de José Spigner, ambos integraram o “*primeiro núcleo articulado da Dissidência*” (CARVALHO, 1998, p. 194). Cida, por outro lado, quis adentrar algum grupo e teve que fazer contatos para conseguir fazer parte da ALN, tendo sido recrutada por Argonauta Pacheco, no início de 1968. Também era comum que as mulheres iniciassem sua participação política, ou em organizações, através das suas relações afetivas (COSTA ET ALIAE, 1980, p. 240). Esse foi o caso de Solange, como vimos, que começou sua vida política ao lado da sua irmã e entrou junto com o companheiro da época na formação da dissidência do MR-8. É importante ressaltar também a decisão própria. Posso citar aqui Ana, Inês e Marijane que entraram no mundo da militância e, posteriormente, nas organizações revolucionárias através do movimento estudantil e sua vinculação a universidades. Mas é possível incluir aqui as outras mulheres citadas anteriormente. Por último, gostaria de ressaltar a importância do vínculo familiar com a militância, como é o caso de Guiomar e Jessie. Ambas adentraram esse mundo através de uma formação familiar voltada aos aspectos políticos e militantes, ambas tendo crescido, como vimos, dentro desta ótica política. Todos esses exemplos coadunam com as trajetórias individuais dessas mulheres, por esse motivo também é tão importante destacar suas biografias.

2.3

“Depois do Inferno, o Paraíso. Saboroso, caloroso e sorridente, pura esperança e muita ingenuidade. Minha também, confesso”⁴³.

⁴² Fusão do Colina e da primeira VPR.

⁴³ Esta é uma frase escrita por Maria Auxiliadora Lara Barcellos no depoimento concedido ao livro “Memórias do Exílio”. CAVALCANTI, Pedro Celso Uchoa; RAMOS, Jovelino (Org.). *Memórias do Exílio. Brasil 1964-1976*. Vol. 1. São Paulo: Livramento, 1976, p. 318.

Vemos que a história dessas mulheres se cruza, primeiro, no mundo político e, posteriormente, no mundo prisional. De uma forma ou de outra, quase todas elas se engajaram em movimentos de oposição ao regime militar, adentrando organizações de esquerda, vivendo na clandestinidade e até mesmo se exilando do país. Ao mesmo tempo, foram rotuladas de muitas coisas: “militante” em aspecto universal, “putas”, e “amante” de algum militante homem, somente a partir de seus atributos físicos, entre outras coisas.

É comum encontrar em documentos da polícia política o nome das mulheres vinculados ao de militantes do sexo masculino, como suas amantes. Acreditava-se muito, naquele momento, que elas eram dissuadidas pelos homens para entrar no mundo político, levadas por eles sem qualquer vontade própria. O prontuário de Dulce Chaves Pandolfi, por exemplo, continha a informação de que ela era amante de “Amaral” (codinome), contudo na ficha de “Amaral” não aparecia a informação vinculada a Dulce ou a qualquer nome que fizesse referência ao seu relacionamento amoroso⁴⁴.

Os inquéritos realizados pela ditadura civil-militar constituem-se numa projeção sem fim de estereótipos inquisitoriais onde a relevância da participação política da mulher é apresentada sempre na perspectiva da repressão, e na tentativa de desmobilizá-las politicamente (RIBEIRO, 2018, p. 51).

Considerando que o decreto-lei de Segurança Nacional promulgado em 29 de setembro de 1969⁴⁵ definia que toda pessoa, natural ou jurídica, era

⁴⁴ Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo: Polícias Políticas, Setor: Distritos, Notação: 14, fls. 1-23.

⁴⁵ “**Art. 1º** Toda pessoa natural ou jurídica é responsável pela segurança nacional, nos limites definidos em lei.

Art. 2º A segurança nacional a garantia da consecução dos objetivos nacionais contra antagonismos, tanto internos como externos.

Art. 3º A segurança nacional compreende, essencialmente, medidas destinadas à preservação da segurança externa e interna, inclusive a prevenção e repressão da guerra psicológica adversa e da guerra revolucionária ou subversiva.

§ 1º A segurança interna, integrada na segurança nacional, diz respeito às ameaças ou pressões antagônicas, de qualquer origem, forma ou natureza, que se manifestem ou produzam efeito no país.

§ 2º A guerra psicológica adversa é o emprêgo da propaganda, da contra-propaganda e de ações nos campos político, econômico, psicossocial e militar, com a finalidade de influenciar ou provocar opiniões, emoções, atitudes e comportamentos de grupos estrangeiros, inimigos, neutros ou amigos, contra a consecução dos objetivos nacionais.

§ 3º A guerra revolucionária é o conflito interno, geralmente inspirado em uma ideologia, ou auxiliado do exterior, que visa à conquista subversiva do poder pelo controle progressivo da Nação”. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del0898.htm>. Acesso em: 20 abr. 2020.

responsável pela segurança nacional, sendo a segurança nacional a responsável por prevenir e reprimir a “guerra psicológica adversa e a guerra revolucionária ou subversiva”. Com isso, cabia a cada cidadão avaliar o que era considerado suspeito e “contrarrevolucionário”.

Se por um lado, a indefinição do que era proibido para a grande população era estratégica, por outro, os Inquéritos Policiais Militares (IPM) definiam melhor a figura do “facilitador”, do “mantenedor da guerra revolucionária subversiva (RIBEIRO, 2018, p. 55).

Dessa forma, seguindo a linha de pensamento de Ribeiro (2018, p. 55) e Carlos Fico (2001, p. 98), os agentes de informação geravam os culpados de acordo com suas posições ideológicas, a partir de um sentimento anticomunista muito forte. Era, então, muito comum enquadrar as mulheres militantes na categoria de *mantenedoras*⁴⁶, ou seja, quem facilitava fugas, realizava levantamentos, acolhia militantes em casa, prestavam ajuda financeira a suspeitos de subversão ou praticava aliciamento, doutrinação antinacional e assalto com fins políticos (prática que, como vimos, era muito comum nos grupos revolucionários). Outra categoria utilizada era a de *filiada*, instituída no decreto-lei 510/69. Nesse caso, era comum que “*mesmo quando inocentada no processo, [a mulher] era desqualificada com a justificativa de falta de consciência, imaturidade ou más companhias*” (RIBEIRO, 2018, p. 56).

Ser mulher, nesse sentido, era uma espécie de “poder” diante de agentes da repressão que se baseavam, no geral, em perfis de gênero. A aparência das mulheres, descritas como angelicais, indefesas e inofensivas era, inclusive, uma tática utilizada por advogados dos militantes, como, por exemplo, Técio Lins e Silva. Mas só neste ponto. A repressão que conduzia o regime era dirigida e seletiva e seu braço decaía especialmente sob as mulheres militantes; “*isolá-la[s] por prolongado tempo na prisão ou transferi-la[s] para manicômios judiciais, justificando sua periculosidade ou inaptidão para o convívio social, foram casos típicos daquele sistema (...)*” (RIBEIRO, 2018, p. 60).

⁴⁶ De acordo com o artigo 14 da Lei de Segurança Nacional 898 de 1969, organizadores e mantenedores de associação ou agrupamento ilegal recebiam pena de dois a cinco anos de reclusão e os filiados pena de seis meses a dois anos.

O último rótulo que receberam vinha da junção da sua condição, *presa*, com o motivo da sua prisão, *política*. Sobre o termo já debatido, gostaria de sugerir uma última reflexão, a partir das seguintes palavras de ROSA (2013, p. 257), fruto do subtítulo de um capítulo do livro sobre a condição de presas políticas: “*estou*” e não “*sou*” uma presa. A categoria presa política, portanto, não define essas mulheres enquanto eternas presas – ou ex-presas – políticas, mas sim como um período temporário e delimitado de suas vidas, mesmo que no momento da prisão elas não soubessem exatamente quando fossem sair – ou até mesmo se iam conseguir sair de dentro de seus muros.

Assim, ao saírem de suas vidas pessoais, entrarem na movimentação política (seja através do movimento estudantil ou não), participarem de organizações revolucionárias e clandestinas (de luta armada ou não), caírem (isto é, serem pegas por agentes do regime), presas, fichadas, citadas num Inquérito Policial Militar (IPM), torturadas, havia uma grande possibilidade delas serem encarceradas em algum presídio do país.

Para isso, é importante entender que, desde 1964, a arquitetura do sistema de segurança interna vinha sendo estruturada pelo regime, utilizando órgãos já existentes, como a Polícia Civil, extremamente violenta com segmentos da população civil, o DOPS (Departamento de Ordem Política e Social), criados nos anos 1920 e 1930 com o objetivo de manter a “ordem social” e o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR). Para o regime, contudo, essas instituições não funcionavam de acordo com os novos parâmetros que eles estabeleceram, principalmente se pensarmos que tanto a Polícia Civil quanto o DOPS atuavam em âmbito estadual. O primeiro passo da ditadura na reestruturação desse sistema para os seus propósitos de combate à oposição política em termos de guerra, foi a criação do Serviço Nacional de Informações (SNI) em 1964, durante o governo de Castelo Branco.

Com o início das operações armadas por parte dos segmentos de esquerda da população civil, na transição do governo Castelo Branco (1964-1967) para o de Costa e Silva (1967-1969), “*foi criado em São Paulo o primeiro núcleo militar especializado na ação repressiva*” (JOFFILY, 2014, p. 150). Em julho de 1969, esse núcleo foi ampliado dando origem à Operação Bandeirantes (OBAN), conduzida pelo Exército e financiada por empresários. A OBAN ainda se

beneficiou após o AI-5, com o fim dos *habeas corpus* e a decorrente “*simplificação dos trâmites necessários à prisão de suspeitos*” (JOFFILY, 2014, p. 150). Sua constituição serviu de base para a criação de uma rede de órgãos repressivos por todo o país: “*os Destacamentos de Operações de Informações (DOIs), unidades ágeis de perseguição e interrogatórios de suspeitos, e os Codis, aos quais cabia a coordenação dos DOIs*” (JOFFILY, 2014, p. 150).

A arquitetura do sistema de segurança interna completou-se no início da década de 1970, com a divisão do país em zonas, áreas e subáreas de defesa interna, a cargo de um comandante do Exército, e com a instalação dos DOI-Codis em capitais do país (JOFFILY, 2014, p. 150).

Dessa forma, era essa estrutura repressiva montada, com base nos órgãos citados, a responsável por realizar as prisões, torturas, desaparecimentos e mortes por parte do Estado brasileiro. A prisão é apenas o ponto final dessa longa jornada, contendo em si todos os significados que advém da própria ideia dessas construções. E são elas as protagonistas (junto das mulheres) dos próximos capítulos.

Fazendo um pequeno desvio para a teoria, preciso abordar aqui a construção específica sobre a qual me debruçarei nos próximos dois capítulos. Para isso, é importante dizer que compreendo a prisão enquanto um espaço marcado por certos signos, como a ideia de controle, a ideia de socialização e até mesmo de conflito. Partindo do pressuposto de Bretas (2017, p. 198), encaro a prisão como uma “*instituição moderna de controle social e modificação de comportamento*” que se estruturou de uma forma muito específica ao receber presas políticas durante a ditadura militar. As prisões são ainda, de acordo com Aguirre (2009, p. 35), muitas coisas ao mesmo tempo: representam o poder e a autoridade do Estado, são arenas de conflito, negociação e resistência, lugares onde é possível criar formas subalternas de socialização e cultura, e espaços onde indivíduos formam suas visões de mundo e entram em interação com outros indivíduos e autoridades do Estado.

Conectando as prisões às categorias de “mulher” e “gênero”, podemos perceber que esses ambientes começaram a ser encarados – principalmente a partir do século XVII – como espaços de vigilância e disciplina que, no caso das mulheres, possuía num primeiro momento um caráter extremamente moralizante e

repressivo, com o objetivo de transformá-las em mulheres virtuosas. Em meados do século XVIII, momento em que ocorria a grande transformação da prisão para um lugar de trabalho e disciplina – princípios que sempre nortearam a prisão de mulheres, segundo Donderis (2006, p. 3) –, percebeu-se que o convívio entre presas que cometeram delitos de diferentes gravidades não era benéfico, o que levou à separação entre elas. No caso da Espanha especificamente, “*o pós-guerra [civil] levou à criação em 1941 de “centros específicos para mulheres de má reputação”, a fim de separá-las das presas políticas que não levaram uma vida desonrosa*” (DONDERIS, 2006, p. 4, *tradução nossa*)⁴⁷. A autora cita ainda motivos pelos quais as prisões femininas não dispõem dos mesmos meios que as prisões masculinas, mesmo que o discurso do âmbito penitenciário seja o de não existir desigualdades por razão do sexo, excetuando-se o fato das mulheres exercerem o seu papel de mãe, sendo esses dois motivos importantes para as discussões que serão promovidas posteriormente na dissertação: (i) a arquitetura é pensada para a maior violência dos homens (vigilância, controle etc), considerando-se que o monopólio da violência é deles e (ii) os espaços comuns são muito reduzidos, faltando às vezes até mesmo uma enfermaria⁴⁸.

É importante ressaltar, por fim, alguns pontos que Foucault (2014) levanta e que serão de grande importância para os debates aqui propostos. A prisão vem, nesse sentido, mediante a ideia de repartição dos indivíduos, de sua fixação num determinado espaço e sua classificação, baseada em modernos métodos de punição após a construção de uma sociedade carcerária. Indo além, ela tem como objetivo de exercer a “privação de liberdade” dos indivíduos e de subtração do seu tempo, um caráter essencial para a vida do indivíduo em sociedade. Todos esses aspectos somados influem sobremaneira na análise do encarceramento de presas políticas: sua separação das demais presas – comuns – a partir da classificação de seus crimes, seu enclausuramento num espaço determinado e diferente – outro pavilhão –, a privação de sua liberdade e todas as micro-resistências que foram

⁴⁷ No original, “*La postguerra [civil] provocó la creación en 1941 de “centros específicos para mujeres de mala reputación” con el fin de separarlas de las presas políticas que nos llevaron una vida deshonrosa*”.

⁴⁸ Esse ponto é importante para pensar uma das greves de fome realizada no Instituto Penal Talavera Bruce em 1976. As presas políticas que dela participaram reivindicavam a sua transferência imediata para o Presídio da Milton Dias Moreira, visto que lá havia estrutura para o seu recebimento (o Presídio Milton Dias Moreira abrigava em seu interior inúmeros presos políticos homens) e havia, ainda, uma enfermaria para o atendimento dos detentos.

empreendidas para se retomar, minimamente, esse controle, e a subtração do seu tempo de vida, o que para muitas significava o receio de não poderem ter filhos, visto que suas penas somavam na maior parte das vezes mais de dez anos de suas vidas.

Todos esses elementos acima apresentados demonstram que, no caso deste estudo, as presas políticas criavam uma vida dentro das prisões, interagindo entre si e formando coletivos que garantiam sua sobrevivência e interagindo também com as autoridades do Estado que incluíam guardas do sexo masculino (LEMGRUBER, 1999). Essas interações diversas ajudavam a compor o fenômeno da prisionização (SUSSEKIND, 2014), em que se aprende a ser um preso e a adaptar-se à cultura do cárcere.

Um último ponto a ser levantado sobre as prisões estudadas neste trabalho é que a experiência de encarceramento de presas políticas, a qual o parágrafo anterior alude, era muito diferente daquela experimentada pelas presas comuns no mesmo período; nos capítulos posteriores falarei brevemente sobre a situação das presas comuns no Instituto Penal Talavera Bruce, fazendo referência a essa diferença. Uma mulher que era “rotulada” como presa *política* em virtude da tipificação do crime cometido por tinha uma vivência prisional que se alterava em virtude da sua contínua movimentação política, agora intra-muros, da classe social em que eram, no geral, incluídas e da forma como o tratamento dispensado a elas se alterava de acordo com essas questões.

Retornando ao ponto, gostaria de apontar que a repressão na ditadura era um caminho longo e tortuoso, marcado por inúmeras inflexões e percalços. Seus períodos formavam em conjunto um todo multifacetado que envolvia a vida de inúmeras pessoas que passaram por todas as suas estações ou não. Ao ler e ouvir depoimentos sobre o período é relativamente comum ouvir três palavras muito significativas para descrever essas estações nas quais cada um dos indivíduos – ao serem pegos nas malhas da repressão – percorria: inferno, purgatório e paraíso⁴⁹.

⁴⁹ “Como muitos torturadores costumavam repetir durante as sessões que promoviam, o Tiradentes “era o paraíso”. Isso porque, ao entrar no presídio, a pessoa estava com a prisão reconhecida pelo Estado. Às vezes era levada para interrogatórios em outras instituições, mas praticamente não corria risco de morrer ou “desaparecer”. Na escala macabra estabelecida nos porões do regime, a Operação Bandeirante (OBAN) era o inferno, ficando o purgatório por conta da Delegacia Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS)”. Texto da reportagem “A Torre das Donzelas” do site IstoÉ. Disponível em: <https://istoe.com.br/83253_A+TORRE+DAS+DONZELAS/>. Acesso em: 26 jun. 2018.

Tanto Dilma Rousseff⁵⁰ quanto Ana Bursztyn Miranda⁵¹ em seus depoimentos concedidos ao documentário de Susanna Lira, “Torre das Donzelas”, dizem que os militares utilizavam essas palavras para se referir aos centros de detenção pelos quais elas passaram. Segundo Ana,

uma das coisas que eles falavam é que a OBAN era o inferno, o DOPS era o purgatório e o [Presídio] Tiradentes era o paraíso. Mas isso era tão distante do que estava acontecendo contigo naquela hora, o interrogatório, o que você não deve dizer, o que não pode falar, o que que eles sabem, por que eu estou tão isolada, quero conversar com mais gente, eu não vou estar com mais ninguém, onde é que estão os outros, que aquilo fica para as calendas. Aí de repente um dia você chega, você está indo, você está no DOPS que só é purgatório porque, na época, a função do DOPS era corroborar a história que a gente dizia, na maior parte das vezes sob tortura, e montar o processo⁵².

Em outro momento, Ana discorre com maior profundidade sobre essa associação:

(...) a OBAN era pau, coró, né, era tortura. O DOPS variava, depende se você estava, se você estivesse sob a responsabilidade do Fleury era tortura e/ou morte. (...) Existia a instituição burocrática de montar o processo. Claro, o processo era montado em cima do interrogatório sob tortura. E o Tiradentes não é que fosse o paraíso, mas é um ambiente em que estávamos nós, a gente não estava permanentemente acoissada. Dentro da Torre [das Donzelas] sempre ficava uma carcereira mulher, variava, né, tinham carcereiras mais duras, tinham carcereiras mais suaves. Pessoas, civis. Não eram de hierarquia militar. (...) lá dentro **éramos nós**. Claro, os guardas todos do lado de fora, embaixo as *correcionais*, (...) mas ali dentro somos nós. A gente praticamente controlava o nosso tempo, o nosso dia a dia e isso dava uma sensação [pausa longa]... não era de segurança não, mas você esquecia um pouco essa perseguição, se podia voltar, não era permanente como em outros lugares, nos outros lugares você estava permanentemente ameaçado. Ali era se te tirassem dali, lá dentro não, mas a gente se preocupava em melhorar nossas condições de vida, ter mais

⁵⁰ Dilma Vana Rousseff, ex-militante do Comandos de Libertação Nacional (COLINA) e da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares, viveu quase três anos enclausurada, passando pela Operação Bandeirantes (OBAN), pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e pelo Presídio Tiradentes.

⁵¹ Ana Bursztyn Miranda foi presa mais de uma vez, mas em 1970, enquanto vivia na clandestinidade, foi capturada e cumpriu quatro anos de prisão. Passou pela Operação Bandeirantes (OBAN), pela Delegacia Especializada de Ordem Política e Social (DEOPS), pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), pela Polícia Federal, pelo Presídio do Ahú, pelo Forte de Copacabana e pelo Presídio Tiradentes.

⁵² Depoimento disponível no site: <<http://www.torredasdonzelas.com.br/>>.

acesso ao jornal, conseguimos uma televisão pequeninha, assim, melhorar a vida⁵³ [grifos nossos].

Podemos perceber que existiam algumas questões que faziam essa correlação: (i) a tortura, (ii) a burocratização do encarceramento nas malhas da repressão, (iii) a existência legal diante das instituições e (iv) o convívio com outras presas políticas. Todos esses elementos corroboravam, de alguma forma, com essa imagem religiosa das instituições repressivas daquele momento. Assim, mesmo que essa associação tivesse sido criada pelos militares, a reivindicação das prisões como uma espécie de “paraíso” baseava-se em questões extremamente palpáveis: o encontro com outras militantes dentre os muros de uma instituição que lhes dava, de alguma forma, uma maior segurança. Além disso, a possibilidade de melhorar a sua condição de vida, anteriormente tão frágil (e que podia cessar tão facilmente quanto o rápido e decisivo cortar da linha das moiras⁵⁴), representava um grande salto em relação ao DOI-Codi e ao DOPS.

Tendo em vista essa chave de pensamento, não é possível fugir da alegoria criada por Dante Alighieri no livro “A Divina Comédia”, visto que a depressão em forma de cone que atinge o centro da terra, aberta embaixo de Jerusalém – no Hemisfério Boreal – apresentada por Alighieri, era composta por três espaços distintos, que formavam um longo caminho: o inferno, o purgatório e o paraíso; palavras que eram usadas, como vimos, pelos agentes da repressão. Essa nova arquitetura do mundo, imaginada por Dante Alighieri, foi criada após a queda de Lúcifer⁵⁵ que se encontra, portanto, no fundo do abismo. As partes dessa comédia começam pelo Inferno, composto de nove círculos concêntricos, local onde seus condenados estão dispostos de acordo com a gravidade de seus pecados. Acima está situado o Purgatório, composto de sete faixas, cada qual representando um dos sete pecados capitais. Por fim, temos o Paraíso, localizado no Céu, composto de nove esferas em movimento rápido, em volta da Terra imóvel. Em cima de toda essa estrutura se encontra Deus, no Empíreo, que é circundado pelos triunfantes.

⁵³ MIRANDA, Ana Burzstyn. Entrevista concedida à autora no dia 13 de novembro de 2018.

⁵⁴ As moiras, do grego Μοῖραι, eram três irmãs que determinavam o destino dos deuses e dos seres humanos. Elas eram responsáveis, dentro da mitologia, por fabricar, tecer e cortar o fio da vida de todos os indivíduos.

⁵⁵ Lúcifer é, na tradição cristã, o principal anjo caído. É considerado ainda como um anjo rebelde e, depois de *Orígenes*, passou a ser identificado como Satã.

Essa alegoria de Dante Alighieri nos remete a diferentes formas de punição em diferentes instâncias e uma ideia de ciclo que o pecador deve seguir para expiar seus pecados, sendo a punição mais dura e incisiva de acordo com a gravidade dos seus mesmos. Mas a referência da qual Alighieri constrói a sua comédia e, provavelmente, de onde os militares que faziam questão de associar seus centros de repressão a essas três categorias se basearam, de alguma forma, é a cultura cristã – que, naquele momento e ainda hoje, tem forte influência na vida dos cidadãos brasileiros.

Neste imaginário encontramos esses três espaços bem definidos – o Inferno, o Purgatório e o Céu – que formam uma espécie de caminho a ser seguido por aqueles que morreram. Na Idade Média foi estabelecida uma oposição entre inferno e paraíso, fundada do antagonismo terra/céu (Le Goff, 1990, p. 2); o inferno era a terra e o paraíso o céu. Portanto, o que o cristianismo fazia era conduzir a sociedade a seguir o caminho em direção ao céu; tendo a figura de Jesus como expoente – ele desceu ao inferno e depois subiu ao céu (Idem). Dentro dessa chave de pensamento, o inferno seria o lugar dos castigos. O purgatório, contudo, não é um espaço intermediário entre os dois outros lugares aqui tratados, estando situado num intervalo deslocado de ambos, mais ao alto (Ibid., p. 6), e era reservado à purificação completa, à expiação dos pecados. O paraíso, fim da dessa linha que se construiu desde a morte do sujeito, é a última estação – onde somente os eleitos entram.

Através dessa chave de pensamento cristã na qual Dante Alighieri bebeu para construir a sua “Divina Comédia”, conseguimos adentrar – minimamente – o que construiu o discurso por trás da fala desses militares que associavam a OBAN ao inferno, o DOPS ao purgatório e os presídios ao paraíso.

Na OBAN, assim como nos DOI-Codi, as presas políticas estavam totalmente incomunicáveis. Estes órgãos atuavam além dos limiares da legalidade e neles eram realizadas, em geral, a maior parte das sessões de tortura. Este era o local, portanto, dos “castigos” que eram empreendidos de acordo com a gravidade do “pecado”. Cecília Coimbra, ao narrar sua experiência no DOI-Codi, relaciona a passagem por esse centro de repressão dentro desta chave, como uma viagem ao inferno:

Foi para um desses DOI-CODI, o do Rio de Janeiro, com sede num quartel da Polícia do Exército, em um subúrbio de classe média, que fui levada com meu companheiro, em agosto de 1970, em pleno governo Médici, um dos mais terríveis daquele período. Falar daqueles três meses e meio em que fiquei detida incomunicável sem ao menos um único banho de sol ou qualquer outro tipo de exercício é falar de uma viagem ao inferno: dos suplícios físicos e psíquicos, dos sentimentos de desamparo, solidão, medo, pânico, abandono, desespero; é falar da “separação entre corpo e mente” (COIMBRA, 2004, p. 53).

No DOPS a situação se alterava, uma vez que lá as presas eram fichadas, com as informações obtidas de forma ilegal após a tortura, e era elaborado o Inquérito Policial Militar (IPM). Novamente no documentário Torre das Donzelas, o assunto do purgatório é elaborado. O DOPS, segundo falas de expresas políticas, era o local onde era realizado o “cartório”, isto é, onde essas mulheres eram fichadas e passavam a – finalmente – existir para o mundo exterior. No purgatório, então, dividido em faixas correspondentes, cada qual, aos sete pecados capitais, eram apuradas – através dos IPMs – as atividades subversivas das presas, na tentativa de justificar as acusações que seriam impostas pelo regime. Dessa forma, demonstrava-se e classificava-se – tal qual os sete pecados capitais – quais crimes foram cometidos pelas mulheres “subversivas” e “terroristas”.

O presídio, ou o fim deste percurso, último elemento formal e institucional de sua trajetória, parece ser o momento de maior segurança para essas mulheres. Mesmo para mulheres ainda sem sentença definida, que julgamento enquanto já cumpriam uma condição que se aproximava da ideia de “pena”, o presídio era a garantia de que elas existiam dentro do sistema e que ali nada poderia acontecer, uma vez que dentro deles não era praticada a tortura física. Estar ali dentro, portanto, era ser “eleita” dentro desse imaginário a cumprir a pena a qual, mais cedo ou mais tarde, era imposta a elas. Sobre a prisão, uma das mulheres entrevistada por Elizabeth Ferreira⁵⁶ no livro “Mulheres, Militância e Memória”⁵⁷ diz:

⁵⁶ Elizabeth Ferreira entrevistou 13 mulheres que foram presas políticas enclausuradas no Instituto Penal Talavera Bruce, um dos presídios da presente pesquisa.

⁵⁷ Os nomes apresentados pela autora do livro ao citar as mulheres que entrevistou são sempre fictícios, visto que algumas pediram que a autora mantivesse o seu anonimato e a mesma decidiu manter o mesmo critério para as demais. Dessa forma, os codinomes foram distribuídos de forma aleatória.

Entretanto, em comparação com os órgãos de repressão, que *Milena* qualificou anteriormente de “os mais baixos degraus do inferno”, a prisão – esta última etapa da experiência das militantes antes de retornarem a suas vidas legais – representou uma suspensão da vivência do terror, embora tenha sido também um período de sofrimento pelas limitações, privações e imposições a que ficaram submetidas durante o período de encarceramento, quer em presídios, quer em quartéis (FERREIRA, 1996, p. 162).

A ótica abordada por *Milena* é diferente daquela apresentada pelos militares em seus discursos, mas de qualquer forma mostra como os órgãos de repressão – que englobam aqui a OBAN e o DOI-Codi – representam o que há de pior dentro dessa estrutura da repressão. A prisão aparece aqui como um momento de alívio, de suspensão da rotina de terror na qual viviam, não sendo um local onde não existe sofrimento, mas sim o lugar onde elas se sentiam mais seguras. Dentro desse contexto, desejava-se, de alguma forma, a prisão e a segurança que esta representava. “*Ironia daquela vida: desejar um presídio como se deseje uma colônia de férias!*” (FERREIRA, p. 159). Esta é uma fala de *Hercília*, outra mulher entrevistada por Ferreira.

Ainda segundo Ferreira (1996, p. 160), no início da década de 1970, a possibilidade da prisão representava justamente

a diferença entre a sobrevivência garantida por sua reinserção no sistema – por mais arbitrário que ele fosse e por mais desvantajosa que fosse sua situação dentro dele – e a morte, que lhes era sempre anunciada nos aparelhos de tortura. Enfim, estar oficialmente presa significava, para cada uma das militantes que fizeram a transição de um tipo de confinamento para outro, a possibilidade de recuperar visibilidade perante a sociedade, tendo restituídas – mesmo que estigmatizadas – sua identidade e sua existência legal. Isso lhes oferecia ao menos a possibilidade de defesa.

Essa situação se confirmava, ainda, porque a liberação de uma presa⁵⁸ dos órgãos de informação não significava necessária e automaticamente um salvo-conduto. Ainda existia a possibilidade de retornar às malhas da repressão e viver novamente a fase de interrogatórios (FERREIRA, 1996, p. 160).

Em mais de um testemunho, a prisão surge – pelo menos em um primeiro momento – como um bem-vindo *intermezzo* em suas próprias vidas. A situação-limite que viveram na militância – sintetizada pelo tripé perseguição política, clandestinidade e

⁵⁸ E de um preso político na mesma medida.

tortura – fez com que muitas delas inicialmente acolhessem a ideia da reclusão sem revolta nem temor. Para muitas, entretanto, essa impressão se transforma à medida que a vida carcerária se revela em todos os seus aspectos (FERREIRA, 1996, p. 160).

Havia uma certa retórica do *salvamento* diante de tudo que se vivia a partir do momento da “queda”, isto é, da captura pelas malhas da repressão. Imaginar a prisão como uma “colônia de férias” fazia parte de uma produção narrativa de alívios que se sucedem depois da situação de quase-morte representada pelos centros clandestinos de tortura. Nesse sentido, a prisão representa uma situação de maior segurança, mas em que medida esse local apenas complementa a linha repressiva e representa o último elemento formal e institucional de aprisionamento? Qual tipo de segurança existe dentro dessa instituição? O que podemos perceber é que há um emaranhado de instituições que se sobrepõe e que atuam juntas no aparato repressivo. Há uma vinculação das instituições que permite a passagem de uma presa política por todas as estações do círculo do inferno. E é essa vinculação que estabelece o contínuo estado de vigilância dos indivíduos por parte do Estado brasileiro. Mais à frente veremos o transporte das presas políticas para as auditorias e o retorno de algumas delas para o DOPS, o que vai elucidar essa questão da conexão entre as instituições.

O estatuto jurídico dessa prisão, contudo, não era bem definido. Segundo Ferreira (1996, p. 162), em geral, as presas políticas apresentavam dois estatutos distintos: (i) no momento em que eram indiciadas pela Justiça Militar, após serem interrogadas nos órgãos de informação – onde estavam na condição de “sequestradas” visto que não havia informações sobre a sua prisão e elas permaneciam incomunicáveis –, permaneciam presas e apenas iam depor, escoltadas, nas auditorias dos tribunais militares; e (ii) uma vez julgadas e sentenciadas por crimes contra a Lei de Segurança Nacional, permaneciam confinadas, só que desta vez como infratoras cumprindo pena. *“Entretanto, sua vida na prisão não era afetada por essa mudança de estatuto. Continuavam sendo presas políticas – comumente chamadas de “terroristas” – ou seja, continuavam sendo diferentes das presas comuns”* (FERREIRA, 1996, p. 160).

É importante perceber, contudo, que o processo nem sempre acontecia de forma tão clara e linear quanto foi narrado acima. Nem todas as presas confinadas em presídios haviam sido devidamente sentenciadas, muitas delas aguardavam seu

juízo enquanto já estavam dentro de presídios. Por conta disso, muitas presas eram sentenciadas a penas menores porque já estavam enclausuradas há anos no sistema carcerário repressivo do regime. Não havia um padrão definido, cada caso acontecia de uma forma e havia muitas tentativas do lado dos advogados de defesa de reverter a prisão. Esse foi o caso de, por exemplo, Leslie Denise Beloque⁵⁹, como a mesma narra:

Fui presa e fiquei sem prisão preventiva, sem nada ter sido decretado, fiquei quase três anos sem nada, fiquei sequestrada na realidade, a prisão preventiva foi decretada quase dois anos depois que eu estava presa. E quando eu fui finalmente julgada, eu fui julgada por um tempo menor. Condenada com um tempo menor do que eu fiquei na cadeia, tenho um crédito com a ditadura, tenho uns meses⁶⁰.

2.3.

Desconstruindo os padrões

Um último ponto importante de ser salientado antes de dar continuidade aos presídios é que não podemos manter em mente somente os grupos emblemáticos, isto é, os militantes da esquerda revolucionária urbana. Por mais que este trabalho se concentre neste grupo, como mostrei através dos dados no início deste capítulo, gostaria de ampliar rapidamente o escopo para falar um pouco sobre a repressão das mulheres em geral.

Não estou afirmando aqui que houve somente um tipo de repressão, nem que esta foi localizada ou se iniciou somente após 1968, com a edição do AI-5. Pelo contrário, existem diversos casos que aconteceram antes e, mais precisamente, a repressão começou com o advento do golpe, em 1964. Da mesma forma, a repressão atingiu outros grupos e classes: camponesas, indígenas, mulheres dos extratos mais baixos da sociedade, mulheres negras. Existe um amplo trabalho e debate que foi desenvolvido a partir do advento das Comissões Nacionais da Verdade (nacional, estaduais e municipais) que abriu um novo campo de estudo anteriormente ainda muito restrito aos grupos emblemáticos. Sabemos hoje, após uma disputa de forças com a narrativa oficial, de forma mais aprofundada, em qual medida se deu a perseguição e a repressão de opositores da

⁵⁹ Leslie Denise Beloque, ex-militante da Aliança Libertadora Nacional (ALN), foi presa em janeiro de 1970, passando pelo DOI-Codi (SP), DEOPS (SP) e pelo Presídio Tiradentes.

⁶⁰ BELOQUE, Leslie Denise. Testemunho concedido à Comissão Nacional da Verdade (CNV), 3 dez. 2013.

ditadura militar. Porém, ainda é muito difícil encontrar trabalhos de fôlego que falem especificamente sobre as mulheres.

À guisa de exemplo, gostaria de apresentar aqui alguns casos que podem nortear esse outro olhar sobre a ditadura militar. Temos como um grande conflito dentro da ditadura militar, a Guerrilha do Araguaia, ocorrida entre 1967 e 1974 na região do Araguaia entre Tocantins e Pará. Alguns pontos são importantes de serem ressaltados sobre este conflito: (i) muitos militantes dos grupos revolucionários citados neste capítulo foram enviados para fazer a guerrilha e (ii) com a aproximação dos camponeses a esses militantes, criou-se não só um novo grupamento de pessoas a resistirem contra a ditadura, mas também vínculos pessoais entre eles. Em relação às mulheres podemos dizer que estas assumiram um importante papel durante o conflito. Embrenhados nas matas, os camponeses homens tiveram que deixar as terras nas quais trabalhavam e foram as suas esposas que tomaram parte deste trabalho braçal de plantar, colher e cuidar da terra. Além disso, elas frequentemente tinham que enfrentar as forças policiais enviadas para dismantelar a guerrilha que vinha acontecendo.

Dentro desse contexto, tiveram contato com as guerrilheiras e com elas criaram laços afetivos. Nos interrogatórios, a respeito do paradeiro dos maridos e de outros militantes, eram taxadas de comunistas⁶¹. Muitas chegaram até a ser perseguidas e/ou expulsas de suas terras por acobertar “terroristas”. Torna-se mais difícil ainda traçar essa história porque, diferentemente das cidades, em que havia um certo grau de documentação, no campo, as violações que ocorriam seguiam fora dos papéis. O Estado nem ao menos reconhecia a existência da guerrilha.

Outro exemplo é o caso das mulheres indígenas. De acordo com Joffily (2016), a ditadura na América Latina assume contornos de genocídio étnico, através do emprego de violência sexual em larga escala contra mulheres indígenas (SOUZA, 2018, p. 349).

Esse tipo de padrão repressivo era compartilhado tanto por mulheres indígenas como ladinas (não indígenas), e foram executadas por diferentes organismos do Estado: exército, polícia nacional, polícia judiciária, etc. E também por agentes não estatais, mas protegidos pelo Estado, como os esquadrões

⁶¹ A seguinte reportagem traz, com riqueza de detalhes, situações vividas pelas mulheres camponesas: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/sororidade-em-pauta/ditadura-no-campo-a-memoria-da-violencia-contra-as-mulheres-camponesa/>>.

da morte, grupos paramilitares e milícias (GONZÁLEZ, p. 53-4 apud JOFFILY, 2016, p. 171).

É possível ver no Relatório Figueiredo (1967), produzido pelo Procurador Geral da República, Jáder de Figueiredo, menções às graves violações sofridas pelas mulheres indígenas durante a ditadura militar, como a prática constante e comum de prostituição das mesmas. O relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV) de 2014 discorre brevemente sobre o caso das mulheres, mostrando que ainda há muito o que ser estudado⁶²:

[A] Funai [Fundação Nacional do Índio], no entanto, foi omissa frente à situação de calamidade enfrentada pelos Cinta Larga da região. Técnicos indigenistas revelaram que mulheres Cinta Larga da Aldeia Serra Morena, em Rondônia, estavam sendo prostituídas com a conivência dos funcionários da Funai do posto indígena da aldeia. Os denunciante afirmaram que os próprios funcionários da Funai mantiveram relações com as índias e que a aldeia passou para um estágio de total dependência e abandono (CNV, 2014, p. 238).

Esses exemplos citados aqui nos mostram também que não existe só uma possibilidade de análise da ditadura militar, centrada no sudeste do país. A ditadura se estendeu para todas as regiões e estados e houve mulheres encarceradas em presídios em outros locais. Posso citar como exemplo aqui a Colônia Penal Feminina do Bom Pastor⁶³ em Recife, Pernambuco, e a Penitenciária Feminina Madre Pelletier, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Assim como é importante notar que a incursão de mulheres na LSN não começou em 1968, mas em 1964.

Dito isto, gostaria de abrir espaço para os capítulos que estão por vir e que tentam reconstruir um pouco a vida dentre as grades da prisão, o último local do seu longo trajeto.

⁶² Para saber mais sobre o Relatório Figueiredo e o relatório da Comissão Nacional da Verdade no que concerne as mulheres indígenas, sugiro a leitura de ambos na íntegra e do artigo Mulheres indígenas e ditadura militar brasileira (2018).

⁶³ Sobre o Bom Pastor, deixo aqui a seguinte referência: o filme Vou contar para os meus filhos (2011), de Tuca Siqueira.

3.

As mulheres da “Torre das Donzelas”: Presídio Tiradentes e as presas políticas (1969-1973)

Desviava-me dessas chateações próximas, refugiava-me noutras distantes. O mundo se tornava fascista. Num mundo assim, que futuro nos reservariam? Provavelmente não havia lugar para nós, éramos fantasmas, rolariamos de cárcere em cárcere, findariamos num campo de concentração. Nenhuma utilidade representávamos na ordem nova.

Graciliano Ramos, *Memórias do Cárcere*

3.1.

“Rapunzel, jogue suas tranças!” ou o que era a Torre das Donzelas?

“É um nome polêmico”, Cida Costa diz rindo ao se referir à Torre das Donzelas. Situada na parte traseira do Presídio Tiradentes, a Torre das Donzelas era uma edificação redonda de estilo colonial que abrigava as presas políticas durante a ditadura militar.



Figura 1: Presídio Tiradentes e a “Torre das Donzelas” (edificação redonda na parte traseira do presídio).⁶⁴

⁶⁴ Foto disponível em: <https://istoe.com.br/83253_A+TORRE+DAS+DONZELAS/>. Acesso em: 25 mai. 2019.

Seu nome, contudo, não surgiu no momento de sua construção e é parte de um grande debate entre as presas políticas.

Há muitas companheiras que odeiam o nome Torre das Donzelas e acham que ele é meio machista, discriminatório. Foi dado pelos meninos, pelos companheiros [presos políticos do Tiradentes]. Eu sei que a tradição oral diz que foram os meninos que começaram a chamar “Torre das Donzelas” (COSTA, 2019)⁶⁵.

Através deste depoimento de Cida Costa, percebemos que existem duas chaves de leitura para o nome “Torre das Donzelas”. Uma que pode parecer tratar das mulheres ali encarceradas como uma espécie de princesa, tal qual a Rapunzel esperando o príncipe para jogar seus cabelos torre abaixo e ser resgatada, e outra como o oposto do que seria a princesa indefesa à espera do resgate. Nesse segundo sentido, o nome “donzela” não poderia ser mais irônico, visto que as mulheres presentes nesta clausura se despiram de qualquer ideal de feminilidade que poderiam ter e exerceram uma luta considerada masculina. Assim, enquanto uma acepção constrói uma mulher “preservada” da realidade deste mundo cruel, a outra fazia justamente o contrário: apresentava mulheres que vinham do mundo e que haviam vivido inúmeras situações até chegar ali.

De acordo com Dicionário Michaelis, “donzela” era um título que se concedia às filhas de reis e de fidalgos quando ainda solteiras, poderia significar também a jovem solteira que ainda não perdeu a virgindade. Outra explicação possível seria a “*redoma de cristal ou vidro usada para proteger castiçais*”. Todas essas explicações para o termo só aproximam o termo do ideal da princesa, da ideia de proteção. Então, uma torre das donzelas também poderia ser uma redoma utilizada para protegê-las. Há, contudo, um quarto significado bem curioso. Donzela pode ser também uma expressão, ou um regionalismo pernambucano para usar o termo correto, que significa uma “*mulher que se faz passar por virgem sem o ser*”⁶⁶. Curiosa por si só, essa acepção se torna ainda mais importante se pensarmos que, aos olhos da ditadura militar, as mulheres vestiam uma carcaça que não era a sua. No caso, não era a da mulher pura e virginal, mas da mulher que resiste a um regime que não acredita ser o seu.

⁶⁵ COSTA, Maria Aparecida. Entrevista concedida à autora. 06 ago. 2019.

⁶⁶ Significado do Dicionário Online Michaelis. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=donzela>>. Acesso em: 12 mar. 2020.

É importante pensarmos, então, no que significa esse “título” para as mulheres que estou apresentando. No filme homônimo dirigido por Susanna Lira, muitas dessas mulheres apresentam as duas visões contrastantes do termo *donzelas*. A maior parte delas parece repudiar veementemente a utilização do termo no que se refere a quem elas eram e gostariam de ser naquele momento, outras observavam com algum carinho essa forma de serem chamadas. Mas há uma unidade nisto tudo: nenhuma se considerava, de fato, a princesa indefesa preservada dos males do mundo e enclausurada numa torre à espera do príncipe encantado. Pelo contrário, todas se consideravam mulheres fortes e capazes de lidar com aquela situação de cabeça erguida, a maior parte delas tendo passado por momentos muito mais críticos de sua vida antes de chegarem no Tiradentes. Iara Prado expressa sua opinião sobre o nome no filme de Lira, “*Torre das Donzelas? Não tinha nenhuma donzela lá*”. A verdade é que de *donzelas* elas não tinham nada e se orgulhavam e continuam a se orgulhar disso.

3.2.

Escombros de memórias do cárcere: o Presídio Tiradentes (1852-1973)

A Torre das Donzelas, como já disse anteriormente, era uma parte do Presídio Tiradentes, localizado no Bairro Bom Retiro na capital do Estado de São Paulo. O Tiradentes era um presídio misto composto por presos políticos e presos comuns, cada qual com seu espaço⁶⁷. Ele foi inaugurado em 1852, após mais de vinte anos de obras, possuindo em sua construção um depósito de escravos.

Sua desativação se deu em 1973, com o objetivo de dar lugar às obras do metrô (cuja estação foi posteriormente nomeada de Tiradentes), de uma agência da Caixa Econômica Estadual e do Teatro Franco Zampari (da TV cultura). Neste mesmo ano foi feita uma vistoria por engenheiros escolhidos pela Corregedoria dos Presídios e pela Polícia Judiciária que determinou a demolição do presídio, tendo em vista o risco iminente de desabamento. Os presos foram, então, transferidos para o Presídio Hipódromo e para o Carandiru. “*Ao ser demolido, restaram apenas os imensos tijolos usados nos pisos exteriores e o arco de*

⁶⁷ Apesar de ser um presídio composto por presos comuns e presos políticos, o Tiradentes ficou comumente conhecido na década de 1970 como um presídio destinado ao recolhimento de presos políticos, como podemos observar na capa do *Jornal do Brasil* de 21 de março de 1970.

granito da entrada do presídio, construído na década de 1930” (TELES, 2015, p. 200). O arco de granito, ou Portal de Pedra, foi posteriormente tombado⁶⁸ em 1985 pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT)⁶⁹. Junto a ele foi assentada uma placa de bronze no dia 25 de outubro de 1985, data em que se completavam dez anos do assassinato do jornalista Vladimir Herzog (TELES, 2015, p. 201) – posteriormente roubada e nunca substituída – com os seguintes dizeres: “*A todos os homens e mulheres que, no Brasil, ao longo da História, lutaram contra a opressão e a exploração – pela liberdade*” (CAMARGOS E SACHETTA, 1997, p. 485 apud TELES, 2015, p. 201). O portal hoje, como podemos observar na foto da direita, permanece sem placa ou qualquer referência à história do Tiradentes.



Figura 2: Portal de Pedra do Presídio Tiradentes.⁷⁰

⁶⁸ Processo n. 23384/85.

⁶⁹ Segundo dispôs o artigo 1º **Resolução SC 59/85**, de 25 de outubro de 1985, “Fica tombado como bem cultural de interesse histórico o arco remanescente da demolição do ex-presídio Tiradentes, localizado na Avenida Tiradentes esquina com a Praça Fernando Prestes, nesta Capital, pelo valor simbólico que representa na luta contra o arbítrio e a violência institucionalizadas em nosso país em passado recente”. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/4da56_RES.%20SC%20N%2059%20-%20Arco%20remanescente%20demolicao%20ex-presidio%20Tiradentes.pdf>. Acesso em 10 mar. 2020.

⁷⁰ Foto disponível em: <<http://condephaat.sp.gov.br/benstombados/portal-de-pedra-do-antigo-presidio-tiradentes/>>. Acesso em: 03 mai. 2020.



Figura 3: Portal de Pedra do Presídio Tiradentes (2016).⁷¹

Sobre a construção da Estação Tiradentes de metrô e a demolição do presídio, Rioco Kayano (FREIRE; ALMADA; PONCE, 1997, p. 336) relata:

(...) em São Paulo, o símbolo do “milagre” prometido pela ditadura era o metrô. Vai daí que o presídio Tiradentes ser substituído pela estação Tiradentes parece, mais que uma ironia, um marco simbólico.

Segundo Teles (2015, p. 198), a partir de 1935 o Presídio Tiradentes passou a receber presos políticos num pavilhão especial, a maior parte deles eram integrantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e da Aliança Nacional Libertadora (ANL). Só a partir de 1937 que o Tiradentes foi transformado em Casa de Detenção, dividido entre prisão comum e prisão especial. Um dos seus presos políticos mais conhecidos, naquele momento, foi Monteiro Lobato. De 1968 até a sua desativação, após as prisões de metalúrgicos na greve de Osasco (SP) e do XXX Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE) realizado em Ibiúna (SP), o presídio voltou a receber presos políticos. O número de presos políticos girava em torno de 250 a 400 presos⁷² (POLITI, 2009, p. 20). Eles foram

⁷¹ Foto disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Portal_do_Pres%C3%ADdio_Tiradentes_02.jpg#file. Acesso em: 03 mai. 2020.

⁷² De acordo com a reportagem “Operação-Bandeirantes dá início a campanha contra publicações pornográficas” (*Jornal do Brasil*, 09 de março de 1970), mais de 200 aparelhos da VPR foram destruídos em um ano de trabalho. Com isso, foi efetivada a prisão de 400 militantes (“terroristas”, nas palavras do jornal), dos quais 300 foram presos no Presídio Tiradentes e processados pela Justiça Militar. Essa reportagem sobre o processo de desmantelamento de uma organização de peso demonstra como o Tiradentes foi um destino importante da trajetória de encarceramento dos militantes apreendidos pela ditadura militar, assim como nos ajuda a ter uma ideia da quantidade de militantes que foram encarcerados dentro dele.

encarcerados, inicialmente, apenas na ala especial do Pavilhão I, mas com a chegada de novos prisioneiros – aumentando muito o número deles dentro do presídio –, as celas foram estendidas também para o Pavilhão II.

O Presídio Tiradentes só voltou a receber dissidentes políticos após 1968. As primeiras presas políticas chegaram logo depois, sendo enclausuradas na Torre das Donzelas, pois se tinha como objetivo separá-las tanto dos homens quanto das presas comuns. Dulce Maia foi a primeira mulher a chegar neste novo ambiente do presídio, ficando pouquíssimo tempo lá antes de ser transferida para o Quartel da Sétima Companhia de Guarda. Tempos depois ela retorna ao Tiradentes (CARVALHO, 1998, p. 100-101).

A experiência de Margarida Maria do Amaral Lopes, conhecida como Guida, uma das primeiras mulheres a ser encarcerada na Torre das Donzelas, em 1969, nos faz compreender os momentos iniciais da Torre.

Eu só saí do DOPS porque estava chegando mais gente, então eles nos enviaram pro Tiradentes e providenciaram essa prisão feminina. A ala masculina já uma prisão mais tradicional, os meninos ficavam em celas, (...), por isso ficamos na torre, existia esse simbolismo da torre. Eram três celas bem grandes lá em cima na Torre (LOPES, 2019).

Para adentrar a Torre, as presas políticas tinham que passar por um corredor de celas ocupadas pelas presas correcionais⁷³, ou *corrós*, como eram comumente conhecidas, nome que remete ao objetivo inicial do presídio: “prisão com trabalho” nas Casas de Correção. As *corrós* podiam ficar detidas por diferentes períodos de tempo (horas, dias ou meses), não possuindo processo aberto ou até mesmo culpa formada, chegando geralmente durante a madrugada para serem soltas ao entardecer. Havia um rodízio permanente de detentas (FREIRE; ALMADA; PONCE, 1997, p. 101).

A caminho da nova cela, passei por um longo corredor descoberto, formado de um lado por uma alta muralha e, do outro, por grades fechando ambientes que mais se assemelhavam a jaulas. Penduradas às grades, dezenas de mulheres, sacudiam suas barras de ferro e gritavam: “Estudante... Estudante...” (FREIRE; ALMADA; PONCE, 1997, p. 100).

⁷³ As presas comuns posteriormente foram realocadas em outro espaço do presídio, mas as presas políticas continuaram a passar por esse corredor de celas – então vazias – para chegar na torre.

Dentro da Torre, a estrutura era diferente. Havia pequenas celas no andar térreo e duas escadarias laterais que começavam num espaço semelhante a um *hall* e se encontravam no piso superior. No segundo andar da Torre, haviam três celas: (i) a cela 4, conhecida como “celão” devido aos seus quase 80 metros quadrados, (ii) a cela 5, que foi reapropriada para ser uma cozinha e (iii) a cela 6, espaço onde também havia beliches para as mulheres dormirem. Sobre a estrutura e arquitetura da Torre das Donzelas, Rita Sipahi⁷⁴ disse:

O local que habitávamos no presídio Tiradentes era uma velha torre circular, de paredes maciças, rodeada de guaritas, isolada do resto do presídio pelo pátio feminino, e tendo como única entrada uma porta de ferro. Dentro, o acesso às celas se dava por uma escada dupla, majestosa, em forma de ferradura. Sua amurada na parte superior, como um mezanino, permitia a visão do que acontecia na parte de baixo. A porta de entrada e de saída rangia sempre, e seu cadeado tinha uma batida inconfundível (FREIRE; ALMADA; PONCE, 1997, p. 183).

As mulheres do Tiradentes sempre descrevem a escadaria que fazia uma curva dentro da Torre. Era essa uma das primeiras visões na sua chegada e era nela que elas se reuniam para se despedir de uma companheira que havia sido libertada. Havia até mesmo um hino de despedida: a música *Suíte dos Pescadores*, de Dorival Caymmi, seguida pelo hino da Internacional Comunista (FREIRE; ALMADA; PONCE, 1997, p. 337; KAYANO, 2019; MIRANDA, 2018)⁷⁵.

A carceragem também era dividida pelos padrões de gênero da sociedade. Na carceragem da ala feminina do presídio, que atendia tanto as presas políticas quanto as comuns, só trabalhavam mulheres. Essas mulheres eram Policiais Civis, portanto, não ligadas às Forças Armadas, como era de praxe dentro dos presídios desde a sua construção. As alas masculinas, por outro lado, eram atendidas por policiais civis homens (MIRANDA, 2018; FREIRE; ALMADA; PONCE, 1997, p. 100).

Como já demonstrado no capítulo anterior, a chegada ao Tiradentes trazia consigo um sentimento de alívio e segurança; “*chegar ao Tiradentes significava um alívio, quase uma vitória por ter sobrevivido às torturas, ao desaparecimento, à morte*” (FREIRE; ALMADA; PONCE, 1997, p. 337). Elas já haviam passado

⁷⁴ Rita Sipahi, foi dirigente da UNE e militante da Juventude Universitária Católica, foi presa em 1971 e encarcerada no Presídio Tiradentes.

⁷⁵ Esse acontecimento foi recriado no filme *Torre das Donzelas* (2018), dirigido por Susanna Lira.

pela OBAN e sido alvo das torturas ali cometidas, tinham dado seu depoimento formal no DOPS, sendo denunciadas e enquadradas dentro da LSN. O Tiradentes era o último ponto, a representação oficial de instituição que priva a liberdade do ser humano.

Quando os presos já haviam passado pelas seções de interrogatórios, torturas, e quando finalmente eram registrados junto a Auditoria Militar alguns eram transferidos para o Presídio Tiradentes para aguardar o julgamento, cumprir a pena e ficar à disposição dos militares (PROGRAMA LUGARES DE MEMÓRIA, 2014, p. 4).

As mulheres que lá chegavam, portanto, costumavam ser encaminhadas do DEOPS para o Tiradentes. É interessante notar a forma como se dava essa passagem. Tanto Ana Bursztyn Miranda (MIRANDA, 2018) quanto Dulce Maia (FREIRE; ALMADA; PONCE, 1997, p. 99) comentam todo o aparato montado para o seu transporte e ressaltam como a construção da mulher “terrorista” e “perigosa” se refletia no excesso de guardas, proteção e algemas, quando, na verdade, tratava-se de mulheres muito debilitadas pelas sessões de tortura. Ana recorda-se com certo divertimento essa superestrutura de transporte e segurança montada pelos militares, e Dulce não parece estar muito atrás desse sentimento no seguinte relato:

Para transportar-me do largo General Osório (endereço do DEOPS) ao Presídio Tiradentes (a um quilômetro e meio de distância, se tanto, em pleno centro de São Paulo), foi montado um forte e espalhafatoso esquema. Um aparato bélico e uma escolta que mais pareciam destinados a transportar um destacamento inimigo preso para uma cidade a milhas de distância. Enfim, havia algo de paradoxal e muito de ridículo: todo aquele aparato de homens armados até os dentes, homens grandes, fortes, de ombros largos, de capacetes, cassetetes, revólveres, pistolas, fuzis, metralhadoras – e a ajuda de alguns cães pastores – cercando a entrada do DEOPS, aguardando a saída da “terrorista”. A porta se abre e, de repente, sai aquele fiapo de gente, quase apenas pele e osso, pálida pelos meses sem sol, e com os braços algemados para trás. Era eu (FREIRE; ALMADA; PONCE, 1997, p. 99).

Elas ainda eram encaminhadas para a Torre dentro desses parâmetros: conduzidas por policiais, com os braços algemados atrás das costas. Dulce aponta que era fácil perceber que elas não eram presas comuns, coisa que as *corrós* fizeram logo de cara na sua chegada, uma vez que “mulheres não usavam algemas

e muito menos com os braços presos às costas” (FREIRE; ALMADA; PONCE, p. 101).

Assim, a sensação de alívio proporcionada pela suspensão da situação-limite em que viviam dentro do Tiradentes, se intensifica porque, como vimos, os presídios não eram locais onde aconteciam as seções de torturas físicas. Essa etapa do processo já havia ocorrido. *“Não havia um centro de tortura dentro da prisão, então já havia passado tempo. Eles já não estavam mais tão interessados em pessoas que estavam presas há muito tempo, para colher informações”* (LOPES, 2019). É importante, no entanto, notar que ainda estamos lidando com uma prisão. Essa construção lidava e lida com diversas restrições, deficiências e desmandos. Para Dulce Maia, a sua passagem pelo Tiradentes representou um momento de atenuação do que viveu até então: *“No princípio, senti um alívio. Cheguei a acreditar que tudo ali seria diferente, ilusão que durou pouco. Logo percebi que toda cadeia é essencialmente igual, ainda que tenha métodos diferentes”* (FREIRE; ALMADA; PONCE, 1997, p. 100).

Contudo, Dulce demonstra que a prisão não era só o mundo de flores que elas acabavam imaginando quando cessava a vida de medo constante da OBAN, DOI-Codi e DEOPS. Ela significava muito mais do que isso. Sobre isso, Dulce compartilha a sua experiência: *“tive que passar por uma humilhante e constrangedora revista e meus poucos pertences ficaram ali retidos”* (FREIRE; ALMADA; PONCE, 1997, p. 100). Segundo Ana (MIRANDA, 2018), não havia uma divisão por sexo na entrada do presídio, logo, existiam carcereiros e carcereiras para fazer a revista. A revista “indecente” é, ainda hoje, uma grande questão para pessoas presas ao redor do país. Dessa forma, as restrições se amontoavam: elas iam da ausência de assistência médica à falta de salubridade. A limpeza ficava a cargo das próprias presas políticas, e elas dividiam a tarefa a partir do que foi acordado no coletivo (falarei mais sobre o coletivo, sua rotina e organização nas próximas páginas). Era comum, portanto, encontrarem constantemente ratos, baratas e outros insetos nas suas celas e no sanitário que era, na verdade, uma privada turca, de onde também saíam insetos. *“A gente se preocupava mais com as baratas, tinha muita barata, (...) e com a limpeza, com, enfim, tentar criar uma coisa mínima”* (LOPES, 2019). As primeiras mulheres a chegarem na Torre, inclusive, tiveram que criar formas para lidar com o ambiente

que lá encontraram. Nesses momentos iniciais, uma das maiores preocupações era cuidar do espaço prisional, que viria a ser a sua “casa” pelo tempo que fosse designado pela justiça.

Antes de continuar, preciso ressaltar que os depoimentos das mulheres, concedidos a mim ou não, diferem muito entre si. Isto porque existiram vários *momentos* dentro do Tiradentes. Logo, uma mulher que esteve na torre em 1969 contará suas memórias de forma muito diferente de outra que esteve lá dentro nos anos finais. Ao mesmo tempo, estamos lidando aqui com construções muito diferentes em torno da memória, que diferem em termos temporais. Um relato de 1997, como aquele concedido ao livro *Tiradentes, um presídio da ditadura*, terá inúmeras diferenças de um concedido diretamente a mim em 2018 ou 2019. Isso porque a memória está repleta de esquecimentos, de escolhas e de circunstâncias. Falo circunstâncias porque me foi alertado em mais de uma entrevista que elas nunca haviam pensado sobre o período nos presídios nos termos que propus, não porque não tivessem vivido diante de impeditivos dados pelo gênero em que nasceram e se identificam, mas porque às vezes certas questões ficavam mais diluídas diante de outras. O que podemos notar com tudo que foi aqui exposto, é que a experiência é algo pessoal, e lente com a qual observamos o mundo depende de fatores internos e externos. Por isso nos vemos diante de um mundo de possibilidades quando falamos de história oral⁷⁶.

3.3.

“Um pequeno aceno com o paraíso para quem já estava há alguns meses no inferno”⁷⁷

Guida se recorda que havia uma única forma de ver a rua que cercava o presídio: subindo nos beliches que ficavam mais perto da janela, “*para olhar o pedacinho da rua como conseguia*” (AMARAL, 2019). Esse era o único contato com o mundo exterior que tinham, até o momento em que recebiam as visitas, ou quando eram encaminhadas para alguma auditoria ou para outros presídios, como aconteceu com Dulce Maia e Ana Bursztyn Miranda. Contudo, no último caso,

⁷⁶ Alguns estudos de história oral que norteiam esse trabalho são: GAGNEBIN (2006), HALBWACHS (2006), LE GOFF (1997), MEIHY (2010), POLLAK (1989).

⁷⁷ Frase dita por Dulce Maia no livro *Tiradentes, um presídio da ditadura* (1997), organizado por Alípio Freire, Izaías Almada e J. A. Ganville Ponce (FREIRE; ALMADA; PONCE, 1997, p. 97).

era somente através de orifícios na porta de uma caminhonete tipo furgão que elas conseguiam ver a rua.

Tanto na ala masculina, quanto na ala feminina, existia um clima de “cordialidade”⁷⁸ entre os presos e presas. Havia certas divergências, mas elas eram pequenas diante do espectro maior, pelo menos entre as mulheres⁷⁹. Não quero afirmar aqui, contudo, que aquele era um ambiente que só se praticava a solidariedade e a irmandade. Houve brigas muito sérias dentro do coletivo, fato que elas mesmas comentam em diversas entrevistas. Contudo, é muito difícil chegar ao fundo das brigas para abordá-las de forma detida nesta dissertação. Elas comentam, mas não entram em muitos detalhes. Muito porque o Tiradentes era encarado como uma espécie de “escola de convivência” (KAYANO, 2019)⁸⁰, visto que dentro das circunstâncias em que elas se encontravam, não tinha como existir fora da coletividade. Neste ponto, podemos perceber como a cadeia muda a vida das pessoas que passam por elas (MALLART, 2014, p. 15); seja através de uma ótica de necessidade de adaptação, seja através de uma ótica de afetos e solidariedades, isto é, de relações (PADOVANI, 2015, p. 17).

O número de mulheres lá dentro variava, mas chegou a ter em torno de cinquenta nos momentos mais lotados. É importante compreender que dentro da torre tinham mulheres de diferentes organizações, com propostas de vida e de revolução diferentes que se viam na necessidade de estar umas com as outras. Mas isso não necessariamente causava só conflitos, que existiam, mas geravam redes de afeto. É o caso de Rose Nogueira e Ilda Martins da Silva, unidas primeiramente pelo fato de ambas estarem apartadas dos filhos. Rose diz:

Ficamos amigas. (...) Fomos descobrindo outras coisas comuns, além dos bebês e da origem espanhola. Fazíamos omeletes no único fogareiro elétrico, com certeza pela experiência nas *tortillas*. Sabíamos costurar e fazer crochê. E usávamos aquelas expressões andaluzas, além de uma ou outra frase em espanhol suspirando (FREIRE; ALMADA; PONCE, 1997, p. 144).

Com isso podemos perceber que se criavam laços que iam além da condição comum de presas políticas, mas que atingiam um nível de pessoalidade e

⁷⁸ DEOPS, Auto de Qualificação e de Interrogatório de Carlos Lichtsztejn, 1971. In: BNM 020, p. 263. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/BIB_01/28818>. Acesso em: 13 mai. 2020.

⁷⁹ É possível encontrar, entre os homens, documentos da repressão que se referem a brigas físicas entre mais de um preso político.

⁸⁰ KAYANO, Rioco. Entrevista concedida à autora no dia 07 de agosto de 2019.

identificação muito profundo. Guida fala um pouco sobre o que o confinamento na torre e as relações estabelecidas lá dentro significaram para ela e para as outras: “claro, existe uma afetividade. Cada vez que eu encontro uma das meninas com quem eu fui presa, tem uma afetividade enorme” (LOPES, 2019). Muitas delas mantiveram contato depois de sair da prisão, visitando-se de tempos em tempos até os dias de hoje.

Laços de irmãs e de amor são relacionamentos de ajuda mútua enredados por trocas de afeto, cuidados e dinheiro. São laços nutridos pela manutenção na dura caminhada na prisão. Quer dizer, pela manutenção da vida em sentido amplo. Nesse registro, os vínculos da caminhada são definidos pelo ordinário. São laços criados pelas trocas das substâncias que produzem a vida cotidiana. A comida, o dinheiro, os segredos, os gozos e os afetos são como o *relatedness* de que fala Carsten (2004). Substâncias que produzem família (PADOVANI, 2015, p. 20).

É o conceito de substância, cunhado por Carsten (2004) e seguido por Padovani (2015), que nos ajuda a entender essa relação/afinidade/ligação/parentesco (ou *relatedness*, no seu original em inglês) que os muros da prisão ajudam a gerar nas pessoas que nela habitam. A substância, nesse sentido, é formada a partir do embaralhar de corpos e relações e das transformações que causam um no outro, permitindo “borrar fronteiras que separam o que é socialmente considerado essencial/natural/genético do que é pensado a partir das relações de nutrição/códigos/leis” (PADOVANI, 2015, p. 20).

Cada cela era composta por beliches, e algumas possuíam cama. Nas celas de baixo geralmente ficavam as mulheres mais velhas para evitar que elas ficassem subindo as escadas. Eva recorda que ela também ficou numa cela no andar térreo, pois estava grávida quando chegou no Tiradentes (SKAZUFKA, 2019)⁸¹. Segundo Eleonora Menicucci, em entrevista concedida ao Memorial da Resistência em 16 de maio de 2018⁸², nunca se chegava e ia direto para a cela que se queria, até porque naquele momento não se tinha ideia de qual cela se queria ocupar. Na chegada, portanto, elas ficavam numa cela no térreo da torre antes de subir e ocupar uma cama de beliche em uma das demais celas.

⁸¹ SKAZUFKA, Eva. Entrevista concedida à autora no dia 06 de agosto de 2019.

⁸² OLIVEIRA, Eleonora Menicucci de. **Entrevista sobre militância, resistência e repressão durante a Ditadura Civil-Militar**. Memorial da Resistência de São Paulo, entrevista concedida a Luiza Giandalia e Julia Gumieri em 16/05/2018.

Em cada cama existia uma caixinha de papelão chamada de “mocó”, local onde elas guardavam seus objetos de cunho mais pessoal; “*aqui é o meu mocó, aqui é a minha casa*”, Ana diz no documentário *Torre das Donzelas* (2018). O mocó representava o que havia de mais individual entre elas. Num local de grande convivência, em que muitos objetos se baseavam no uso comum, o mocó trazia de volta um pouco do que era pessoal. Além disso, mesmo que houvesse um sentimento coletivo de segurança por estarem no Tiradentes, a sensação de que tudo poderia acabar a qualquer momento permanecia com elas, muito porque existia chances de elas serem transportadas para outros presídios, como aconteceu com algumas delas, encaminhadas à Penitenciária Feminina da Capital (Carandiru). Só que no beliche, diante do mocó, havia uma permanência.

Como já foi apresentado aqui, os anos iniciais da Torre das Donzelas são bem diferentes dos seus anos finais. Isso porque, ao longo do tempo, as presas políticas foram construindo aquele espaço através de pequenas resistências, que visavam, principalmente, a apropriação do espaço prisional. Nesse sentido, é importante entender que o objetivo da prisão é “*te priva[r] do controle do seu tempo e do seu espaço, é isso que [é] uma prisão, [ela] priva alguém*” (ROUSSEFF, 2018, p. 24)⁸³. Segundo Dilma Rousseff⁸⁴, o que as mulheres da Torre fizeram foi trabalhar devagar para ter controle do espaço. Primeiro, começaram a reivindicar todas as celas da Torre, pois no momento inicial elas ficavam restritas a uma única cela. Depois, conseguiram que as portas não ficassem mais trancadas. Montaram, ainda, uma cozinha e a partir daí conseguiram dizer a hora em que iam fazer suas refeições. Essas pequenas resistências acabaram alterando a noção de tempo dentro da prisão.

Ser dona do seu tempo é algo muito importante, e isso só ocorre se você tiver algum controle relativo do espaço, e nós conseguimos controlar o espaço até o portão pós... Até o portão do primeiro pátio, final do primeiro pátio, nós conseguimos controlar. Conseguimos controlar com negociação, isso implicou que também a gente tinha uma boa biblioteca, uma

⁸³ ROUSSEFF, Dilma Vana. **Entrevista sobre militância, resistência e repressão durante a Ditadura Civil-Militar**. Memorial da Resistência de São Paulo, entrevista concedida a Luiza Giandalia e Julia Gumieri em 28/05/2018.

⁸⁴ Dilma Vana Rousseff, ex-militante do Comandos de Libertação Nacional (COLINA) e da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares, viveu quase três anos enclausurada, passando pela Operação Bandeirantes (OBAN), pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e pelo Presídio Tiradentes.

excepcional biblioteca. Que ficava debaixo do chão (ROUSSEFF, 2018, p. 25).

Percebemos, portanto, um elemento muito importante para o ambiente prisional, que foi essencial para as grandes mudanças ocorridas dentro da Torre se comparamos 1969 com 1973: a *resistência*. Vindas de um contexto de organização política e resistência à ditadura militar no seu sentido mais amplo, essas mulheres puderam utilizar todos os seus conhecimentos e práticas também dentro da prisão. O conceito de *resistência* vem há muito tempo sendo utilizado por teóricos, dentre eles, Foucault (1994). Segundo o autor, nos

casos de dominação – econômica, social, institucional, ou sexual –, o problema, com efeito, é o de saber onde vai se formar a resistência (...). Numa tal situação de dominação, deve-se responder a todas essas questões de um modo específico, em função do tipo e da forma precisa de dominação. Mas a afirmação, “você enxerga o poder em todo lugar; logo não existe lugar para a liberdade”, parece-me absolutamente inadequada. Não se pode me atribuir a ideia de que o poder é um sistema de dominação que tudo controla e que não deixa nenhum lugar para a liberdade (FOUCAULT, 1994, v.4, p. 721 apud CASTELO BRANCO, 2001, p. 243).

Foucault, portanto, encara a resistência ao poder como uma forma de defender a liberdade do indivíduo através das lutas sociais. É uma resposta às críticas de que seus escritos, entremeados pelo poder, haviam esquecido os indivíduos que compõem as relações que estudava. Mesmo que o filósofo não veja como possibilidade uma luta entre liberdade e poder em *regimes de terror*, no qual uma ditadura se classifica, ainda é possível pensar que a prisão abria espaço para o exercício de resistência que não era possível no DOI-Codi nem no DOPS. E foi exatamente isso que as mulheres da Torre fizeram através de suas reivindicações por espaço, como Dilma disse, através da utilização de mais celas, da organização de uma cozinha e da biblioteca que montaram, controlando também o próprio tempo dentro da prisão. Assim, a resistência que apresento neste trabalho pode significar, também, uma reação que revela tensões, conflitos e tira o indivíduo da anomia. Nesse sentido, Castelo Branco (2001, p. 244), se referindo a Foucault, complementa a discussão que começamos neste ponto:

Mas a força, se impede, não constitui uma impossibilidade para a liberdade, quando ela encontra ensejo para se exercer. A liberdade, por sua condição ontológica, é insubmissa. Diz sempre não às forças que procuram, senão aprisioná-la, formatá-la e controlá-la.

Os escritos de Foucault, contudo, são atravessados por inúmeras críticas. Dentre elas percebe-se a dificuldade de lidar com a agência dos sujeitos em relação às estruturas de poder. Se adentrarmos as críticas feministas, há inúmeros estudos que atentam para a omissão de aspectos de gênero nas análises de Foucault. Mesmo que Foucault tenha tentando responder às críticas através da chave da resistência, não dá para se separar o poder da resistência. As relações de poder expressas por ele remetem ao par dominação/resistência “*na condição de sujeitos livres (...) noção especialmente problemática no que tange à condição feminina*” (NARVAZ, NARDI, 2007, p. 56). O exercício da resistência sempre passa pelo poder, sendo uma relação dialética. Mais do que isso, o exercício do poder passa a dominação masculina.

Um dos pontos de resistência delas, e forma de exercer a liberdade, era a entrada de livros no Tiradentes, que se dava da mesma forma para os presos políticos: “*livros existentes dão entrada pela Auditoria Militar, mediante autorização expressa do Exo. Sr. Juiz Auditor*”⁸⁵, vetando-se a entrada de livros que tratassem de política⁸⁶. Ainda assim, a OBAN batia no Tiradentes e apreendia os livros considerados subversivos que haviam conseguido entrar pelo crivo do juiz (que não os considerava subversivo). Esse foi o caso d’*A origem das espécies* (1859), de Darwin, e quase foi o caso d’*A questão agrária* de Karl Kautsky (1899), como relata Dilma:

Por que a OBAN fazia batida? Porque o presídio Tiradentes era, vamos lembrar, o paraíso. Que que você tem no paraíso? Você tem documentos, denúncia de tortura, você tem tudo e tem livro também, comunista e tal, como eles chamavam. Livro subversivo, livro que não podia estar lá. (...) Aí você tinha que ir lá negociar. Eu negocieei várias vezes, aí dizia pro capitão

⁸⁵ DEOPS, Auto de Qualificação e de Interrogatório de Carlos Russo Junior, 1971. In: BNM 020, p. 283. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/docreader/DocReader.aspx?bib=BIB_01&PagFis=28838>. Acesso em: 13 mai. 2020.

⁸⁶ DEOPS, Auto de Qualificação e de Interrogatório de Carlos Lichtsztejn, 1971. In: BNM 020, p. 263. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/docreader/DocReader.aspx?bib=bib_01&pagfis=28819>. Acesso em: 13 mai. 2020.

Maurício, eu lembro do capitão Maurício dirigindo. ‘Capitão Maurício, esse livro não é um livro subversivo. Primeiro a capa dele é verde, segundo a questão agrária. Questão agrária não é uma questão subversiva, deixa o livro aqui’. Era Kautsky. Ele deixou. Esse eu lembro direitinho que ele deixou⁸⁷.

Dentro dessa lógica, tudo podia ser subversivo. Por esse motivo, elas costumavam esconder também os livros para evitar sua apreensão nas batidas, ou revistas. As revistas aconteciam sem aviso prévio com o intuito de confiscar todo o material considerado subversivo que circulava dentro do presídio. A forma de se proteger das revistas era, segundo Eva⁸⁸, visto que todo mundo deveria ficar do jeito que estava no momento em que ela acontecia, manter tudo sempre escondido.

As revistas nas celas, ou as ameaças, se tornavam mais constantes em momentos em que havia o sequestro de alguma figura importante por militantes do lado de fora (embaixadores, cônsules e diplomatas, por exemplo). Além disso, o presídio ficava interditado e eram suspensas todas as visitas e comunicações com o exterior, inclusive com os advogados. Aumentavam também as ameaças por parte dos policiais e da direção do presídio, uma vez que essas ações tinham como objetivo a troca entre a figura sequestrada e militantes presos (FREIRE; ALMADA; PONCE, 1997, p. 105). Sobre isso, Dulce elabora:

Enquanto durava cada sequestro, o presídio ficava isolado, interditado, e as visitas, suspensas. Mas, fosse através dos guardinhas da muralha, fosse através de outros esquemas, acabávamos tendo informações sobre o que se passava no mundão. As ameaças de revistas nas celas se tornavam mais constantes, do mesmo modo que outros tipos de provocações e ameaças por parte de PMs ou da direção do presídio. Entre nós, presos e presas, criava-se um clima de expectativa em relação ao êxito da ação e da aceitação ou não pelo governo das exigências feitas por parte do comando da organização que conduzia as negociações. (FREIRE; ALMADA; PONCE, 1997, p. 105).

Outro ponto de resistência foi a montagem da cozinha. Nos anos iniciais, a comida era disponibilizada pelo próprio presídio, vinda diretamente do Presídio Carandiru em condições muito precárias de higiene e qualidade (PROGRAMA LUGARES DE MEMÓRIA, 2014, p. 7; AMARAL, 2019). Neste espaço

⁸⁷ Depoimento disponível no filme *Torre das Donzelas* (2018).

⁸⁸ Idem.

conquistado, havia um fogareiro elétrico e uma frigideira elétrica. As comidas eram preparadas com os alimentos levados pelas famílias nos dias de visita. Elas se dividiam por equipes de tarefas, formando duplas que se revezavam para cozinhar e limpar o espaço em que viviam. Rose diz sobre Ilda: “*Fazíamos parte da mesma equipe de tarefas. Varriamos as celas, passávamos pano úmido e cozinávamos. Não sei quantas equipes tínhamos. Elas iam aumentando à medida que chegavam novas presas*” (FREIRE; ALMADA; PONCE, 1997, p. 97). Houve, portanto, uma tentativa de organização das tarefas, das discussões e do que se procurava aprender uma com a outra através da figura do coletivo, isto é, na forma de uma organização coletiva, inspirada pela vida nas organizações de esquerda das quais faziam parte; “*mal ou bem a gente se organizava, para começar a ter um cotidiano: fazer a limpeza, faz reunião, discute*” (LOPES, 2019). Sobre a formação do coletivo, Guida continua:

o coletivo se formou porque a gente estava presa, né? É simplesmente isso. O que vamos fazer? Estamos presas, vamos nos organizar, só isso. (...) é natural. As condições eram tão adversas que ou você se juntava, porque nem se colocava a ideia de a gente não estar junto, porque se tinha ditadura do outro lado (...) (LOPES, 2019).

O coletivo era uma organização que se estruturava, portanto, dentro das circunstâncias em que elas se encontravam, isto é, o ambiente prisional em que se podia exercer alguma resistência e criar afetos, e do contexto maior da ditadura. Podemos ver a prisão, portanto, como produtora de sujeitos e subjetividades várias (FOUCAULT, 2001) que procuram se adaptar ao ambiente no qual foram colocadas e se relacionar com as demais subjetividades que encontraram ali dentro.

A adaptação a essa nova realidade é também, de alguma forma, internalizar o signo *prisão* e entender como essa estrutura física influencia a vida dos presos. É importante notar que existem diferenças entre a experiência de encarceramento no Tiradentes, ainda mais quando falamos da Torre das Donzelas, em relação a outros tipos de encarceramento no Brasil e no mundo, especialmente quando se trata de presos comuns. Contudo, ainda posso afirmar que existe um fenômeno que perpassa todos os que se veem dentro dessas

instituições, e que usarei para analisar as presas políticas: a *prisionização*. Essa expressão, cunhada por Donald Clemmer (1940), segundo Sussekind (2014, p. 34)

(...) sintetiza a absorção dos valores da prisão. Os valores da instituição passam a ser refletidos em sua personalidade, provocando algo como a vida do preso vivida pela perspectiva da prisão, assumida a partir da prisão. (...) quanto mais longa a estadia na prisão, mais o preso se tornava adaptado à cultura do cárcere.

Nesse sentido, a autora continua, há uma tentativa, por parte dos presos dentro da prisão, de fingir aceitação às condições de vida que lhe são apresentadas, em geral hostis e ilógicas, sem que exista qualquer tipo de controle ou escolha. É necessário que haja, portanto, um autocontrole permanente por parte dos indivíduos encarcerados. Um exemplo disso é a necessidade de estarem sempre escondidos os objetos que poderiam ser apreendidos como subversivos nas batidas feitas pela OBAN, como já citado. Logo, “*mudam hábitos, surgem estratégias, e o objetivo é a sobrevivência durante o período de cumprimento da sentença*” (SUSSEKIND, 2014, p. 36). Sussekind vai sugerir ainda que os efeitos nocivos desse processo “*parecem ser reduzidos através do compartilhamento da singular comunicação dos presos*” (SUSSEKIND, 2014, p. 35), isto é, a forma de se defender disso é através da união entre eles.

Estratégia talvez seja o termo mais acurado para explicar a forma que as mulheres da torre encontraram para tornar mais “palatável” a sua vivência ali dentro. Desde a ocupação de outros espaços até a organização de tarefas e atividades, a estratégia era construir algo delas buscando ressignificar a prisão. Sobre isso, Dilma levanta alguns pontos muito importantes no documentário *Torre das Donzelas* (2018): “*a torre é uma experiência política também, é como mesmo de fora, mesmo com muita repressão, nós conseguimos construir*”. Toda a bagagem política vivida do lado de fora foi levada para aquele momento dentro do Tiradentes. Em nenhum momento elas pararam de fazer política e de construir um “mundo” melhor com o que elas tinham em mãos. Dilma ainda continua: “*nós fugimos de uma visão penitente de cadeia*”. A prisão, nesse sentido, ganhava uma nova roupagem e não se tornava somente uma passagem de certa expiação dos pecados ou conformação com os ditames deste lugar apartado da sociedade. Elas se despiam, assim, da visão de que o seu encarceramento era culpa delas e encontravam um novo caminho a ser trilhado: continuamente exercer seus ideais e

continuar lutando contra a ditadura militar. A cadeia, por fim, ainda tinha um outro sentido: restritas àquele ambiente sem saber o que quando aquilo iria acabar e diante de outras mulheres que vinham de outras organizações, de outras vivências e com outra bagagem, passavam a viver um momento de reflexão, sobre a luta que vinham travando, sobre o espaço que ocupavam e até sobre elas mesmas.

Elas aproveitavam o período encarceradas também para darem e fazerem aulas entre si sobre os mais diversos tópicos. As presas políticas se dividiam de acordo com suas formações, disponibilizando para quem quisesse participar das aulas sobre os mais diversos assuntos (línguas, filosofia, biologia). Além disso, eram frequentes as reuniões de discussão sobre livros e a conjuntura política. Essas atividades tinham caráter não obrigatório e nem sempre todas as mulheres participavam. Ao lado disso, havia a prática de exercícios físicos constantes e a tentativa de fazer com que o grupo todo participasse desses momentos. Havia, ainda, a confecção de artesanato que era vendido no exterior pelas famílias com a finalidade de angariar dinheiro para elas lá dentro. Essa atividade também ocorria na ala masculina e consistia, também, em uma forma de resistência. Eles podiam, nos artesanatos, fazer uma foice e um martelo que não seria descoberta pela repressão, por exemplo, ou até mesmo, e esse caso é específico dos homens, esconder um carimbo roubado da Auditoria Militar que era utilizado para marcar certos livros que poderiam ser considerados “subversivos” e fazer com que estes aparentassem ter passado pela liberação da censura.

Questionado sobre a permissão do uso de materiais de trabalho nas celas como tesouras, cola para couro e outros materiais, que não são comumente permitidos dentro de unidades prisionais, [Manoel] Cyrilo destacou que a censura aos presos políticos era, sobretudo política. A grande represália era com revistas e livros, com materiais “subversivos”. Além do fato de que a produção dos artesanatos tinha um cunho social, os produtos eram vendidos por seus familiares, e a renda destinada a famílias de presos em situação de carência (PROGRAMA LUGARES DE MEMÓRIA, 2014, p. 8).

Ao mesmo tempo, elas conseguiram a liberação de uma televisão para uso recreativo, rádio e até mesmo jornais, mesmo que os periódicos chegassem pelo menos dois dias depois e o rádio fosse confiscado em certos períodos, como os quando acontecia a “tranca” após sequestros. Segundo Ana (MIRANDA, 2018),

elas eram “*muito demandantes*” e procuravam falar com as carcereiras e/ou diretor sempre que precisavam de algo. As reivindicações eram várias.

Ao lado de tudo isso, eram relativamente comuns as visitas de membros do governo, da OBAN, e até mesmo de civis, que tinham como intuito averiguar a situação carcerária no seu sentido mais amplo: desde confiscar materiais subversivos, passando por manter o controle sobre possíveis denúncias que poderiam sair dali, até a presença de mulheres da elite (damas da sociedade, como descrito por Nair no documentário *Torre das Donzelas*) que gostariam de ver de perto as “*mulheres de família, universitárias, que estavam presas*”⁸⁹. Segundo Dulce, após o sequestro do diplomata alemão Ehrenfried von Holleben em junho de 1970 pela VPR, elas receberam a visita do então

secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo, que se fez acompanhar do delegado chefe do Serviço Secreto da Polícia Política. (...) no sábado, anunciou-se que o governador iria nos visitar. Ele, no entanto, não apareceu. Em seu lugar, vieram sete tiras que se fingiam de jornalistas – seis, na qualidade de repórteres, e um, na de fotógrafo. Diziam querer tomar contato com as acomodações do presídio. Aproveitamos para fazer várias denúncias, atitude cuja validade discutimos à noite (FREIRE; ALMADA; PONCE, 1997, p. 105-6).

Estar na prisão, este local apartado da sociedade, não significava que a sociedade e os meios de controle não chegavam até lá. Pelo contrário, havia uma presença constante e efetiva em cima das vidas dos presos políticos exercida principalmente através do DEOPS e da Justiça Militar. Havia um controle grande das correspondências, sendo comum a censura de trechos por parte do regime. A Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública de São Paulo era um dos órgãos responsáveis pelo fornecimento das cartas ao DEOPS para que fosse feita a “*censura de praxe*”⁹⁰ antes da sua entrega aos presos políticos, e vice-versa. Nesse sentido, o preso nunca deixava de ser observado pela ditadura militar. Mas, mesmo assim, elas conseguiram alertar o exterior das condições no cárcere. A história contada por Dulce Maia é apenas um exemplo.

O controle era tamanho que havia a possibilidade de elas serem tiradas de lá sem qualquer aviso ou comunicação, colocadas num camburão e levadas tanto

⁸⁹ Depoimento disponível no documentário *Torre das Donzelas* (2018).

⁹⁰ Documento BR SP APESP DEOPS n. SS SS50Z141_001, Arquivo Público do Estado de São Paulo.

para outros presídios quanto para sessões de tortura, como relata Eleonora Menicucci em entrevista concedida ao Memorial da Resistência. Os motivos nem sempre ficavam muito claros. Dulce Maia relata que foi transferida mais de uma vez depois que chegou no Tiradentes. A primeira, logo que chegou no presídio, foi para o Quartel da Sétima Companhia de Guarda. Sem saber para onde ia e acompanhada de militares, Dulce descobriu lá que foi encaminhada para se encontrar com o juiz auditor, o oficial de justiça e militares da Auditoria de Guerra. Lá lhe informaram que no dia seguinte seria encaminhada pela primeira vez ao Tribunal Militar, fato que marcava o fim de sua incomunicabilidade. Na segunda vez, ela foi levada, junto a uma leva de presos comuns que iam para a Casa de Detenção do Carandiru. Ela foi encaminhada para a Penitenciária Feminina da Capital (também Carandiru) onde ficou sendo cuidada por freiras e em contato direto com as presas comuns. Ana e Guiomar Silva Lopes também foram transferidas para a Penitenciária Feminina da Capital, a justificativa de ambas era a falta de um médico que pudesse cuidar das suas necessidades de saúde dentro do Tiradentes. Ana estava num processo de perda de um rim desde que havia sido agredida na sua primeira detenção, após o Congresso da UNE de Ibiúna, e Guiomar também tinha sequelas das torturas sofridas. Por fim, o caso de Eleonora que diz, no depoimento concedido ao Memorial da Resistência, o motivo de ela ser levada para sessões de tortura novamente:

Lá dentro eu tive alguns momentos muito importantes, eu tive o momento que eu fui tirada de lá, porque... Pra voltar pra tortura aqui. (...) Porque caiu um bilhete e achavam que a gente tava reorganizando o POC naquela época, isso foi, é... E depois quando eu fui levada algemada junto com o meu... Ricardo para Juiz de Fora, aí novamente a Dilma, a Márcia e a Celeste foram muito importantes, a Guiomar tava lá também, muito importante e, e foi aí que eu fui torturada lá em Minas na passagem de ano⁹¹.

Sobre esse ponto, Guida complementa: *“até eles te chamarem (...) por num carro, (...) levar pro DOPS, voltar. Então isso acontecia eventualmente, mas não fazia parte do cotidiano”* (LOPES, 2019).

⁹¹ OLIVEIRA, Eleonora Menicucci de. **Entrevista sobre militância, resistência e repressão durante a Ditadura Civil-Militar**. Memorial da Resistência de São Paulo, entrevista concedida a Luiza Giandalia e Julia Gumieri em 16/05/2018.

As relações com as presas comuns e os presos políticos mobilizavam as mulheres da Torre. Seu primeiro contato com as presas comuns era, no início, a passagem pelo corredor de celas onde elas ficavam. Dulce Maia viveu tanto esse momento quanto conheceu pessoalmente uma das presas, chamada Margot, porque esta costumava acompanhar a carcereira até sua cela. Posteriormente, ela relata que o contato com elas aumentou, assim como iniciou-se o contato com presos políticos. Eles facilitavam o seu contato com os presos políticos e até deram um codinome para ela (“Bonifácio”) para evitar que soubessem que estavam se comunicando, caso tentassem qualquer tipo de contato quando alguma autoridade estivesse visitando-a (FREIRE; ALMADA; PONCE, 1997, p. 103). Eleonora⁹² diz que elas chegaram a criar uma espécie de confraria com as presas comuns também, uma vez que se rebelaram quanto a decisão de que as presas comuns deveriam levar as comidas deixadas para elas pelas suas famílias.

O contato com os presos políticos se dava, tão-somente, através de bilhetes que conseguiam trocar um com o outro através de uma corda artesanal/um fio que chamavam de “teresa”, ou seja,

uma corda feita de barbantes trançados, com um peso na ponta – um companheiro girava o peso e arremessava a “teresa”, que se enroscava no braço estendido do destinatário, algumas celas adiante. Esse preso recebia algo que vinha amarrado na outra ponta (FREIRE; ALMADA; PONCE, 1997, 116).

Outra forma de contato era através dos casais civilmente casados que se encontravam sob a vigilância dos carcereiros. Nesses encontros eram trocadas

“balinhas” de correspondência com informações, textos políticos e cartas. (...) Eram escritos bilhetes com letras muito pequenas em um papel seda, “dobrava-se o papel de tal forma que ficasse de tamanho ínfimo, embrulhava-se em outro papel de seda e depois revestia-se com durex, de tal forma que ficasse do tamanho de uma balinha. As balinhas eram levadas pelos casados, na boca, à prova de qualquer revista”.

Eva diz ainda que através da janelinha que cada cela possuía, um vitrô, ela conseguia se comunicar com seu companheiro que estava no outro pavilhão através de assobios de músicas (SKAZUFKA, 2019). Era a forma com que ambos se sentiam mais seguros, ao saber que estavam bem e tentando se comunicar.

⁹² Id.

Fora isso não era possível ter contato entre presos e presas políticas. A única forma deles se verem era através de um orifício bem pequeno que ficava no portão de ferro que separava ambas as alas, isto é, os pátios de cada ala (MIRANDA, 2018; AMARAL, 2019; KAYANO, 2019; FREIRE; ALMADA; PONCE, 1997, p. 129).

Falei da relação com as presas e os presos comuns, os presos comuns e agora falta falar das carcereiras. Como disse anteriormente, as carcereiras que ficavam a cargo da torre eram todas mulheres (MIRANDA, 2018; LOPES, 2019; FREIRE; ALMADA, PONCE, 1997). No início essas carcereiras receavam que as presas políticas fossem perigosas (LOPES, 2019), exatamente como a própria ditadura construía a imagem dessas mulheres, mas com o tempo essa visão foi se alterando. Era comum elas terem relações boas com as carcereiras e até criar um vínculo afetivo com elas. Ana comenta que até chamavam uma carcereira específica de tia (MIRANDA, 2018). Outras mantinham-se mais distantes e tinham posturas mais duras. Em geral, o que prevalecia, segundo as entrevistas que coletei, era uma questão de classe. Estou falando aqui, como já mostrei, de mulheres das camadas médias da sociedade, em geral universitárias. As carcereiras, vindas de classes mais baixas, como me foi apresentado, as respeitavam assim como a sua classe.

Segundo Eleonora, o bom relacionamento com as carcereiras alterava a organização entre elas: *“basicamente quando a Dilma [Rousseff], a Lu Beloque [Maria Luiza Belloque] e a... A Lelé [Leslie Denise Beloque] chegaram elas dominaram um pouco a Torre e controlaram lá, fizeram uma relação boa com as carcereiras”*⁹³. Percebemos aqui que a relação de respeito entre elas era de ambos os lados e possibilitava uma maior margem de manobra dentro daquele espaço e de suas políticas por parte das presas. Gostaria de retomar uma fala de Dilma já compartilhada aqui: *“a torre é uma experiência política também”*⁹⁴, e o relacionamento com as carcereiras é um exemplo disso.

De acordo com Ana, as demandas se amontoavam; *“na verdade, tinha muita coisa para demandar lá na torre, né. A torre era úmida, (...) entupia (...)”* (MIRANDA, 2018). Por isso a necessidade de contato com os agentes carcerários.

⁹³ OLIVEIRA, Eleonora Menicucci de. **Entrevista sobre militância, resistência e repressão durante a Ditadura Civil-Militar**. Memorial da Resistência de São Paulo, entrevista concedida a Luiza Giandalia e Julia Gumieri em 16/05/2018.

⁹⁴ Depoimento disponível no filme *Torre das Donzelas* (2018).

Esse relacionamento se estendia também à direção do presídio, visto que nem todos os casos podiam ser atendidos pelas carcereiras com quem elas mantinham boas relações. Ana continua:

na parte de baixo da torre ficavam o que eles chamavam de presos correccionais e eles berravam muito, alguns eram torturados, era horrível, a questão era tirar eles dali, era [fazer com que] eles tivessem um tratamento melhor, mas a gente não conseguia isso. A Marlene [Soccas] soube lá que tinha um gabinete de dentista que tinha sido desativado, então ela foi conversar com os diretores do presídio, por exemplo; ela queria atender os presos políticos e a gente nunca ia à dentista, jamais, médico já era uma demanda assim raríssima, quanto mais dentista. Então queria atender os presos políticos e aí combinou que dias tais ela atenderia presos políticos e dias tais atenderia os presos comuns que também estavam com os dentes todos podres (...) então depende de qual era a nossa reivindicação que dava para conversar com as agentes ou tinha que ser com os diretores (MIRANDA, 2018).

Esse trecho da entrevista de Ana demonstra não só a possibilidade de diálogo que elas travavam com aqueles responsáveis pelos seus “cuidados” dentro do Tiradentes quanto a precariedade das estruturas que lá encontraram. A possibilidade de atendimento dentário se deu mediante uma iniciativa delas e de um trabalho também feito por elas (no caso, de Marlene como dentista e dela como auxiliar), isso se estendeu também aos presos comuns que viviam em péssimas condições, como as depoentes relatam. Tratamentos médicos, contudo, eram inexistentes; daí a necessidade de transferência dela e de Guiomar para outro presídio. Outro ponto abordado por Ana é a tentativa de melhorar as condições de vida dos presos comuns e finalizar os maus tratos sofridos por eles. Os presos políticos, no geral, ouviam e viam as torturas empreendidas contra os presos comuns e se rebelavam como podiam: protestando da janela, gritando através das grades (FREIRE; ALMADA; PONCE, 1997), ajudando até a denunciar o esquadrão da morte, principal responsável pelas torturas e assassinatos de presos comuns naquele período.

José Marconi Júnior, assistente de Denardi⁹⁵, assume o cargo da direção e inicia uma retaliação aos presos políticos, principais

⁹⁵ O delegado Olinto Denardi, diretor do Presídio Tiradentes até o início da década de 1970, foi colocado em prisão preventiva de 30 dias em 1972 pelo juiz Mario Fernandes após o início das denúncias e processos contra o esquadrão da morte (POLITI, 2014, p. 28 apud PROGRAMA LUGARES DE MEMÓRIA, 2014, p. 12).

denunciadores do Esquadrão da Morte, visando o “controle de denúncias e o fim da agitação”. O objetivo era separar os presos políticos, transferindo-os para outras unidades prisionais como o Carandiru, a OBAN, o DOPS, entre outros. Vale destacar que os presos eram transferidos sem nenhum tipo de informação para onde iriam, com um intenso e ostensivo aparato repressivo como escolta (PROGRAMA LUGARES DE MEMÓRIA, 2014, p. 12).

Não podemos esquecer que as resistências não se davam somente de forma pacífica, através do diálogo com carcereiros e diretores. Outra forma de resistir e demandar mudanças foi a execução de greves de fome, que ocorriam em presídios ao redor do país. Em 12 de maio de 1972, após as primeiras transferências para o Carandiru, inicia-se a greve de fome nas alas feminina e masculina do Presídio Tiradentes. Os presos políticos chegam a enviar um abaixo-assinado para a direção dando um prazo para a juntada dos presos transferidos. Essa iniciativa levou a mais transferências por parte da direção, que decidiu enviar os presos para o Presídio Presidente Venceslau, fora da cidade de São Paulo.

Os presos transferidos foram: os dominicanos Frei Fernando de Brito, Frei Yves do Amaral Lesbaupin, Frei Carlos Alberto Libânio Christo (cujos nomes eram os primeiros da lista do abaixo-assinado enviado a direção), e Wanderley Caixe (advogado), Manuel Porfírio de Souza (camponês) e Maurice Politi (estudante) (PROGRAMA LUGARES DE MEMÓRIA, 2014, p. 12-3).

Com isso, os presos decidem iniciar uma segunda fase da greve. No Tiradentes, essa manifestação durou 32 dias. Foi um momento difícil para muitos presos, visto que estes tiveram que lidar com as debilitações que possuíam por terem passado por torturas e ainda estarem muito abatidos no presídio. Com isso, os alimentos não consumidos foram doados às obras da Cúria Metropolitana da Arquidiocese de São Paulo⁹⁶.

⁹⁶ Segundo o site da Arquidiocese de São Paulo, “cúria diocesana compõe-se das instituições e pessoas que prestam serviço ao Bispo diocesano no governo de toda a diocese, principalmente na direção da ação pastoral, na administração da diocese e no exercício do poder judicial”. Disponível em: <<http://www.arquisp.org.br/curia>>. Acesso em: 16 mai. 2020.



Figura 4: Greve de fome de presos políticos no Presídio Tiradentes em 1972.⁹⁷

Como pode ser observado nas fotografias, aqueles que aderiram à greve colaram, na porta de suas celas, um papel declarando seu apoio e solidariedade aos companheiros transferidos, condicionando o fim da greve ao seu retorno. Os

⁹⁷ Fonte: Não identificado. Fonte: Acervo da Secretaria de Segurança Pública – APESP/DEOPS. In: PROGRAMA LUGARES DE MEMÓRIA. Presídio Tiradentes. Memorial da Resistência de São Paulo, São Paulo, 2014, p. 14.

carcereiros, surpreendidos por essa iniciativa, tiraram fotos das celas consideradas “rebeldes” (POLITI, 2014, p. 30).

Nem todos suportaram se manter em greve de fome, sobretudo na segunda fase da greve. Muitos foram ao hospital e tiveram graves problemas, causados pelas torturas e agravados pela ausência de alimentos e grande quantidade de injeções com soro na veia. Os presos que seguiram na greve foram reprimidos e alguns transferidos para outras unidades prisionais, como as presas do Tiradentes, Áurea Moretti e Marlene Soccas que por aderirem a segunda fase da greve foram transferidas para celas solitárias no DEOPS. Já os presos Paulo de Tarso Venceslau e Paulo Vanucchi foram transferidos para o DOI-CODI onde foram barbaramente torturados (PROGRAMA LUGARES DE MEMÓRIA, 2014, p. 13).

As greves de fome, contudo, não conseguiram alcançar o seu propósito, muito menos garantir a segurança dos presos que permaneceram no presídio após as primeiras ondas de transferências. Percebemos, assim, que por mais que o Tiradentes representasse uma segurança maior perante tudo aquilo que aconteceu antes do momento de sua entrada ali, era possível ser enviado novamente para os órgãos de repressão a qualquer momento e, nesse caso específico, não seguir as ordens estabelecidas significava uma nova onda corretiva por parte da ditadura militar. A verdade é que, como alerta Ana (MIRANDA, 2018), os diretores do presídio ainda respondiam à Justiça Militar e às duas auditorias existentes em São Paulo, de primeira e segunda instância. Respeitar as regras do jogo repressivo era, portanto, uma forma de manter a estrutura montada funcionando em sua totalidade no combate à “subversão”.

3.4.

“Quem é essa mulher que canta sempre esse estribilho? Só queria embalar meu filho”⁹⁸

Chegamos a um dos pontos centrais deste trabalho: os cruzamentos entre gênero e encarceramento de presas políticas no Presídio Tiradentes. Inúmeros são os pontos que posso listar sobre a experiência específica de cada uma, mas decidi salientar os mais comentados nas entrevistas que realizei e no material em que

⁹⁸ Música de Chico Buarque e Miltoninho (do MPB4) composta em 1977 em homenagem à estilista Zuleika Angel Jones (Zuzu Angel), mãe do militante político Stuart Angel Jones assassinado pela ditadura militar.

pesquisei, começando com uma fala de Ana sobre a estrutura do presídio e seus agentes carcerários:

do lado de fora ficavam os guardas com a gente no banheiro tomando banho, queríamos mais privacidade (...) e o banheiro não tinha nada, era assim, algumas janelinhas com grade e na parte externa, no muro, tinha uns lugares onde os guardas ficavam (MIRANDA, 2018).

Através desta fala, Ana traz à tona um ponto ainda não trabalhado: a demanda por privacidade. Sendo um presídio misto, havia uma grande quantidade de guardas homens responsáveis pela fiscalização das alas masculinas e do presídio como um todo. Não estou falando neste ponto de um Panóptico tal qual Foucault descreveu no seu livro *Vigiar e Punir* (1977), mas, de alguma forma, a prisão, seja ela qual for, compartilha certos signos em comum: a vigilância, o controle e, assim, uma tentativa de se manter a disciplina dentro daquele ambiente tão privativo. No caso citado por Ana, vemos que os guardas exercem esses três signos. Estes entram em contato com a falta de privacidade sob o corpo feminino e a dificuldade que elas tinham de se sentirem seguras, visto que havia a possibilidade dos guardas as verem usando o banheiro, já que este foi projetado de uma forma que não lhes garantia proteção. Gostaria de alertar, também, que é muito comum ouvir nos depoimentos as dificuldades que elas tinham ao chegar na Torre após as sessões de tortura. A privacidade e a proteção do corpo ganham um novo patamar a partir do momento em que eram obrigadas a ficar totalmente despidas diante dos torturadores, sempre homens.

O período na Torre significou também, para muitas, mais um capítulo da sua emancipação feminina. Lá dentro, elas encontraram um lugar-comum para discutir temas ligados ao seu próprio corpo, deram aulas umas para as outras sobre autoconhecimento. O que antes era proibido até num âmbito privado, tornou-se pauta de discussão no coletivo. Os conhecimentos eram trocados entre as mulheres, sendo as biólogas as responsáveis pelas aulas de anatomia. Com isso, elas iam quebrando pouco a pouco alguns padrões impostos pela sociedade. É claro que nem todas se sentiam confortáveis de participar dessas discussões, o que demonstra que, mesmo com a liberação proporcionada pela pílula anticoncepcional, com a discussão sobre relacionamentos não-monogâmicos

dentro de certas organizações e com a entrada de cabeça nos movimentos de esquerda, certas amarras morais ainda permaneciam.

Rose traz outra questão à baila. Ao falar sobre a sua interação com Ilda, sua dupla de tarefas, ela diz: “*contávamos casos enquanto descascávamos as batatas, lavávamos a verdura que as famílias traziam. Lendas de mulheres. Isso nos devolvia, por instantes, uma certa sensação de liberdade. Éramos apenas duas mulheres cozinhando*” (FREIRE; ALMADA; PONCE, 1997, p. 144). A ligação entre as duas, através da cozinha, ambiente visto como tipicamente feminino, ainda mais na época, e das lendas de mulheres, trazia uma sensação de liberdade que não poderia ser experimentada na ala masculina.

Rose representa, ainda, outra questão de grande importância para a análise que estou propondo: ela foi presa, pouco tempo depois de ter tido seu filho, separada dele pela repressão, tendo seu leite secado por uma injeção aplicada ainda no DOPS. Seu filho ficou com seus sogros, por exigência dela e concordância de Fleury no momento da prisão. Sua ligação com Ilda vem desde o momento de chegada na torre. Ela relata: “*Ilda me olhava com os olhos cheios de lágrimas (...) Ilda me olhava e chorava silenciosa*” (FREIRE; ALMADA; PONCE, 1997, p. 143). No começo, diz, não sabia porque ela estava olhando assim para ela até que alguém diz: “*Olha, a Ilda também tem um nenê*” (Idem). Ilda, como Rose, foi presa com uma filha de meses, ainda tendo no peito o leite com que dava de mamar. Ela tinha mais três filhos, além da “nenê”, todos com Virgílio Gomes da Silva (metalúrgico, sindicalista e guerrilheiro que compunha a ALN e fez parte do sequestro do embaixador estadunidense Charles Burke Elbrick): Wladimir, que tinha dez anos, Virgílio, com nove, Gregório, com dois e Isa, a neném. Todos eles encaminhados ao Juizado de Menores no momento de sua prisão. Esse acontecimento trágico atormentou Ilda por boa parte da sua passagem pela torre.

Mais tarde, seus filhos foram liberados do Juizado sob guarda da avó. Sempre que possível, a avó levava as crianças para a frente da torre, de onde, através de uma janela estreita, Ilda colocava um pedaço de jornal para fora para acenar para os filhos. Essa era a única forma deles saberem que ela estava ali, até o momento em que eles foram liberados para a visita. Essa experiência é retratada

tanto pela visão de Ilda no documentário *Torre das Donzelas* (2018) quanto pela visão dos filhos no curta-metragem *Torre* (2017).



Figura 5: Cenas do curta-metragem *Torre*, Nádia Mangolini, 2017.

Rose resgata a memória do dia do reencontro de Ilda com os filhos, numa das visitas: “*nervosa na visita dos filhos, ao segurar a menina, tropeçou e quebrou o pé. Chorando de dor, se lamentava: “Você viu? Logo agora que eu tinha de novo a minha felicidade, que eu estava começando a ser feliz...”* (FREIRE; ALMADA; PONCE, 1997, p. 144). A experiência da separação dos filhos pode ser sentida através desses depoimentos e de muitas outras mulheres que viveram a situação semelhante. Em todos, observo que este momento é retratado com uma dor inquantificável. Desde as lembranças físicas que o leite seco lhes trazia, passando por complicações maiores até o significado da separação, todos esses elementos retratam que como a maternidade interrompida pela prisão impactava a vida destas mulheres.

Rose relata ainda que teve uma infecção puerperal quando estava no Tiradentes, isto é, uma infecção que se origina no útero e acomete o aparelho genital após parto ou aborto recente, identificada pelo seu médico quando a visitou no Tiradentes. Com isso, ele

encontrou uma sala improvisada em consultório, preparada por um antigo colega de escola. Era o doutor Madeira, que estava preso havia mais tempo do que eu. Ficou emocionado. Não sei se foi Rosinha [Clauset], o advogado, a família, a polícia ou a

justiça militar que providenciou a visita. Sei que ele foi intimado a ir. Um transtorno. Mas a febre passou (FREIRE; ALMADA; PONCE, 1997, p. 147).

A maternidade, na época, era um trunfo da repressão. Segundo Teles (2015, p. 1017), “*A maternidade foi um dos meios de tortura utilizados pela repressão política. Foi usada para enlouquecer e fragilizar militantes (...)*”. Era muito mais recorrente a utilização dos filhos como barganha na tortura dentro de locais como a OBAN, o DOI-Codi e o DEOPS. Contudo, podemos perceber que o sentimento de separação, fragilidade e impotência, e até mesmo medo, perseguia as mulheres até dentro dos presídios, como o Tiradentes. O caso de Ilda com seus filhos no Juizado de Menores é um exemplo. Outro, é o caso de Eva Teresa Skazufka⁹⁹.

Eva foi presa em 1970, já grávida do seu marido Rubens Hirscl Bergel, também companheiro de militância na VPR. Em 1968 ela já havia engravidado e, numa manifestação no mesmo ano, perto do Mackenzie, caiu de barriga no chão, sendo levada ao Hospital das Clínicas e tendo abortado ali mesmo. Em 1969 ela engravidou novamente e teve seu filho mais velho, Fernando. Momentos antes de sua prisão, já sabendo da prisão de seu marido, ela conseguiu deixar o filho com conhecidos que posteriormente entregaram Fernando para sua irmã. Foi no DEOPS que ela descobriu que estava grávida de dois meses. E assim permaneceu até chegar à Torre.

A vivência de Eva exemplifica não só o temor por parte das mulheres de que algo poderia acontecer com seus filhos, como também a falta de estrutura do presídio, e ainda a dificuldade dos gestores em lidar com esse tipo de situação. Por ter contrações desde os quatro meses da gravidez, Eva e suas companheiras começaram a pressionar os agentes do presídio para a possibilidade de um aborto espontâneo, responsabilidade que recairia sobre eles. A solução encontrada por estes agentes foi encaminhar Eva para o Hospital Militar, colocá-la numa cela com grades e dois soldados com metralhadoras nas portas. Ela permaneceu lá por cerca de dez dias sem nenhuma companhia de outros presos políticos. Do lado de

⁹⁹ Segundo o site do Memorial da Resistência, Eva Teresa Skazufka ingressou no movimento estudantil pela Dissidência Universitária de São Paulo (DI-SP). Em 1968, após se casar com Rubens Hirscl Bergel, aderiu à Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), fazendo parte do núcleo médico da organização. Disponível em: <<http://memorialdarestenciassp.org.br/memorial/default.aspx?c=entrevistados&identrevistado=178&identrevista=140&mn=56#>>. Acesso em: 15 mai. 2020.

dentro, investigadores do DOPS acompanharam sua permanência no Hospital Militar. Eva relata que novamente tentou pressionar os agentes estatais, desta vez para que retornasse ao Tiradentes, visto que lá teria condições de solicitar atendimento do seu médico pessoal junto ao seu advogado. Ela tinha medo de que pudesse acontecer algo com ela ou sua filha enquanto estivesse no hospital já que estava sozinha com o investigador na cela, por isso ela solicitava esse retorno imediato, fora que lá tentavam obrigá-la a tomar um remédio prescrito, que só deveria tomar em casos específicos, todos os dias. Na torre ela se sentia mais segura, assim afirmou (SKAZUFKA, 2019).

Ao retornar para a torre, as demais mulheres já haviam preparado todos os elementos necessários para o nascimento de sua filha – bacia, tesoura, lençóis –, o que demonstra que ainda que houvesse uma maior margem de manobra por parte delas dentro do Tiradentes, as condições ainda eram precárias para o nascimento de uma criança (SKAZUFKA, 2019)¹⁰⁰. Segundo Ana (MIRANDA, 2018), “*não faziam pré-natal, não faziam exame, (...) quem estava grávida não tinha nenhum tratamento*”. Quem fazia toda a consulta, se fosse possível, eram os médicos pessoais das presas, quando era autorizada a sua entrada. Fora isso, os cuidados maiores deveriam ser tomados por elas próprias dentro da Torre.

Retornando à falta de estrutura do presídio para receber mulheres, especialmente grávidas, gostaria de ressaltar que a prisão “*nunca é genérica, nunca é sem gênero. Antes, a prisão é sempre masculina, negra e pobre*”, isto é, “*a instituição penitenciária é um dispositivo de Estado reiteradamente generificado e racializado por categorizações de masculinidade assim interseccionadas com raça e classe*” (PADOVANI, 2017, p. 7). Logo, não podemos tratar a prisão fora dessa realidade específica. Mesmo que não trabalhe aqui com a categoria raça, é importante notar que o aspecto generificado da prisão, isto é, que trata como universal o masculino, faz com que as mulheres que nela foram encarceradas encontrem dificuldades de utilizar livremente o seu espaço, isso sem tratar especificamente de como ainda era difícil entender a categoria mulher presa. Eva, então, especifica novamente que o banheiro era uma fossa, um banheiro turco, o que tornava extremamente difícil a sua utilização à

¹⁰⁰ SKAZUFKA, Eva Teresa. **Entrevista sobre militância, resistência e repressão durante a ditadura civil-militar**. Memorial da Resistência de São Paulo, entrevista concedida a Luiza Giandalia e Desirée Azevedo em 20/05/2016.

medida que a gravidez avançava. Ela precisava da ajuda de Elza Lobo para levantar do sanitário (SKAZUFKA, 2019).

Sabendo que não havia condições seguras de ter a sua filha e cuidar dela dentro da torre, Eva contou que tinha certeza de que deveria sair para ter a filha. Ela diz que tinha medo de infecção pela falta de hospital, maternidade ou creche lá dentro. Por causa da gravidez, Eva conseguiu ser solta em liberdade condicional, antes mesmo do seu julgamento, tendo que ir toda semana na Auditoria Militar assinar seu nome para garantir que ainda estava no país.

À guisa de conclusão, aproveitando o relato sobre a saída de Eva do Tiradentes, gostaria de abordar aqui um último ponto sobre o encarceramento dessas mulheres. *“Quem deixa a prisão ao final da pena, carrega-a por meio dos vínculos que passam a alinhar as vidas. Se “amores eternos” nem sempre duram para sempre, as substâncias trocadas na caminhada transformam as trajetórias”* (PADOVANI, 2015, p. 53). Os vínculos formados ali dentro não se dissolveram com o tempo. Claro que houve aproximações maiores do que outras, mas de uma forma ou de outra, elas continuaram a se considerar família.

(...) Cê já sabe que cê não vai sair quando você chega lá, tão cedo. (...) E aí você cria relações, cria laços, cê cria uma vida lá dentro, nós chamávamos de mundinho, o mundão e o mundinho, né? E era muito engraçada, é muito e... Nós nos divertíamos muito também, entendeu? E são relações que se constroem lá que são pra sempre algumas, né? Então, eu tenho um grupo que eu chamo amigas de cadeia e que são para sempre! Para sempre! (OLIVEIRA, 2018).

A eternidade desse vínculo e a força com que ele foi construído não podem ser descritas nessas folhas. Mas é imprescindível entender que a prisão não só controla, oprime e causa discórdias. Ela possibilita também a criação de vínculos tão fortes quanto os dessas mulheres. A rede de solidariedade que elas montaram lá dentro permanecem e é através dessa rede que todo esse trabalho foi possível. Foi através desses vínculos para além da Torre das Donzelas que consegui entrar em contato com esse mundo bem particular que elas viveram. E essa história não acaba aqui.

4.

Pavilhão II ou “Pavilhão das subversivas”: Instituto Penal Talavera Bruce e as presas políticas (1970-1979)

*Nel mezzo del cammin di nostra vita
mi ritrovai per una selva oscura,
ché la diritta via era smarrita.*

*Ahi quanto a dir qual era è cosa dura
esta selva selvaggia e aspra e forte
che nel pensier rinnova la paura!¹⁰¹
Dante Alighieri, *La Divina Commedia**

4.1.

“A prisão era um lugar horrível para se viver”¹⁰²: Pavilhão das “Subversivas” e o Instituto Penal Talavera Bruce (1970-1979)

No Rio de Janeiro elas costumavam ser encaminhadas para o Instituto Penal Talavera Bruce, uma das penitenciárias que compunha o Complexo de Gericinó na Estrada do Guandu do Sena em Bangu¹⁰³. Ele foi fundado em 9 de novembro de 1942, durante o governo Vargas¹⁰⁴, sob o nome de Penitenciária Feminina da Capital Federal, com o objetivo de atender o artigo quarto do decreto-lei 3.971, de 27 de dezembro de 1941,¹⁰⁵ que previa a construção de uma

¹⁰¹ “*A meio caminhar de nossa vida
fui me encontrar em uma selva escura:
estava a reta minha via perdida.*”

*Ah! Que a tarefa de narrar é dura
essa selva selvagem, rude e forte,
que volve o medo à mente que a figura”.*

Tradução de Italo Eugenio Mauro. In: DANTE, Alighieri. **A divina comédia**. São Paulo: Editora 34, 2016, p. 33.

¹⁰² Frase proferida por Augusto Thompson, ex-diretor do Departamento do Sistema Penitenciário do Rio de Janeiro em entrevista concedida a Júlio Ludemir em 07 de julho de 2005. In: SUSSEKIND, 2014, p. 25.

¹⁰³ O Instituto Penal Talavera Bruce ainda hoje é um dos presídios femininos do estado do Rio de Janeiro, dentro do Complexo do Gericinó.

¹⁰⁴ Quem ocupava o cargo de governador do Rio de Janeiro no momento era o político Amaral Peixoto – que permaneceu no cargo até o fim do Estado Novo em 1945.

¹⁰⁵ Art. 4º As mulheres cumprirão pena privativa de liberdade sempre que possível na Penitenciária de Mulheres subordinada à Penitenciária Central, assegurando-se a separação entre as condenadas a penas de reclusão, de detenção e de prisão simples.

§ 1º As mulheres presas, preventiva ou provisoriamente, serão recolhidas a secção especial da Penitenciária de Mulheres.

§ 2º Os serviços internos da Penitenciária de Mulheres poderão ser confiados a irmãs brasileiras de congregação religiosa experimentada em missão dessa natureza.

unidade feminina¹⁰⁶. Esse decreto-lei estava em conformidade com o novo Código Penal, promulgado em 1940 pelo Estado Novo, onde estavam previstas “*as construções dos primeiros presídios femininos do Brasil, nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre*” (LA PASTA, 2019, p. 12); assim como as reformas do Código Processual Penal e da Lei de Contravenções. Segundo Leite (2019, p. 284), essas mudanças que estavam em curso “*culminaram em um projeto de criação da Penitenciária Agroindustrial, da Penitenciária de Mulheres e do Sanatório Penal, elaborado por uma comissão presidida por Lemos de Brito*”.

Até 1955, seguindo o segundo parágrafo do artigo quarto do decreto-lei, a penitenciária foi administrada pelas irmãs da Congregação de Nossa Senhora do Bom Pastor D’Angers. O objetivo inicial dessa construção, portanto, era o de separar as mulheres condenadas por crimes comuns dos homens e, segundo Lemos Britto (jurista e presidente da comissão de criação da penitenciária¹⁰⁷), evitar o “*martírio que esses homens sofriam diante da abstinência forçada*”¹⁰⁸. Aos olhos de Lemos Britto, as penitenciárias femininas podiam alterar o ambiente de “*depravação sexual*” para o qual as mulheres contribuíam e proteger a “*saúde e a paz sexual dos homens prisioneiros*”¹⁰⁹. Dentro dessa lógica, as mulheres representavam uma má influência para os homens encarcerados.

Uma vez dentro da prisão de mulheres, o objetivo tornava-se outro: transformar essas mulheres criminosas, vistas dentro de uma lógica extremamente negativa como vagabundas, meretrizes e perniciosas, em seres dóceis que seguiam as regras da prisão e, no fim, se convertiam em pessoas caridosas e beatas¹¹⁰ cuja vida estava restrita à ideia de família conjugal. Deveriam exercer, portanto, o seu papel de mãe, que cuida da prole e do marido, e que tem como principal dever a

¹⁰⁶ Informação disponível no Relatório de Visita à Unidade Prisional realizado pela Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro no dia 07 de dezembro de 2015 após uma visita ao Instituto Penal Talavera Bruce no dia 11 de novembro de 2015. Disponível em: <<http://www.defensoria.rj.def.br/uploads/arquivos/39207a2ac9c947a58abc753edec0b3b3.pdf>>.

Acesso em: 17 mai. 2020.

¹⁰⁷ Ele era membro, assim como Cândido Mendes, do Conselho Penitenciário do estado do Rio de Janeiro.

¹⁰⁸ MECANISMO ESTADUAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA DO RIO DE JANEIRO (MEPCT/RJ). **Penitenciária Talavera Bruce**. Disponível em: <http://www.cartografiasdaditadura.org.br/files/2014/03/talavera-bruce_final_f.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2018.

¹⁰⁹ Referências às obras de Lemos Britto. In: SOARES; SILVA, 2002, p. 66.

¹¹⁰ Nesse sentido, a direção das freiras do Bom Pastor influenciou sobremaneira essa visão das mulheres enquanto beatas.

manutenção do lar. Toda essa estrutura se encaixa, em grande medida, dentro da sociedade patriarcal – e racializada – vigente naquele momento, baseada na autoridade do homem e na ideia de família e honra nacional¹¹¹.

Sobre o Talavera Bruce, Lemgruber (1999, p. 26) descreve:

Seu exterior [um portão principal com grades de ferro e muros altíssimos que circundam todo o presídio] mostra-se muito pouco atraente do ponto de vista estético, a parte interna é ainda menos agradável. (...) Paredes e portas cinzas, despojadas de qualquer elemento decorativo; piso em cerâmica, de um verde esmaecido sempre limpo; corredores que parecem não ter fim, tudo transmitindo a sensação de um vazio imenso.

Durante a ditadura militar, as presas políticas retornaram ao Talavera Bruce no ano de 1970. Durante do Estado Novo (1937-1945) também existiram presas políticas, tanto na Penitenciária Feminina da Capital Federal quanto no Presídio Frei Caneca¹¹². Neste sentido, é importante dizer que a novidade do meu problema no que concerne o Talavera Bruce não é a existência de presas políticas, mas a separação espacial das mesmas dentro do presídio.

As primeiras mulheres sob a alcunha de “subversivas” durante a ditadura militar foram encarceradas em março de 1970 e a última em setembro de 1979¹¹³. Estas foram colocadas num pavilhão separado, conhecido como segundo pavilhão ou Pavilhão II, ou, de forma coloquial, como “Pavilhão das Subversivas”. Este nome coloquial advinha da proibição do termo “presas políticas” dentro do presídio, ao invés disso, somente poderiam se referir às presas políticas como “as subversivas”¹¹⁴.

Esse pavilhão abrigava em uma de suas alas, inicialmente, presas comuns que eram consideradas de alta periculosidade até o momento em que uma dessas mulheres é encontrada morta em sua cela e as presas políticas exigem a

¹¹¹ CAULFIELD, Sueann; SCHETTINI, Cristiana. **Gender and Sexuality in Brazil since Independence**. *Oxford Research Encyclopedia of Latin American History*. Oxford, England: Oxford University Press, Oct 2017.

¹¹² Para saber mais sobre isso, ler: LA PASTA, Camilla Caetano. **Margarida Hirschmann, a “Bela Espiã”**: crime, justiça e gênero no Brasil do pós-guerra (1945-1949) (Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2019) e CASTRO, Maria Werneck de. **Sala 4**: primeira prisão política feminina (Rio de Janeiro: CESAC, 1988).

¹¹³ A última mulher a sair do Talavera Bruce foi Inês Etienne Romeu, não sob a liberação da Lei de Anistia editada no mesmo ano, como as demais, mas em liberdade condicional (LEITE, 2019, p. 285). Já as presas libertadas pela lei foram soltas em fevereiro.

¹¹⁴ AEL, Fundo Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), BR SPAEL CBA, regime carcerário pronunciamentos presos políticos, “Depoimento sobre a mulher encarcerada”, P039, 1978-1985, p. 11.

exclusividade da ocupação deste local, sendo atendidas pela direção (FERREIRA, 1996, p. 165). Segundo as próprias presas políticas, em documento de denúncia veiculado pelo Comitê Brasileiro pela Anistia em 1978, as mulheres que foram apartadas das demais, ficaram alojadas no Pavilhão dos Ingressos, que continha as presas comuns que infringiam as normas carcerárias, mas que não eram condenadas à solitária (conhecidas por ela como “surda”)¹¹⁵.

De acordo Sussekind (2014, p. 12), o pavilhão consistia numa “*pequena galeria de celas, externa ao edifício principal, aprisionava as presas políticas que, sussurrando, as presas comuns repetiam que eram as ‘subversivas’*”¹¹⁶. Depois do ano inicial, onde o Talavera Bruce chegou a abrigar em torno de vinte e três presas políticas¹¹⁷, o número de presas oscilava entre quatro e oito ao longo dos outros anos¹¹⁸ (LEMBRUGER, 1983, p. 46). Logo, a estrutura física dessa ala dividia-se em duas galerias e um pátio interno. Em uma das galerias estavam as celas, cada uma delas fechada por uma porta de ferro com uma portinhola e “arejada” por uma janela gradeada, tendo em seu interior uma cama beliche, geralmente um vaso sanitário (muitas vezes sem tampa), uma pequena pia, e um espaço em frente à cama onde algumas presas colocavam uma estante (MAGALHÃES, 2018; SANTOS, 2006, p. 34). A cela era chamada por elas de cubículo.

O pavilhão era composto ainda por um banheiro coletivo com dois chuveiros, e um outro espaço com uma pia e um fogão de duas bocas. Era possível tomar banho de sol, no início apenas durante poucas horas e depois, como elas me relataram, durante quase todo o dia, no pátio. Às 22h, aproximadamente, as celas eram trancadas e as luzes desligadas.

Era um corredor longo com celas dos dois lados, e tinha um salão grande no final e no outro lado o lugar onde a gente fazia banho de sol. A gente era, se eu não me engano, presas às oito da manhã e soltas às oito da noite ou seis da manhã e seis da

¹¹⁵ Ibid., p. 20.

¹¹⁶ Segundo Leite (op. cit., p. 290), um dos bilhetes recebidos por Inês Etienne Romeu durante seu período de encarceramento foi de uma presa comum chamada Nilce Mendonça. No começo do mesmo ela se refere a Inês da seguinte forma: “Minha querida Inês (subversiva)”. Essa alcunha, segundo a autora, era utilizada como “*distinção na situação prisional*” (Idem).

¹¹⁷ AEL, Fundo Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), BR SPAEL CBA, regime carcerário pronunciamentos presos políticos, “Depoimento sobre a mulher encarcerada”, P039, 1978, p. 20.

¹¹⁸ AEL, Fundo Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), BR SPAEL CBA, regime carcerário pronunciamentos presos políticos, “Depoimento sobre a mulher encarcerada”, P039, 1978-1985, p. 22.

noite, a gente tinha um determinado horário em que a gente ia para a tranca. Você ficava na sua cela (...). E aí a gente tinha acesso ao banho de sol, praticamente o dia inteiro e tinha uma quadra em que a gente podia ir para jogar vôlei duas vezes por semana, se eu não me engano. (...) A gente tinha uma sala grande onde a gente fazia a biblioteca, sempre que saíamos deixávamos os livros (VASCONCELOS, 2019)¹¹⁹.

Não havia uma restrição para a entrada de livros, com isso elas conseguiram montar uma boa biblioteca. Quando elas saíam, elas deixavam seus livros para as que continuavam lá dentro. A entrada de comida, por outro lado, entrava com certa restrição, como bolo, por exemplo, pelo receio de poderem ser colocadas coisas ali dentro (MAGALHÃES, 2018).

O espaço, contudo, não foi ocupado de uma vez. Ele foi alvo de conquistas ao longo dos anos, sendo montado pouco a pouco por elas. Sobre o espaço, Jessie diz a Colombo no dia 16 de agosto de 1975:

Já fiz limpeza na “casa”. Estamos habitando do corredor 11^a grade pra cá. Na cela do Juaquin fizemos a cozinha, na que fica em frente fizemos o refeitório. Tá tudo muito bonitinho e a gente tá se sentindo bem melhor. A cadeira que você vai nos dar irá para a biblioteca. Aliás tô morrendo de curiosidades. Também pela estante. Tem que ser desmontável, porque o pessoal pode implicar (dizendo que é móvel)¹²⁰.

Como foi dito acima, nem sempre na temporalidade em que existiram presas políticas dentro do Talavera Bruce, essas mulheres ficaram todas unidas. A separação através da solitária só foi acabar em 1971, ano em que houve a fusão das duas alas. A comunicação oficial dessa junção foi dada pelo superintendente às presas em outubro do mesmo ano¹²¹. Essa mudança, contudo, não foi direta, mas gradual. Num primeiro momento, liberaram somente as refeições em conjunto, após um tempo o banho de sol com a presença de todas e, por fim, o convívio e a junção efetiva das duas alas.

A separação entre as presas comuns e as presas políticas, por outro lado, tinha como objetivo evitar a doutrinação das presas comuns por parte das presas políticas (SANTOS, 2006, p. 33). Segundo Rose Marie Muraro (1999, p. 180), “*as presas políticas ali não podiam ter contato com as presas comuns, porque*

¹¹⁹ VASCONCELOS, Lúcia Maria Murat de. Entrevista concedida à autora no dia 19 de fevereiro de 2019.

¹²⁰ AEL, Coleção Jessie Jane. Pasta 05, JJ/125. 16/08/1975.

¹²¹ AEL, Coleção Jessie Jane. Pasta 02, JJ/024. 12/10/1971.

elas eram muito desestabilizadoras. Elas faziam grupo de conscientização política...”. A falta de contato, nesse sentido, impediria essa prática que poderia vir a se tornar corriqueira dentro do presídio.

O pavilhão das presas políticas era formado por uma galeria com 30 celas, 15 de cada lado e um corredor no meio. Ao final dessa galeria, havia um sanitário geral, com dois chuveiros. Havia também pias e privadas para aquelas que não as possuíam dentro das celas. Ao lado do sanitário geral, existia uma cela com os produtos de limpeza. Era chamada de “Cela da Faxina” (SANTOS, 2006, p. 33).

Além do pavilhão separado que assegurava a separação entre elas, havia ainda regras diferenciadas para as presas comuns e as políticas. De acordo com essa diferenciação, as presas políticas não estavam submetidas a horários rígidos, podiam receber visitas íntimas (veremos como isso foi possível mais adiante) e não eram obrigadas a usar uniforme¹²². A alimentação também se enquadrava nessa diferença. Elas recebiam comida do próprio presídio em panelas que poderiam ser esquentadas na cozinha do pavilhão, também descrita como uma espécie de “copa”, e ainda podiam receber comida dos seus familiares nas visitas. Assim, *“embora recebessem o mesmo tipo de alimentação, as presas políticas dispunham de uma cozinha onde podiam cozinhar seus alimentos”* (LEMBRUGER, 1983, p. 39).

Segundo Ferreira (1996, p. 164), o ano de 1976 marca o início do tratamento diferenciado das presas políticas em relação às comuns, sem a existência do *“rigor carcerário que disciplinava todo o contingente de internas”* (Idem). Isso porque foi naquele ano que foi publicado o regulamento especial no *Boletim Informativo do Desipe*, de 26 de maio de 1976, (LEMGRUBER, 1979) que dispunha, entre as regalias,

a não-obrigatoriedade do uso de uniforme, a possibilidade de receber visita íntima de seus maridos, a flexibilidade nos horários, a permissão para terem uma cozinha própria em seu pavilhão, onde poderiam cozinhar, e a utilização de um maior

¹²² A não obrigatoriedade do uniforme parece ter se dado algum momento depois da entrada das primeiras mulheres. Em 1970, ano de inauguração da ala de presas políticas, ainda se usava um uniforme listrado azul e branco e jaqueta para os períodos de frio. Logo na entrada, elas eram despojadas de suas roupas, permanecendo apenas com as peças íntimas, para que colocassem o uniforme (PANDOLFI, 2017; AEL, Fundo Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), BR SPAEL CBA, regime carcerário pronunciamentos presos políticos, “Depoimento sobre a mulher encarcerada”, P039, 1978, p. 20).

número de celas para recreação ou estudo. Esses privilégios, entretanto, não foram meras concessões. Representam conquistas – resultado de muita luta e de grande poder de negociação (FERREIRA, 1996, p. 164).

Me parece que, mesmo que um regulamento como este só tenha sido de fato promulgado em 1976, boa parte dessas regalias já existia de maneira informal na rotina das presas políticas, sendo alcançadas gradualmente, como pude observar nas entrevistas que realizei. Elas só foram institucionalizadas através deste boletim informativo. Contudo, concordo com Ferreira quando esta põe que todas essas conquistas são resultado de inúmeras lutas e resistências travadas por essas mulheres nos anos em que ficaram presas. Ainda assim, é importante frisar que, segundo Lemgruber (1979), a situação lá dentro só se abrandou após o ano de 1976.

Dessa forma, percebe-se que as presas políticas tinham mais poder de barganha e privilégios dentro do presídio do que as comuns (LEITE, 2019, p. 285). Essa diferenciação entre elas podia vir a causar algum tipo de ressentimento nas presas comuns, mas era comum que elas reconhecessem nas presas políticas um tipo de transgressão que as qualificasse dentro de um estrato social distinto (LEMBRUGER, 1983, p. 138; FERREIRA, 1996, p. 165; TELES, 2019, p. 285). Priscila se lembra que as presas comuns até mudavam a forma de falar, isto é, o palavreado, ao se dirigirem a elas, tornando-o mais formal (MAGALHÃES, 2018). Além disso, o clima existente na ala das presas comuns era completamente diferente daquele existente na ala das presas políticas, dentre as presas comuns, segundo Jessie Jane, “*o clima era de pavor e total desrespeito. O método usual eram os ‘spancamentos generalizados’*”¹²³.

Mas ainda havia a possibilidade de contato entre elas. De acordo com Leite (2019, p. 290), Inês era vista com muito carinho por algumas das presas comuns e chegou até a receber bilhetes das mesmas sobre seus castigos considerados injustos e pedindo maços de cigarro e/ou dinheiro. Quando houve o sequestro do embaixador alemão, Ehrenfried von Holleben, e as visitas e os jornais foram cortados, uma presa comum passou um bilhete avisando do sequestro e que uma delas estava na lista e iria sair (RAMOS; UCHÔA, 1976, p. 238). Além disso, no início eram as presas comuns que costumavam avisá-las das

¹²³ AEL, Coleção Jessie Jane. Pasta 05, JJ/124. 13/07/1975.

notícias quando havia algum período de tranca, e algumas até passavam pela ala delas tentando vender-lhes coisas, como picolé. As maiores interações entre elas se davam através deste contato pelas grades. A forma como as presas comuns a tratavam era sempre através da alcunha de “subversivas”, o que, segundo as presas políticas não explicava nada sobre sua condição às presas comuns, exceto a implicação a “crimes horripilantes”.

A ponto de estarmos sujeitas a ouvir as seguintes declarações de amizade: – “Eles dizem que vocês são subversivas, mas pra mim vocês não são não, eu gosto muito de vocês.”; – Eles dizem que vocês são subversivas mas eu acho isso uma grande besteira. Prá mim vocês são presas igual a gente, são seres humanos de carne e osso, não são marcianos nem nada”. (...) Essas demonstrações de afeto vêm de uma ínfima minoria com quem pudemos estabelecer um contato mais regular. A maioria acaba influenciada pela propaganda sistemática das sucessivas administrações carcerárias¹²⁴.

Além disso, nos momentos em que eram chamadas para a sala da diretora para receber as suas correspondências, elas relatam que havia sempre uma presa comum acompanhando a “conversa”, geralmente a mulher conhecida como Fera da Penha¹²⁵ por esta ter se tornado a “secretária da diretora” (MAGALHÃES, 2018¹²⁶; VASCONCELOS, 2019; REZNIK, 2019a¹²⁷; REZNIK, 2019b¹²⁸).

Essa relação entre os dois grupos de presas era mantida pelo contato mais ou menos frequente entre elas; as regras dessa aproximação eram estabelecidas de acordo com as diretrizes de cada administração do presídio. Além disso, o comportamento das presas facilitava ou impedia o convívio. Nas ocasiões, por exemplo, em que as presas políticas fizeram greve de fome, o contato entre as duas categorias de internas foi proibido por um determinado tempo (FERREIRA, 1996, p. 165).

Podemos notar aqui um novo ponto sobre a prisão: a direção do presídio. Diante disso, torna-se necessário fazer uma observação. Este capítulo não está vinculado a um governo específico, visto que a percepção do enclausuramento

¹²⁴ AEL, Fundo Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), BR SPAEL CBA, regime carcerário pronunciamentos presos políticos, “Depoimento sobre a mulher encarcerada”, P039, 1978, p. 11.

¹²⁵ Alcinha de Neyde Maria Maia Lopes, presa no Talavera Bruce pelo sequestro e assassinato de uma criança de quatro anos. Sua alcunha deriva do crime que cometeu, de enorme apelo popular à época, e do bairro em que foi cometido, Penha na Zona Norte do Rio de Janeiro.

¹²⁶ MAGALHÃES, Priscila Melillo de. Entrevista concedida à autora no dia 21 de novembro de 2018.

¹²⁷ REZNIK, Rosane. Entrevista concedida à autora no dia 08 de julho de 2018.

¹²⁸ REZNIK, Ziléa. Entrevista concedida à autora no dia 02 de julho de 2019.

variava de acordo com a época como um todo e com a administração da penitenciária, dependendo de quem estava no comando direto. Como observa Ferreira (1996), não havia lógica sistêmica (atrelada ou não a governos específicos) ou consistência nas práticas repressivas e punitivas do regime. Segundo Sussekind (2014, p. 13):

A penitenciária era dirigida [em 1972] por uma senhora, como ocorre tradicionalmente em todo o país, em estabelecimentos para mulheres. A maior parte da segurança da Penitenciária Talavera Bruce era feita por homens, guardas prisionais altos e fortes, aos quais se juntava uma ou outra mulher guarda, em algum plantão, ocupando posição secundária. Os chefes de disciplina e de segurança eram homens, e o subdiretor também. Os guardas eram grosseiros com as presas, indelicados com as colegas (...).

A prisão vem, nesse sentido, mediante a ideia de repartição dos indivíduos, de sua fixação num determinado espaço e sua classificação, baseada em modernos métodos de punição após a construção de uma sociedade carcerária (FOUCAULT, 1977). Indo além, ela tem como objetivo de exercer a “privação de liberdade” dos indivíduos e de subtração do seu tempo, um caráter essencial para a vida do indivíduo em sociedade. Todos esses aspectos somados influem sobremaneira na análise do encarceramento de presas políticas: sua separação das demais presas – comuns – a partir da classificação de seus crimes, seu enclausuramento num espaço determinado e diferente – outro pavilhão –, a privação de sua liberdade e todas as micro-resistências que foram empreendidas para se retomar, minimamente, esse controle, e a subtração do seu tempo de vida, o que para muitas significava o receio de não poderem ter filhos, visto que suas penas somavam na maior parte das vezes mais de dez anos de suas vidas.

Todos esses elementos acima apresentados demonstram que, no caso deste estudo, as presas políticas criavam uma vida dentro das prisões, interagindo entre si e formando coletivos que garantiam sua sobrevivência e interagindo também com as autoridades do Estado que incluíam guardas do sexo masculino (LEMGRUBER, 1999). Essas interações diversas ajudavam a compor o fenômeno da prisionização¹²⁹, em que se aprende a ser um preso e a adaptar-se à cultura do cárcere.

¹²⁹ CLEMMER, 1940; SUSSEKIND, 2014.

4.2.

“Isto aqui é um Presídio e pra mim é mais que isto é Solitária”¹³⁰.

Como abordei no capítulo anterior, havia uma certa sensação de alívio pela chegada no Talavera Bruce que advinha do imaginário do presídio enquanto uma suspensão da situação-limite em que viviam – não sendo este um local onde eram realizadas torturas físicas. Sobre isso, Martha Mota Lima Alvarez discorre:

Em Bangu, não era aquele clima de terror apavorante que era na polícia do Exército. Nós fazíamos o que bem queríamos dentro do espaço estabelecido. Foi muito mais tranquilo. Foi uma etapa que, apesar de estarmos presas, sabíamos que não iríamos mais ser torturadas e que poderíamos ver nossa família, nem que fosse uma vez por semana. Foi um alívio a chegada a Bangu (SANTOS, 2006, p. 46)¹³¹.

Por esse motivo, o imaginário sobre os presídios era outro. Ser visto como o paraíso fazia sentido dentro daquela estrutura repressiva montada; *“a saída da tortura para a prisão não podia deixar de ser, para muitas, uma mudança desejada”* (FERREIRA, 1996, p. 159). O depoimento concedido a Ferreira por Hercília retrata a imagem que se tinha dos presídios no momento, nome fictício dado pela autora¹³², *“ironia daquela vida: desejar um presídio como se deseje uma colônia de férias!”* (Idem). A comparação entre os locais da repressão sempre existia dentro da cabeça delas, e Milena (nome fictício) reconhece a imagética construída em torno deles da seguinte forma:

¹³⁰ Trecho de uma carta de Jessie Jane Vieira de Souza enviada ao seu companheiro Colombo Vieira de Souza em 24 de outubro de 1970. AEL, Coleção Jessie Jane. Pasta 01, JJ/006. 24/10/1970.

¹³¹ Entrevista com Martha Mota Lima Alvarez realizada pelo autor.

¹³² De acordo com Ferreira (1996, p. 17), *“As mulheres que entrevistei não aparecem no texto com seus nomes verdadeiros porque, quando ouvidas a respeito dessa questão, algumas optaram pelo anonimato (a escolha de seus codinomes e sua distribuição foram aleatórias). Desse modo, o critério ficou sendo igual para todas, o que de fato facilitou o transcurso dos depoimentos. É importante salientar que esse anonimato é relativo, devido à exposição que estas mulheres ficaram sujeitas em função de sua atuação na esfera pública — quer através de projetos coletivos ou através do sucesso de suas vidas pessoais. assim, em alguns casos, não ficará difícil reconhecer a mulher por trás da personagem através de dados em seus próprios testemunhos, fato que elas certamente percebem”*. Neste trabalho, optei por manter os nomes fictícios criados por Ferreira, mesmo que tenha identificado quase todas as mulheres entrevistadas por ela no livro ao entrar em contato com suas histórias no curso de minha pesquisa. Essa escolha se deu em função de uma questão ética, visto que houve um pedido de anonimato por parte delas na época que deve ser respeitado, independente da posterior disseminação de suas histórias.

Entretanto, em comparação com os órgãos de repressão, que Milena qualificou anteriormente de “os mais baixos degraus do inferno”, a prisão – esta última etapa da experiência das militantes antes de retornarem a suas vidas legais – representou uma suspensão da vivência do terror, embora tenha sido também um período de sofrimento pelas limitações, privações e imposições a que ficaram submetidas durante o período de encarceramento, quer em presídios, quer em quartéis (FERREIRA, 1996, p. 162).

Mas essa não era a única visão possível sobre este lugar. Apesar da aparente ideia de suspensão da situação-limite representada pelos presídios, ou da possibilidade de referir-se a ele como uma “colônia de férias”, todas elas concebiam, de uma forma ou de outra, uma visão bem específica sobre o que este espaço significava. Soma-se a isso o fato de que, segundo relatório escrito por Rosalice Magaldi Fernandes, Norma Sá Pereira e Jessie Jane Vieira de Souza, em 1978, “*em qualquer presídio que nos encontremos a sensação de insegurança é permanente, na medida em que pode-se a qualquer momento ser encaminhada aos centros de tortura e ser submetidos a novas coações*”¹³³. Numa carta escrita por Jessie Jane destinada ao seu companheiro Colombo, em 24 de outubro de 1970, ela reflete a sua permanência no Talavera Bruce:

Isto aqui é um Presídio e pra mim é mais que isto é Solitária (sic). É claro que um presídio civil é bem melhor do que uma base militar, pelo menos o tratamento é mais humano. Acho que pra quem está num coletivo isto aqui não é assim tão ruim. (...) só sinto uma tremenda necessidade de estar com outras pessoas. Falar, ter outras pessoas para falar de você, de nós, do mundo, entende? Isolamento é um troço que marca muito profundamente. Tenho medo de que a revolta seja a melhor companheira¹³⁴.

A noção de prisão, entendida por ela, de certa forma compreende a ideia de que estar no Talavera Bruce significava a suspensão da situação-limite vivida anteriormente no DOI-Codi e no DOPS, ainda assim ela introduz um outro elemento a ser pensado sobre essa experiência: o período em que ficou na solitária. Jessie Jane através deste relato apresenta duas questões: (i) a importância da vivência em um coletivo que significa a continuidade da sua vida política e também o companheirismo representado por aqueles que lutaram contra o mesmo

¹³³ AEL, Fundo Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), BR SPAEL CBA, regime carcerário pronunciamentos presos políticos, “Depoimento sobre a mulher encarcerada”, P039, 1978, p. 16.

¹³⁴ AEL, Coleção Jessie Jane. Pasta 01, JJ/006. 24/10/1970.

regime e (ii) como a sua experiência na solitária representa uma outra situação-limite para ela e, apesar da diferença de um presídio civil para um militar, ela ainda está numa prisão e, mais do que isso, numa solitária.

A prática do isolamento em solitária aconteceu com alguma recorrência nos anos em que o Talavera Bruce começou a receber presas políticas. Jessie não foi a única a ser isolada no longo corredor de celas destinadas às presas comuns de alta periculosidade; Dulce Chaves Pandolfi e Estrella Dalva Bohadana também o foram. O local era simples perto do que elas encontrariam posteriormente na parte do Pavilhão II onde estavam as demais presas políticas, e que elas viriam a ter quando essas duas alas se juntassem. Não havia nem descarga no sanitário que lhes era ofertado dentro da cela, para que os resíduos fossem embora, elas tinham que bater na porta e pedir que os guardas acionassem o dispositivo da descarga. Sobre o espaço e as presas comuns, Jessie escreveu a Colombo:

O cubículo é muito pequeno (metade do seu), não permite que se faça qualquer movimento. (...) Amanhã é sábado, dia de visitas, e eu não poderei ver ninguém. Tem hora que tenho vontade de fazer igual as outras prêsas: berrar, berrar. Só não faço isso porque seria um “gostinho” a mais pra esta gente. Seria o mesmo que demonstrar que tô ficando “maluca”. Porque assim que classificam essas coitadas¹³⁵.

As reclamações sobre as condições em que se encontravam eram constantes, mas não havia uma explicação clara, por parte da direção, do por quê elas foram separadas e obrigadas a viver isoladas dessa forma. Eles diziam que separavam quem não tinha condição de viver em coletivo, mas não havia uma elaboração dos motivos que os levaram a enquadrar essas três mulheres nesse tipo de “diagnóstico”.

Nada de importante tem acontecido neste “paraíso” eu continuo igualzinha, (...) Quem fica nervosa é Estrêla. Uma das Marias acho que é mais biruta, “mora” pertinho dela. A coitada resmunga todo o tempo, já viu, né? Sabe, tem bem 3 dias que a vizinha da Estrela não come nada. Qualquer hora morre ali, naquele ninho. Ninguém liga não, se morrer melhor. Pelo menos, é isto que pensam. Já pensou? Deprimente não? Agora só tem 5 presas comuns aqui (todas 5 artigo 22¹³⁶), tudo

¹³⁵ AEL, Coleção Jessie Jane. Pasta 01, JJ/001. 06/10/1970.

¹³⁶ Artigo 22 do Código Penal de 1940, que diz: “**Art. 22.** É isento de pena o agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter criminoso do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento. Redução facultativa da pena. Parágrafo único. A pena pode ser

deserto! Disseram que só fica aqui quem não tem condições pra viver em coletivo, isto é, eu, Dulce, as Marias, Estrella e as outras duas. Percebe? A classificação é a mesma, não vêm muita diferença entre nós e as birutas¹³⁷.

Mesmo estando na solitária, havia a possibilidade de banho de sol com alguma frequência, como Jessie relata nas cartas, e banho. Jessie mesma diz que é necessário perturbar para conseguir tomar banho, sem a insistência da parte delas, não havia a possibilidade deste item essencial. Ela alerta ainda nas cartas que isso só era possível quando tinha água. Havia também a possibilidade de visitas, mas estas eram frequentemente cortadas sem motivo explícito.

É um contraponto interessante observar a narrativa de Jessie sobre seu período na solitária, e como a ideia de *paraíso*, a qual ela mesma se refere entre aspas não era tão universal quanto nos parece na teoria. As lentes utilizadas por ela para observar o Talavera Bruce eram de extrema suspeição, ainda mais depois de ter passado pelos outros órgãos da repressão. Ela diz:

se fosse possível gostaria de ser transferida, não importa muito pra onde, pois acho que estão pretendendo fazer misérias com a gente aqui. Nunca vi tantos absurdos!? O mais interessante é que nos deram o regulamento da SUSIPE pra gente “tomar conhecimento” e lá pude notar que nem pelas leis deles este isolamento está fundamentado. Sobre o Código Penal Militar nem se fala. Leis!? Leis do cão!!¹³⁸

Jessie Jane permaneceu um longo tempo aprisionada junto das presas comuns de alta periculosidade, Dulce e Estrella, e neste ínterim, queixou-se inúmeras vezes sobre o seu isolamento exacerbado. Suas queixas sobre essa experiência, contudo, iam além da separação plena das demais companheiras, uma vez que apesar dos seus pedidos, realizados através do seu advogado¹³⁹, a direção do Talavera Bruce lhe negava tratamento médico. Um dos seus pedidos – acima mencionado – incluía a transferência para o Presídio Ilha das Flores para que fosse realizado um exame preventivo contra câncer, visto que ela sentia dores no seio esquerdo. Segundo reportagem do *Jornal do Brasil*, do dia 13 de março de

reduzida de um a dois terços, se o agente, em virtude de perturbação da saúde mental ou por desenvolvimento mental incompleto ou retardado, não possuía, ao tempo da ação ou da omissão, a plena capacidade de entender o caráter criminoso do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento. Menores de 18 anos”. Pelo que Jessie Jane cita em sua carta, parece que o artigo ao qual ela se refere é este supracitado do Código Penal de 1940.

¹³⁷ AEL, Coleção Jessie Jane. Pasta 02, JJ/013. 06/05/1971.

¹³⁸ AEL, Coleção Jessie Jane. Pasta 02, JJ/015. 15/05/1971.

¹³⁹ O advogado de Jessie Jane era o Sr. Augusto Sussekind.

1971, Jessie diz que precisa “*sair dêste isolamento, pois já começo a me desequilibrar e não creio que algum ser humano consciente consiga permanecer isolado de todos por 18 anos. Estou há oito meses praticamente incomunicável*”¹⁴⁰. Jessie, no ano posterior, ainda vai além em sua reflexão a respeito do presídio e a sua situação de presa política encarcerada:

Soube hoje algumas coisas a respeito da situação da gente aqui. Na essência nada será modificado uma vez que permanecemos em celas individuais, sem contato com nenhuma outra presa, comuns ou políticas. Olha, não tenho nenhuma ilusão, tudo é muito coordenado, tanto faz aqui como na Barão de Mesquita. No geral dá tudo no mesmo, o bom mesmo é tá lá fora... Ainda hoje estive lembrando de quando nos despedimos na PA, você mais tranquilo, pensando que em uma penitenciária as coisas fossem menos péssimas. No entanto, veja só em que fui me meter logo no que existe de mais absurdo!¹⁴¹

Soma-se a isso as condições físicas do presídio que, em geral, dependiam da limpeza constante das próprias presas: havia ratos, baratas e outros insetos que constantemente entravam em suas celas. Priscila Melillo de Magalhães se recorda do calor “insuportável” e os insetos que entravam nas suas celas: “*as baratas que entravam e nós sentíamos pelo cheiro*”, ela diz (MAGALHÃES, 2018).

[A cela] internamente possuía venezianas de madeira e, nos dias mais quentes, havia duas opções: abrir a veneziana e submeter-se às picadas dos insetos ou fechá-la e entregar-se ao torpor do calor sufocante. Difícil dizer qual a opção menos prejudicial (LEMGRUBER, 1999, p. 32).

O calor era uma reclamação constante por parte de todas elas nas entrevistas, e é constantemente trazido como questão nas cartas de Jessie Jane. A limpeza é outra questão que é sempre levantada, sobretudo em termos de comparação, uma vez que muitas dessas mulheres foram levadas a outros presídios posteriormente¹⁴², ou para unidades de saúde¹⁴³. É interessante notar que nas correspondências trocadas entre Jessie e seu companheiro Colombo que, nas suas inúmeras transferências, ela sempre se queixava do estado de limpeza dos

¹⁴⁰ “Juiz nega relaxamento de prisão a estudante por haver contradição em data”, *Jornal do Brasil*, 13 de março de 1971, p. 12.

¹⁴¹ AEL, Coleção Jessie Jane. Pasta 02, JJ/016. 18/05/1971.

¹⁴² Estrella Dalva Bohadana foi presa novamente em São Paulo, após ter sido solta do Talavera Bruce, e acabou sendo encaminhada à Torre das Donzelas.

¹⁴³ Jessie Jane passou dias internada em hospitais, não só quando estava grávida, mas antes para realizar certos exames que vinha solicitando judicialmente através de seu advogado.

locais onde estava. Reclamava sobre encontrar ratos, sobre a situação do banheiro, sobre a ausência de material de limpeza. Do lado dele, não havia qualquer reclamação sobre, talvez porque Colombo estivesse somente na Ilha Grande ou talvez porque essa não fosse uma questão tão crucial para ele e o seu gênero.

O caso de Jessie exemplifica também as inúmeras possibilidades de circulação de presas políticas após a sua chegada nos presídios. Em virtude das complicações que seguiram após as torturas e o isolamento exacerbado, ela foi levada para o que ela chama de “Divisão de Saúde” e, durante a gravidez, para um hospital particular. E, assim como as outras, foi levada mais de uma vez à Auditoria Militar para dar prosseguimento ao seu julgamento. Falarei com maior nível de detalhes sobre esses casos nas próximas páginas.

É importante notar que era muito comum que nos presídios fosse negada assistência médica àqueles que necessitavam tratar problemas de saúde, a maior parte decorrente das sessões de tortura que sofreram. No Talavera Bruce sequer existia uma unidade de saúde. Assim, como todo presídio, a estrutura médica disponibilizada pelo Talavera Bruce era precária. Havendo necessidade de tratamento, de ordem médica ou dentária, as mulheres deveriam utilizar o que havia de disponível no presídio ou solicitar, através de seus advogados, a realização de exames e procedimentos em outro local.

A assistência médica de presos políticos¹⁴⁴ estava presente somente no presídio masculino da Rua Frei Caneca¹⁴⁵. As presas políticas tinham que solicitar exames através de seus advogados. Mais uma vez Jessie se enquadra neste ponto; ela solicitou um exame completo de saúde, tanto porque estava em completo isolamento – e ficou nesta condição por mais de dez meses – quanto porque sentia dores no seio esquerdo e achava que podia ser câncer¹⁴⁶. Numa carta escrita por Colombo Vieira, em 16 de julho de 1971, há um comentário sobre as dores sentidas por Jessie:

O que me preocupa agora são essas dores nos seios, já se passaram 13 meses e se ainda dói as obras daquele cão, é sinal

¹⁴⁴ “Desipe acha difícil atender pedido de presas políticas que querem ser transferidas”, *Jornal do Brasil*, 22 de outubro de 1977, p. 22.

¹⁴⁵ Presídio Milton Dias Moreira.

¹⁴⁶ “Juiz nega relaxamento de prisão a estudante por haver contradição em data”, *Jornal do Brasil*, 13 de março de 1971, p. 12.

de coisa grave. Vamos ver se o Auditor consegue mesmo a sua ida ao médico ou se é só onda dele¹⁴⁷.

Esse excerto da carta de Colombo exemplifica as duas questões aqui abordadas: (i) a falta – e dificuldade – de assistência médica, ainda mais em um presídio feminino que necessitava enviar suas presas políticas para outro presídio para serem examinadas e atendidas e (ii) que muitos dos problemas de saúde eram derivados das graves torturas físicas pelas quais passaram antes de chegar no presídio. Dessa forma, percebe-se que – mesmo que se almejasse e desejasse a permanência em presídios de todo o país – as condições não eram ideais, o que corrobora a afirmação de Dulce Maia, utilizada no capítulo anterior, “*toda cadeia é essencialmente igual, ainda que tenha métodos diferentes*” (FREIRE; ALMADA; Ponce, 1997, p. 100). Ou, nas palavras da própria Jessie, “*depois tudo entra na rotina normal de cadeia que em todo lugar significa CADEIA*”¹⁴⁸.

A lógica com que a prisão funcionava possuía, portanto, a sua parcela de perversidade e sentido próprio. A verdade é que as presas nunca deixavam de ser controladas, de uma forma ou de outra, por todo o sistema que incluía tanto o presídio quanto toda a estrutura da ditadura militar. Dentro dos muros da prisão havia, primeiro, os guardas que exerciam o controle mais direto; depois, a diretora, que dava as maiores ordens. Indo além, existia ainda o superintendente do Desipe. Acima de toda a estrutura prisional, vinha a Justiça Militar que, através das Auditorias e dos auditores, continuava a acompanhar as presas políticas durante todo o desenrolar do seu processo. Nas palavras da própria Jessie, “*olha, não tenho nenhuma ilusão, tudo é muito coordenado*”¹⁴⁹, ou seja, a malha repressiva continuava a agir num emaranhado de instituições que se sobrepunham e agiam em conjunto.

Existia, assim, a possibilidade de castigos dados por inúmeros motivos. O que foi, provavelmente, o primeiro deles começou após o esforço das presas políticas de não se adequarem a descaracterização que o presídio tentava lhes impor através da recusa das mesmas do uso de uniformes. Essa ação foi combatida com maior severidade das normas disciplinares. Segundo elas,

¹⁴⁷ AEL, Coleção Jessie Jane. Pasta 09, JJ/09. 16/07.1971, p. 2.

¹⁴⁸ AEL, Coleção Jessie Jane. Pasta 03, JJ/035. 17/01/1973.

¹⁴⁹ AEL, Coleção Jessie Jane. Pasta 02, JJ/016. 18/05/1971.

somente podiam circular dentro da galeria, e isso até às 18 horas, quando eram trancadas nas celas até às 7 horas do dia seguinte; o banho de sol era de uma hora; vetada qualquer comunicação com as presas comuns, que eram punidas quando vistas falando com as políticas; as luzes das galerias eram apagadas às 22 horas; livros e jornais eram fortemente censurados, demorando semanas para serem liberados, vindo geralmente com páginas arrancadas; proibido rádio e televisão; visitas semanais somente para parentes credenciados junto à SUSIPE: pai, mãe, irmãos, marido e filhos¹⁵⁰.

Elas também foram castigadas quando, ao ouvir gritos de uma presa comum que estava sendo espancada no trajeto para a galeria do castigo, gritaram com o guarda e demandaram a presença da diretora no pavilhão para que fosse feita a denúncia dos maus tratos. A diretora, contudo, só foi encontrá-las no dia seguinte e negou qualquer conhecimento sobre o ocorrido. *“Imediatamente as p. políticas começaram a sentir emperramento nos procedimentos burocráticos do presídio numa clara “punição branca” pela intromissão em assuntos que não lhes estavam afetos”*¹⁵¹.

Outro tipo de castigo imposto a elas foi justificado como uma desobediência à uma norma do regulamento interno que impedia a conversa entre as presas políticas das duas alas, na época em que havia a separação entre elas. Foi argumentado que elas estavam conversando através das grades e, por isso, as envolvidas deveriam ficar três dias sem banho de sol. Esse castigo, contudo, foi cortado um pouco antes da visita do superintendente, aquela que determinou a fusão das duas alas. A justificativa da diretora era que o castigo era uma medida arbitrária, mesmo que dentro da lei do presídio¹⁵². Podemos perceber duas coisas a partir dessas medidas: (i) mesmo existindo regras definidas por regulamento e ações que se espelham nessas regras, a lei dentro da prisão não era algo que necessariamente se seguia à risca, ficando à cargo das ordens da direção qual caminho seguir e (ii) as arbitrariedades eram várias, mas tentava-se manter uma certa aparência perante às autoridades superiores, como foi o caso da suspensão do castigo antes da visita do superintendente.

Por outro lado, mesmo sob a salvaguarda do presídio, é importante apontar que a presa política não deixava de ser observada e controlada pela Justiça Militar.

¹⁵⁰ AEL, Fundo Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), BR SPAEL CBA, regime carcerário pronunciamentos presos políticos, “Depoimento sobre a mulher encarcerada”, P039, 1978, p. 20.

¹⁵¹ Ibid.

¹⁵² AEL, Coleção Jessie Jane. Pasta 02, JJ/024. 12/10/1971.

Na realidade, “o cumprimento da pena estava sob jurisdição das Auditorias Militares” (SILVA, 2011, p. 138). Sobre isso, Angela Moreira Domingues da Silva aponta que um editorial do *Jornal do Brasil*, de 17 de maio de 1975, destacava o vínculo existente entre a Justiça Militar e o preso político:

(...) entre os que cumprem pena por delito político e a Justiça Militar, que os achou culpados, existe um vínculo que não se extingue com a sentença, antes se afirma durante o período de seu cumprimento.

(...) O importante entre nós, já que a Justiça Militar julga os crimes políticos, é que ela própria se aperfeiçoe, atuando diretamente, assumindo total responsabilidade por aqueles que entendeu do seu dever encarcerar¹⁵³.

Tendo em vista esse vínculo e o descaso por parte do Estado com os presos políticos, veremos como estes – especialmente as mulheres – se movimentaram em prol de mudanças estruturais, tal qual os do Tiradentes, em greves de fome. Antes disso, é importante notar que havia uma movimentação constante dessas mulheres às auditorias militares para dar prosseguimento aos seus processos, como diz Priscila, “a gente ia para a auditoria na fase judicial do processo” (MAGALHÃES, 2018), e não só isso, era através dos pedidos feitos por seus advogados às auditorias militares que elas conseguiam liberação para consultas médicas. Os exemplos citados anteriormente de Jessie são um bom ponto de partida dessas percepções: foi necessária a liberação do auditor para que ela fosse levada à divisão médica, ao mesmo tempo ela e Colombo conseguiram se encontrar brevemente numa das muitas auditorias nas quais estiveram presentes por conta da tentativa de sequestro¹⁵⁴ do avião Caravelle PP-PDX da Cruzeiro do Sul¹⁵⁵ e foi o juiz auditor, através do pedido de seu advogado, que liberou o casamento civil dos dois.

A ida para as auditorias, a fim de dar prosseguimento ao julgamento e/ou processo a que estavam submetidas, não era tranquila. Os encarregados pelo transporte eram os militares que, pesadamente armados, colocavam as presas

¹⁵³ *Jornal do Brasil*, 17 de maio de 1975, p. 6. Editorial intitulado “Além da sentença” apud SILVA, 2011, p. 139.

¹⁵⁴ “Promotor pedirá pena de morte”, *Correio da Manhã*, 07 de julho de 1970, p. 16.

¹⁵⁵ No dia 1 de julho de 1970, Jessie Jane Vieira de Souza, Colombo Vieira de Souza, Fernando Freire e Eraldo Freire foram os responsáveis por planejarem e tentarem colocar em prática o plano de sequestrar o Caravelle PP-PDX da Cruzeiro do Sul aterrissado no Aeroporto Galeão, numa tentativa de ter um avião que os levasse a Cuba. A ação foi frustrada e terminou com a prisão de Jessie, Colombo e Fernando e a morte de Eraldo.

políticas num camburão e as encaminhavam à Auditoria de destino. Por parte dos militares, havia o entendimento de que elas não podiam levar consigo bolsa, papéis e outros itens do tipo. Sabendo seus direitos, as presas políticas chamavam a diretora da prisão e acabavam conseguindo a liberação de seus itens. Marijane Vieira Lisboa diz que “o resto das presas que ficavam se despediam com tradicionais músicas de esquerda, hinos, os PMs mandando calar a boca, e o pessoal detrás das grades cantando” (RAMOS; UCHÔA, 1976, p. 244).

Retornando, então, à vida dentro do Talavera Bruce, gostaria de destacar que, principalmente nos primeiros anos, podemos observar o encarceramento das presas políticas pelo momento de “queda” das organizações, isto é, através da trajetória das intervenções policial-militares nas organizações. Assim, vemos que num primeiro momento há um predomínio de mulheres do primeiro MR-8 (de Niterói) e da AP. Posteriormente, mulheres da DI-MR-8, da ALN e da VPR foram entrando no presídio, até se atingir o período de “recessão” das organizações de esquerda revolucionárias. Dessa forma, a composição dos coletivos se pautava também nessa entrada das mulheres no presídio. Faço essa ressalva porque boa parte das mulheres da “primeira leva” não permaneceram no Talavera Bruce por muito tempo, ficando lá dentro menos de um ano, especialmente as do MR-8 (de Niterói) e da AP. Por esse motivo, elas não observaram a maior parte das mudanças que ocorreram lá dentro, nem a estruturação mais fechada do coletivo.

As primeiras mulheres a chegarem no Pavilhão II vieram diretamente da Ilha das Flores e faziam parte da AP: Priscila Melillo de Magalhães, Marta Maria Klagsbrunn, Márcia Savaget Fianni, Marijane Travassos, Solange Maria Santana, Dorma Tereza de Oliveira. Depois delas, também vindas da Ilha das Flores, chegaram as do MR-8 (Niterói): Marta Mota, as irmãs Ziléa e Rosane Reznik, Iná Meirelles. Depois delas, as mulheres do PCBR: Emília Silveira, Lilian Ulup, Sônia Goulart e assim por diante.

Sobre a entrada, o coletivo e a recepção das novas presas políticas, Ferreira (1996, p. 173) diz:

Além das regras da instituição penal, havia as regras internas do grupo (...). A chegada de uma nova presa (...), havia o mesmo procedimento: a recém-ingressa passava por uma espécie de interrogatório e, perante as outras, fazia uma autocrítica de seu “nível ideológico”, isto é, de sua atuação política até aquele

momento. Esse ritual de passagem a iniciava na convivência com aquelas companheiras, naquele espaço de códigos próprios.

Assim como o questionário feito na entrada, a disciplina dentro do coletivo também tendia a ser bem rígida, se abrandando com o tempo e a saída das presas mais velhas (FERREIRA, 1996, p. 173). Elas tinham rotina de limpeza, estudos e exercícios, que incluíam jogos de vôlei, e também faziam comida. “*O coletivo (...) era regido por normas políticas e disciplinares inicialmente muito rígidas*” (FERREIRA, 1996, p. 173).

O fato de as presas políticas estarem enquadradas na categoria especial de detentas e, por este motivo, ocuparem um espaço à parte no presídio (...) as coloca, em relação ao restante daquele universo, como um conjunto fechado. Essa percepção externa de que formam um grupo distinto é experimentada por elas da mesma forma: elas se veem como “um coletivo”. (...) esta [a vida coletiva], portanto, se sobrepunha a posições individuais ou individualistas, de modo que a incapacidade de uma delas para se adaptar ao esquema instituído poderia significar exclusão (voluntária ou imposta pelo grupo) (FERREIRA, 1996, p. 173).

Essa ideia coletiva de vida, baseada na junção quase unívoca destas mulheres, não pode ser encarada como a única forma de vida dentro da prisão. A ideia dos coletivos parte do próprio tipo de organização que se propunha dentro da militância e se acentua dentro de instituições como o DOPS onde fazia toda a diferença haver tamanha proximidade, gerando acolhimento num momento de tanta repressão e a possibilidade de resistência conjunta. Na prisão, por outro lado, momento em que a ideia de encarceramento muda de figura, ainda mais diante das penas altíssimas que certas mulheres recebiam¹⁵⁶, a solidariedade nem sempre prevalece. Estou falando aqui de convivência constante, prolongada e sistematizada que, considerando o número reduzido de mulheres confinadas ao mesmo tempo, tendia a ser, por vezes, inevitável, e acabava gerando conflitos.

Como aponta Leite (2019), a inserção e convivência de Inês no coletivo não se deu sem a existência de questões. O conflito teria se iniciado, segundo a pesquisa da autora, quando Inês se recusou a realizar o balanço ideológico proposto pelo coletivo, afirmando que não as conhecia para isso. Mais à frente ela

¹⁵⁶ Jessie Jane recebeu 18 anos de prisão, Inês prisão perpétua e Wanda Cozetti Marinho 10 anos, por exemplo.

se queixou também de não ter conseguido se adaptar ao convívio com um conjunto de companheiras tão heterogêneo. Ainda,

Elizabeth Ferreira (...) apontou duas versões para o mesmo fato referente ao isolamento: A de uma das presas políticas, cujo nome real não foi revelado pela antropóloga, e a versão da Inês. A primeira versão diz que Inês se retirou do grupo por não tolerar a forma como a hierarquia estava estabelecida naquele coletivo. A depoente explica que, tendo sido comandante da VPR e pertencendo a uma outra geração (sendo mais velha), Inês estava habituada a um sistema de comando “com um perfil muito militarista, com sua posição muito definida. Em Bangu, o coletivo já tinha sua hierarquia e código próprios. O seu código não contava e ela não aceitou isso.” (...). A justificativa de Etienne passa por não concordar com o fato de as presas terem qualificado uma presa como delatora. Para Inês ao invés de rechaçarem esta acusada do coletivo, as presas políticas deveriam sempre dar apoio a todas que estivessem nessa situação (LEITE, 2019, p. 286).

Goffman (1971) ao estudar as instituições, especialmente as prisões, os manicômios e os conventos, descritas por ele como *instituições totais*¹⁵⁷, afirma que toda instituição acaba por criar uma cultura própria que lhe confere um perfil globalizante. O indivíduo é, portanto, confrontado por um mundo exterior no qual viviam e as normas às quais passaram a ser submetidos dentro da instituição, que lhes impõe um novo padrão de conduta. A prisão oferece, nesse sentido, uma supressão do *self*, através do erguimento de barreiras com o mundo exterior, do enquadramento dentro das normais institucionais, da ausência de bens próprios. Dois pontos podem ser ressaltados a partir desta análise: (i) a ideia de prisão enquanto prisão e (ii) o que se tentou fazer para tornar aquele ambiente menos “totalizante”, como o coletivo.

Gostaria de partir do ponto um citando alguns exemplos. Um trecho de uma carta de Anita (nome fictício) data de 02 de setembro de 1978, citada por Ferreira (1996, p. 171):

¹⁵⁷ As *instituições totais*, para Goffman (1971 e 1974) são aquelas rompem as barreiras que separam as três esferas que ele considera principais da vida moderna: descanso, lazer e trabalho. Logo, esses aspectos da vida são realizados no mesmo local (nas instituições totais), comandado por uma única autoridade, ao lado de outros participantes da mesma ordem e sob um plano racional geral que está montado para, de uma forma ou de outra, atender os objetivos aos quais aquela instituição oficialmente se propõe a realizar. Dentro dessas instituições existem dois grupamentos: os internados e as equipes dirigentes e é a estrutura burocrática que vai controlar as inúmeras necessidades humanas.

[uma] rotina de vazios, de dias carregados nas costas, quebrados abruptamente por dias que nos levam de roldão. Não há meio termo na cadeia. [...] [é] o absurdo de seres humanos confinados anos a fio no mesmo espaço, no mesmo cotidiano, os mesmos objetos, as mesmas pessoas vivendo na mesma grande jaula absurda.

Corroborando com ela, e num teor ainda mais severo, Hercília (nome fictício):

descreve o pavilhão de 20 celas como um espaço frio e opressor, cuja atmosfera transmitia-lhes uma sensação permanente de abandono. O isolamento em que ela, Dalva e uma outra companheira foram colocadas em 1970 era reforçado pelo fato de que, além da separação em celas individuais (que eram intercaladas por celas desocupadas) (...), não lhes era permitido manter contato entre si (FERREIRA, 1996, p. 176).

O que elas faziam era formar um “minicoletivo” que só existia através da comunicação verbal através das celas. E, com isso, chego ao ponto dois. O coletivo era, também, uma forma de tornar aquele ambiente menos “totalizante” em sua essência, através da criação de novas regras próprias para o convívio. E mais do que isso: era uma forma de expressar identificação com a situação em que todas estavam, de forma que se exercia um sentimento de *solidariedade*. As atividades comuns tornavam aquele ambiente mais palatável e proporcionavam um maior senso de diversão. Lúcia Murat fala brevemente sobre uma espécie de desfile de escola de samba que elas fizeram para se divertir (VASCONCELOS, 2019), o que representa uma forma de existência delas dentro do espaço prisional.

Ao mesmo tempo, essa convivência criava vínculos e afetividades únicas dentro daquele espaço físico-temporal. É fácil perceber como essas amizades permanecem até os dias de hoje e como elas eram retratadas com um carinho singular nas cartas da Jessie, nas falas dessas mulheres nas entrevistas que me foram concedidas e em todos os outros lugares em que encontramos depoimentos. Desde as companheiras de cubículos, até aquelas com quem se conviveu por menos tempo, muitas dessas amizades permaneceram.

O trabalho de Leite (2019) sobre Inês Etienne Romeu apresenta as afetividades dessa militante dentro do Talavera: ela protegia Solange Lourenço Gomes por conta do seu diagnóstico de esquizofrenia, tentando amenizar suas crises e surtos, ela foi a que recebeu Maria Cristina de Oliveira Ferreira de forma mais receptiva quando esta chegou à prisão, forjando uma amizade e um

companheirismo que prosseguiu nas atividades conjuntas, como estudar inglês fazendo traduções de Moby Dick, bordando tapeçaria, assistindo novela e conversando sobre livros, revistas e cinema e com Maria Luísa Garcia Rosa quanto esta foi sua companheira de cela, passando por um momento até de falta de vontade conjunta de limpar a cela.

4.3.

“Lutar pela vida é um dever e um direito que temos”¹⁵⁸.

Mesmo atrás das grades, a vida política não fugiu ao encontro. Em vários momentos deste trabalho já mostrei como a vida política se desenvolvia tanto no mundo exterior quanto no mundo intramuros. O tipo de relação estabelecida pela população de presos políticos, no geral, continuava a refletir o motivo que os colocara ali, em primeiro lugar. Não à toa, o trecho da carta de Jessie Jane que dá nome a este subcapítulo evoca o significado da luta para as mulheres que venho estudando. Desde às declarações de violação dos seus direitos, os pedidos de melhoria das condições carcerárias até as tentativas de melhorar também o tratamento das presas comuns, as presas políticas não se calaram. Várias foram as formas que elas encontraram para se fazerem ouvir e tratarei delas com mais detalhes a partir deste ponto.

Em setembro de 1970, após o pedido de relaxamento¹⁵⁹ de prisão ter sido aceito pelo Superior Tribunal Militar (STM), três presas políticas (Marijane Vieira Lisboa, Márcia Savaget Fianni e Marta Maria Klagsbrunn) foram sequestradas quando já haviam assinado o alvará de soltura expedido pelo Juiz Auditor e estavam, teoricamente, sendo encaminhadas para casa. Segundo Marijanne (CAVALCANTI; RAMOS; 1976, p. 245), as circunstâncias da soltura foram

¹⁵⁸ Trecho de uma carta escrita por Jessie Jane a Colombo, no dia 29/11/1970. In: AEL, Coleção Jessie Jane. Pasta 01, JJ/007. 29/11/1970.

¹⁵⁹ Indiciadas em IPM por atividades na Ação Popular (organização clandestina à época), as três estavam presas em Bangu por prisão preventiva sem que se tivesse dado início ao sumário de culpa. (“Estudantes seqüestradas foram libertadas”, *Tribuna da Imprensa*, 28 de outubro de 1970, p. 2). Já havia sido concedido *habeas corpus* por parte do STM para que fosse feita a sua soltura no dia 26 de junho de 1970, que não havia sido cumprida. Segundo noticiado no *Jornal do Brasil*, em 29 de setembro de 1970, uma nova prisão preventiva havia sido decretada pelo juiz João Nunes das Neves, da 1ª Auditoria da Marinha. O STM então julgou novamente procedente o pedido de *habeas corpus*, ao passo que o juiz Mário Moreira de Sousa da 1ª Auditoria da Aeronáutica expediu o alvará de soltura. Contudo, a SUSIPE até aquele momento não havia cumprido a ordem do tribunal. In: “Susipe não cumpre ordem do STM para libertar três estudantes prêsas em Bangu”, *Jornal do Brasil*, 24 de setembro de 1970, p. 24.

todas muito estranhas, o que já indicava, para ela, que algo poderia acontecer. Ela narra no livro “*Memórias do Exílio*” que o alvará de soltura foi entregue às onze horas da noite pela diretora do presídio. Naquele momento, elas já tinham medo de que um sequestro pudesse acontecer, o que só se intensificava tendo em vista o local ermo em que o presídio se localizava, Bangu. Diante de toda a estranheza da situação, elas se recusaram a sair naquele horário e exigiram que seus familiares e advogado fossem notificados. Em solidariedade, as demais presas ameaçaram resistir fisicamente caso tentassem levá-las. Contudo, pouco tempo depois receberam uma carta de seu advogado, Modesto da Silveira, informando que estava na porta do presídio aguardando-as. Elas assinam a sua libertação mal haviam se afastado quando foram paradas na Presidente Dutra mesmo, debaixo de metralhadoras, e tiradas à força do seu carro, sendo encapuzadas e colocadas dentro de outro carro. Foram levadas à Polícia do Exército da Tijuca. Posteriormente, foram colocadas de novo num camburão e levadas a outra delegacia, uma das bases do Esquadrão da Morte, e dali foram levadas de novo para a PE da Tijuca. É importante notar que naquele momento existia um conflito entre os setores considerados “mais duros” e “menos duros” do governo e do Exército, onde se incluía toda uma discussão acerca do STM e das solturas que o tribunal vinha fazendo dos presos políticos¹⁶⁰. Neste momento, o sequestro estava sendo noticiado nos jornais que veiculavam as denúncias feitas por seus familiares e advogado; “*as meninas de Bangu, desaparecidas, que os jornais falavam*” (CAVALCANTI; RAMOS; 1976, p. 247). Em torno de vinte dias depois¹⁶¹, foram soltas e levadas, sem aviso ou qualquer explicação, para casa¹⁶².

Esse caso fez com que as mulheres fizessem uma vigília permanente para resguardar a saída de outras companheiras deste mesmo processo que aguardavam o alvará de soltura. Quando a próxima a sair declarou que queria aguardar a

¹⁶⁰ Para saber mais sobre a atuação do STM durante a ditadura militar, ler “*Ditadura e Justiça Militar no Brasil: a atuação do Superior Tribunal Militar (1964-1980)*”, de Angela Moreira Domingues da Silva (SILVA, 2011).

¹⁶¹ O alvará de soltura delas foi expedido no dia 16 de setembro de 1970, na madrugada do dia 6 de outubro elas foram sequestradas e voltaram para casa no dia 27 de outubro. Logo, sequestro durou em torno de dez dias. In: “Môças seqüestradas quando eram libertadas por ordem do STM reapareceram ontem”, *Jornal do Brasil*, 28 de outubro de 1970, p. 13.

¹⁶² “As estudantes Márcia Savaget Fianni, Marta Maria Klagsbrunn e Marijane Vieira Lisboa, que haviam sido sequestradas (...) foram libertadas à uma hora da manhã de ontem. Uma viatura oficial as transportou do quartel da Polícia do Exército, na Rua Barão de Mesquita até a Rua Marquês de Abrantes, em Botafogo, nas proximidades da residência de Marijane”. In: “Môças seqüestradas quando eram libertadas por ordem do STM reapareceram ontem”, *Jornal do Brasil*, 28 de outubro de 1970, p. 13.

chegada de familiares ou seu advogado antes de sair, esta foi arrastada para fora por guardas do presídio. Seguindo a ideia da vigília, outra presa agarrou-se à recém-liberta para impedir sua saída sem o acompanhamento de algum familiar. A guarda separou-as bruscamente e decidiu trancar na outra galeria esta presa política¹⁶³.

Este foi o caso de Priscila. Diante do sequestro de suas companheiras, seu advogado, Modesto da Silveira, recomendou que ela resistisse de qualquer maneira para que isso não voltasse a se repetir.

Fiz o escândalo que tinha que fazer e fui colocada na solitária. A solitária chamava-se “surda” porque não adiantava berrar porque eles não respondiam. Na solitária passei um dia ou dois lá, depois fiquei um mês de castigo (MAGALHÃES, 2018).

Este fato fez com que as presas políticas do Talavera Bruce dessem início à primeira greve de fome que iriam realizar lá dentro. E assim permaneceram até que a companheira colocada de castigo voltasse da solitária. Considerando as ações coletivas que poderiam ser tomadas, a greve de fome era um lugar-comum nos presídios de todo o país. Segundo Heloísa Greco, elas eram nada mais nada menos que uma das bases de resistência cotidiana dos presos políticos, “*um espaço de ruptura da regra do jogo, da lógica da resistência*”, assim como “*um contraponto às investidas permanentes de alienação e desumanização dos presos*” (GRECO, 2004, p. 244).

Posteriormente, ainda nas tentativas de fazer o que fosse possível dentro do presídio para ajudar a situação das companheiras que haviam sido sequestradas, deu-se início a uma nova greve de fome, como podemos observar na correspondência de Jessie Jane a Colombo, em 26 de outubro de 1970: “*estamos em greve de fome ainda, só é permitido tomar água com açúcar ou com sal*”¹⁶⁴. Com a soltura das companheiras, a greve perdeu a sua razão de existir¹⁶⁵.

A segunda greve de fome dentro do Talavera aconteceu em 1977. Iniciada pelas presas políticas, essa greve tinha o objetivo de solicitar mudanças estruturais no seu encarceramento. Amplamente divulgada nos jornais, a resistência das

¹⁶³ AEL, Fundo Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), BR SPAEL CBA, regime carcerário pronunciamentos presos políticos, “Depoimento sobre a mulher encarcerada”, P039, 1978, p. 21.

¹⁶⁴ AEL, Coleção Jessie Jane. Pasta 01, JJ/002. 26/10/1970.

¹⁶⁵ Segundo Silva (2011, p. 138), “os presos situados na Ilha das Flores, no Rio de Janeiro, fizeram greve de fome para denunciar o sequestro”.

mulheres foi seguida pela resistência dos homens, que adentraram na luta delas¹⁶⁶. O motivo desta movimentação se deu porque elas estavam encarceradas em um presídio estruturado em torno das problemáticas das presas comuns, sendo regidas por um regulamento próprio, mas sob as mãos da mesma administração. Isto, segundo elas, acabava por fazer com que representassem um corpo estranho dentro do presídio e provocava incompreensões por parte dos guardas e de algumas presas. Por causa da sua condição diferenciada e, conseqüentemente, proibição de convivência com as presas comuns, elas não tinham acesso às instalações e atividades recreativas e culturais do presídio. Mais do que isso, em virtude da ausência de assistência médica no presídio, que só existia no hospital do Desipe na Frei Caneca, as dificuldades de atendimento médico só se dificultavam. Soma-se a isso, ainda, toda a operação de transporte que tinha que ser efetuada para leva-las ao local:

O transporte das presas comuns, embora penoso, é relativamente simples: os próprios guardas do presídio as acompanham. Para nós esse transporte envolve uma complicada operação. A administração do presídio precisa encomendar com antecedência uma escolta da PM, um camburão, e vamos sempre algemadas. O resultado é que, na melhor das hipóteses, só uma semana depois de termos solicitado consulta é que somos atendidas. Isso se encontrarmos no hospital o especialista que precisamos. Não é raro fazermos a viagem duas, três vezes inutilmente. Esses problemas administrativos são reconhecidos pelo próprio diretor do DESIPE, dr. Thompson, de quem depende o atendimento de nossa reivindicação. Além deles há outros problemas mais prementes que tornam essa transferência um fator do qual depende nossa integridade física e psicológica¹⁶⁷.

Elas alertam, ainda, que a segurança física delas havia sido ameaçada duas vezes em 1976, em virtude do parto de Jessie Jane, tendo até mesmo a Desipe reforçado a segurança externa do presídio. Para elas, a falta de um corpo de

¹⁶⁶ Segundo a reportagem “Presas em greve são visitadas” publicada no *Jornal do Brasil* em 1 de novembro de 1977, na página 29, naquela data permaneciam em greve de solidariedade 32 presos: 10 do Instituto Penal Esmeraldino Bandeira e 22 do Milton Dias Moreira. Gilney Amorim Viana e Perly Cipriano (2009, p. 44) relatam que também entraram na greve os presos do Lemos de Brito (Salvador-BA). Todos se mobilizaram “contra o descaso das autoridades quanto às reivindicações das companheiras de Bangu” (VIANA; CIPRIANO, 2009, p. 44). Os autores também dizem que em 1978, as presas políticas de Bangu entraram em greve de fome em solidariedade aos companheiros do Itamaracá (Recife-PE) “pela quebra do isolamento dos companheiros Rholine Sonde Cavalcante e Carlos Alberto Soares, condenados à prisão perpétua” (Idem). Percebe-se, com isso, que era uma prática comum iniciar greves de fome em solidariedade aos companheiros.

¹⁶⁷ AEL, Fundo Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), BR SPAEL CBA, regime carcerário pronunciamentos presos políticos, “Depoimento sobre a mulher encarcerada”, P039, 1978, p. 22.

normas estável comprometia sua segurança (o que corrobora como a normatividade da prisão se instituía através das sucessivas administrações), ainda mais quando estavam “à mercê dos critérios do carcereiro do momento”¹⁶⁸. Através da exposição constante de todos esses fatos, elas reivindicavam sua transferência para o anexo do Presídio Milton Dias Moreira, na Frei Caneca.

O coordenador do Desipe, Aloisio Russo, considerava essa solicitação um “problema complexo” visto que o presídio da Frei Caneca era masculino. Segundo ele, “se transferidas para um pavilhão da Penitenciária Milton Dias Moreira, onde estão 30 presos políticos vindos da Ilha Grande, as detentas ficarão submetidas a um isolamento ainda maior do que em Bangu”¹⁶⁹. Ele prossegue dizendo que essa transferência acarretaria em problemas administrativos e financeiros, pois teria que ser construído um pavilhão especialmente para elas para separá-las dos homens.

Segundo noticiado no *Jornal do Brasil*, das oito presas políticas encarceradas no Talavera Bruce, seis aderiram à greve: Norma Sá Pereira, Jessie Jane Vieira de Souza, Rosalice Fernandes, Maria Cecília Wetten, Maria de Fátima Pereira Martins e Elza Maria Parreira Lianza¹⁷⁰. Preocupou-se em noticiar o esclarecimento de Aloisio Russo de que as mulheres em greve estavam sob fiscalização médica permanente e que Maria Cecília, diabética, havia sido transportada para o Hospital Penitenciário Nelson Hungria, na Frei Caneca, para fazer uma análise da curva glicêmica. O mesmo cuidado foi tomado quanto a informação de que havia tentativas de negociação com elas para o fim da greve que restaram infrutíferas. O diretor do Desipe, Augusto Thompson, também tinha ido ao local. Contudo, noticiou-se que “as reivindicações das detentas só poderão ser atendidas por instâncias superiores, conforme já havia afirmado o Secretário de Justiça, Sr. Laudo Camargo”. É importante observar que as reivindicações delas estavam sendo divulgadas pelo CBA através de cartas escritas e assinadas pelas mesmas.

O pedido delas foi apoiado pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) através da figura de Rovane Tavares, que havia sido indicada pela presidência da

¹⁶⁸ “Desipe acha difícil atender pedido de presas políticas que querem ser transferidas”, *Jornal do Brasil*, 22 de outubro de 1977, p. 22.

¹⁶⁹ Idem.

¹⁷⁰ “Médico diz que detentas estão bem”, *Jornal do Brasil*, 19 de outubro de 1977, p. 18.

seção do Rio de Janeiro para averiguar a real situação dessas mulheres. Eles declararam:

Justa é a reivindicação das seis presas políticas do Instituto Penal Talavera Bruce (...). Estão apoiadas por lei que determina tratamento especial aos detentos incursos na Lei de Segurança Nacional e autorizadas pela própria Auditoria Militar¹⁷¹.

Como elas apontam inúmeras vezes em suas cartas de solicitação de apoio, veiculadas pelo CBA, a própria Auditoria Militar a qual estavam submetidas havia autorizado a sua transferência, atendendo às suas reivindicações, quem estava travando o desenrolar deste novo capítulo era a Desipe com as justificativas anteriormente apresentadas. O diretor do Desipe chegou a afirmar que não havia razão para a greve, visto que “*as acomodações carcerárias são as melhores possíveis*”¹⁷².

A greve consistia em se recusar a ingerir qualquer alimento sólido e a maior parte dos líquidos, excetuando-se água: elas só tomavam água com açúcar de três em três horas e ingeriam pitadas de sal. Mais tarde, Norma, Jessie e Rosalice foram encaminhadas ao Hospital Central Penitenciário na Frei Caneca, e seu estado de saúde permanecia estável. Lá puderam encontrar com as suas famílias e também receberam a visita do Senador Amaral Peixoto e pelo deputado Edson Khair (ambos do MDB) para quem disseram que

só pelos jornais haviam tomado conhecimento das obras da portaria especial a ser construída na ala das presas políticas, no presídio feminino de Bangu, mas que elas não atendem suas reivindicações porque continuarão isoladas dentro de um presídio comum¹⁷³.

Mesmo com a oposição das mulheres grevistas, que seguiam firmes no seu pleito de transferência, as obras da portaria especial para as presas políticas foram encomendadas em caráter de urgência pelo governador Faria Lima ao Secretário de Obras, Hugo de Matos, como noticiado no *Jornal do Brasil* no dia 5 de novembro de 1977¹⁷⁴. Naquele momento, Norma Sá Pereira, Rosalice Fernandes e Jessie Jane Vieira de Souza estavam em greve há doze dias. Segundo Hugo de

¹⁷¹ “OAB apóia pedido das seis presas”, *Jornal do Brasil*, 29 de outubro de 1977, p. 18.

¹⁷² Idem.

¹⁷³ “Presas em greve são visitadas”, *Jornal do Brasil*, 6 de novembro de 1977, p. 29.

¹⁷⁴ “Presas políticas recusam solução e mantêm a greve”, *Jornal do Brasil*, 5 de novembro de 1977, p. 17.

Matos, “*com a construção da portaria, a ala especial das presas políticas em Bangu ficará em condições idênticas às da ala especial dos presos políticos, no Instituto Milton Dias Moreira, na Rua Frei Caneca*”¹⁷⁵. Quanto às reclamações sobre a falta de estrutura para o atendimento médico, o Secretário de Saúde, Sr. Woodrow Pantoja, não sugeriu nenhum melhoramento, pois acreditava que o ambulatório e o hospital do presídio eram suficientes. Todas essas mudanças, contudo, não foram avisadas às três presas que permaneciam em greve, mesmo que houvesse a promessa de que elas seriam as primeiras a saber a decisão do governador. Elas souberam da construção da portaria através dos jornais¹⁷⁶.

No meio deste movimento, três presas políticas que estavam encarceradas no Talavera Bruce por prisão preventiva foram libertadas pelo Juiz-Auditor da I Auditoria da Aeronáutica por conta do seu estado de saúde. Foram elas Elza Maria Lianza, Cecília Maria Vetten e Maria Cecília Martins. Segundo as próprias, “o relaxamento das prisões ‘foi uma forma de esvaziar o movimento grevista’”. Contudo, elas argumentaram que este só acabaria com a transferência das mulheres que permaneciam em Bangu para o Presídio Milton Dias Moreira.

Todos esses fatos mencionados nos mostram os seguintes pontos: (i) a comunicação entre o sistema penitenciário e o Judiciário não era direta, ou seja, mais uma vez as prisões estavam apartadas da sociedade e havia alguma intenção em se permanecer desta forma, (ii) mesmo sendo presas políticas sob a “salvaguarda” da Justiça Militar, o fato de estarem numa prisão civil comandada por civis as impunha certas regras e valores que advinham deste tipo de construção, (iii) a comunicação das presas era sempre realizada de forma falha, à mercê da direção da penitenciária e de órgãos como o Desipe, o que de certa forma comprova seu ponto de isolamento e de dificuldade em lidar com o sistema prisional no qual habitavam, tanto que medidas tomadas para teoricamente atender suas demandas e melhorar a sua permanência no presídio não eram informadas a elas, restando-lhes descobrir os desdobramentos de suas lutas pelos jornais, e (iv) haviam tentativas de todos os lados para que suas ações grevistas não fossem continuadas, o que incluía o governo do Estado, a Justiça Militar e o próprio presídio.

¹⁷⁵ Idem.

¹⁷⁶ Idem.

As presas políticas, contudo, não conseguiram tornar uma realidade as suas reivindicações, permanecendo no Talavera Bruce. Mesmo com decisão da Auditoria Militar, apoio da OAB, inúmeras tratativas dos próprios familiares, visita de deputados e discussões com o Desipe, suas tentativas foram inúteis e a greve de fome chegou ao fim 20 dias após o seu início. A única saída da greve foi a construção do portão separando a ala das presas políticas das presas comuns.

Das oito presas que viviam lá dentro, como vimos, seis entraram em greve. Inês e Cristina Oliveira Ferreira permaneceram de fora das reivindicações e ações tomadas pelas demais presas. Segundo Leite (2019, p. 292), “*ambas afirmaram que tal decisão foi tomada em razão de não encontrarem sentido em serem transferidas de um presídio para outro*”. Além disso, a autora afirma que Inês acreditava que só se poderia sair da greve quando o objetivo do seu início tivesse sido atingido, do contrário, a pessoa deveria permanecer em greve até morrer, o que ia de encontro a todas as ações das presas políticas grevistas. Depois desse episódio, Inês ficou ainda mais isolada dentro do presídio.

Com o fim da greve, o governador Faria Lima, que inicialmente havia se recusado a dar declarações, pois afirmava que era da responsabilidade do Secretário de Justiça resolver essas questões¹⁷⁷, deu três justificativas para o não atendimento das reivindicações: (i) que o Frei Caneca era “*um presídio para homens e no Brasil não há presídios mistos*”¹⁷⁸ e (ii) que elas tinham “*melhores acomodações em Bangu*”¹⁷⁹ e (iii) que na verdade elas não eram presas políticas, mas sim presas comuns que haviam infringido a Lei Segurança Nacional¹⁸⁰.

As declarações do governador trazem duas questões interessantes a esse trabalho. Primeiro, a falta de conhecimento do governador sobre o Brasil e os presídios de todo o país. Como vimos no capítulo anterior, existiam sim presídios mistos e o Tiradentes era um deles. E como a categoria de preso político era mobilizada de diferentes formas. Faria Lima, assim como a direção do Talavera Bruce, tentavam ir na contramão da existência desta categoria, um proibindo o seu uso e o outro alegando que era a LSN que tutelava a existência de presas e presos

¹⁷⁷ Médico diz que detentas estão bem”, *Jornal do Brasil*, “19 de outubro de 1977, p. 18.

¹⁷⁸ “Governador determina volta de presas políticas em greve de fome para Bangu”, *Jornal do Brasil*, 10 de novembro de 1977, p. 19.

¹⁷⁹ “Faria Lima diz que presas em greve não serão transferidas”, *O Globo*, 10 de novembro de 1977, p. 14.

¹⁸⁰ Idem.

como estes sobre quem ele agora dissertava. Torna mais curioso ainda pensar sobre essa discussão o fato de que em 1969 criou-se com a promulgação da Lei 898 outra categoria de presos: os presos da LSN. Essa nova categoria, de acordo com Sussekind (2014, p. 20) era “*um status híbrido e confuso de comuns/políticos*” que compreendia aquelas pessoas acusadas ou condenadas por “*roubos a bancos, entre 1969 e 1979, durante a vigência da Lei de Segurança Nacional de 1969*” (SUSSEKIND, 2014, p. 20).

Na realidade, Faria Lima não estava tão distante do teor jurídico do que significava o *status* de presos políticos. Segundo Sussekind (2014, p. 20), “*os presos políticos eram os acusados ou condenados por infração à Lei de Segurança Nacional em vigor, ou ao Código Penal Militar. Ainda nessa categoria estavam não só membros de organização política de esquerda, mas também meros simpatizantes, apoiadores, ou, mesmo, familiares de supostos militantes*”. O que ele fazia era tentar negar essa alcunha que os presos políticos reivindicavam com tanta força e que os diferenciava dos demais, muitas vezes não por escolha deles, mas do próprio sistema carcerário que negava a tipificação de seus crimes.

4.4.

“Nunca quisemos que nossa filha fosse mini-prisioneira”¹⁸¹

Escolhi um trecho de uma carta de Jessie, fonte tão importante desta pesquisa, para iniciar esse subcapítulo. Apesar do conteúdo bem específico do título, não pretendo tratar aqui somente da gravidez e da maternidade, embora esses sejam pontos muito importantes do que vou deslindar nas páginas a seguir. Seguirei a linha do capítulo anterior, e trarei questões essenciais às mulheres que venho apresentando para vocês.

Pensando numa perspectiva relacional, para começar, era comum a construção da imagem das mulheres como “meninas”, ou seja, sempre numa posição hierárquica inferior a dos homens, decorrente de um *status* inferior. Era, ainda, espantoso ver essas “meninas” se rebelarem de alguma forma¹⁸²; o fazer político, a rebeldia, a luta não era lugar delas.

¹⁸¹ Trecho de carta de Jessie Jane enviada a Colombo. AEL, Coleção Jessie Jane. Pasta 06, JJ/128. 21/02/76.

¹⁸² Tanto no Talavera Bruce quanto no Tiradentes houve ao menos duas greves de fome, momento em que as presas políticas se rebelavam acerca das condições do encarceramento.

Jessie Jane demonstra esse ponto ao comparar a sua experiência a de seu companheiro – no Talavera Bruce e na Ilha Grande e no Frei Caneca, respectivamente. A política – e até mesmo a prisão – como demonstra Jessie, era um universo masculino. Nesse sentido, era difícil para os interventores entenderem como a mulher se encaixava ali dentro e até mesmo como lidar com elas quando as mesmas se rebelavam (QUADRAT; GÓIS, 2008, p. 34).

O Colombo ficou na Ilha Grande e depois veio para o Frei Caneca. Eles tinham muito mais enfrentamento. E aí você vê como é o olhar do sistema. Para os interventores, nós éramos as meninas, e eles se espantavam muito quando “essas meninas” se rebelavam, fazíamos greve. Aí era um confronto enorme porque muitos desses gestores tinham uma dificuldade enorme em lidar com a gente. Com os meninos era diferente, porque era um universo masculino. Na Ilha Grande, eles tinham confronto físico, pancadaria (QUADRAT; GÓIS, 2008, p. 34).

Podemos perceber que o tratamento era diferente se comparamos um sexo ao outro. O homem, viril, ao se rebelar, detinha em si o estatuto da violência. Já as mulheres, sempre consideradas dóceis, assustavam quando tomavam um lugar que não era considerado seu por direito.

O outro extremo dessa situação se dava quando as mulheres eram classificadas como extremamente perigosas. Esse também foi o caso de Jessie. Numa carta a Colombo, ela diz:

Sabe que disseram pro pessoal daqui da casa? Nossa, fizeram minha “caveira”. Segundo informações dos “informantes” sou perigosa muito cuidado comigo porque sou capaz de matar os guardas, incendiar o prédio e outros bichos. Querido, tô até com medo de mim. Não sabia que eu era tão importante assim. Amor, tá com medo de mim também? Só rindo mesmo, né?¹⁸³

Esse medo delas se intensificava através das escoltas altamente armadas de militares que as acompanhavam sempre que fosse necessário sair ou entrar na prisão, como se algo pudesse ser feito por elas naquele trajeto. Em geral, era surpreendente ver mulheres tão franzinas, muitas vezes extremamente magras devido à tortura ou ao tempo aprisionadas, saírem de dentro dos veículos cercada de uma série de militares armados com metralhadoras. Elas mesmo faziam piada, como vemos Jessie nesta carta, em relação a esse medo considerado por elas muito infundado (piada que certamente tinha o objetivo de ser lida pela repressão,

¹⁸³ AEL, Coleção Jessie Jane. Pasta 01, JJ/005. 04/11/70.

já que tinha por prática censurar as cartas dos prisioneiros). Parte dessa visão advém desta incompreensão: como uma mulher pode também se rebelar de alguma forma? Como ela pode pegar em armas? Como ela pode se organizar politicamente? Esse rompimento da barreira que seu gênero lhe impunha promovido por elas, em tantos níveis, não atingiu naqueles que as observavam.

Ao mesmo tempo, um presídio não tinha as instalações mais apropriadas para a vida em sociedade. Sua intenção era privar as pessoas da sua liberdade e até mesmo a forma como era constituído permitia, intencionalmente ou não, a execução deste propósito. Como vimos, cada cela tinha o seu próprio sanitário, contudo, o chuveiro ficava em uma outra área, não sendo reservado o suficiente para que elas tivessem a sua própria privacidade. Considerando que essas mulheres chegavam no presídio após passarem por inúmeras sessões de tortura, não é difícil de se pensar que pudessem haver sequelas para além das feridas na pele ou na alma. Uma delas foi vivida por Maria Auxiliadora Lara Barcelos, como narra Rosane Reznik, uma de suas companheiras. Segundo Rosane, Dodora (como ela era conhecida por suas companheiras) havia sofrido pesadas torturas antes de chegar ao Talavera Bruce e, por isso, desenvolveu o medo de tirar a roupa na frente de outras pessoas. Na sala de tortura, uma das primeiras coisas que os indivíduos apreendidos tinham que fazer era despir-se completamente aos olhos de inúmeros militares do gênero masculino. Com as mulheres era comum que se tecessem comentários sobre seu corpo, ou outras situações piores. Muitas relatam o horror que era passar por aquilo, o medo que sentiam de serem estupradas. Por isso, podemos perceber que o desenvolvimento de certos medos estava condicionado às experiências vividas anteriormente. Dodora então esperava todas as suas companheiras tomarem banho para que à noite, um pouco antes do horário da tranca, pudesse ir sozinha ao chuveiro se limpar (REZNIK, 2019a).

A estrutura física do presídio era uma questão até para o diretor do Desipe, Augusto Thompson, que em 1975 declarou ao *Diário de Notícias* que a situação da mulher detenta (pensada de forma ampla, incluindo presas comuns e presas políticas) é mais complexa das que as homens “até no tocante a visitas íntimas de maridos ou companheiros, o que poderia trazer o impasse da gravidez”¹⁸⁴. Por esse motivo, não eram permitidas as visitas íntimas dentro da prisão. O diretor do

¹⁸⁴ “Estagiárias vêm prisão de mulheres por dentro”, *Diário de Notícias*, 31 de outubro de 1975, p. 9.

Talavera Bruce, Jesse de Sousa Marques, também em 1975, seguia a mesma linha de pensamento ao declarar que era necessário, primeiro, estabelecer o controle da natalidade para que, depois, se pudesse pensar nas visitas íntimas, pois sem isso ele teria que “*dirigir um presídio e uma creche*”¹⁸⁵. A opinião de ambos reflete um universo muito maior do que aquele das presas políticas, visto que a opinião sobre elas partia também de um olhar de classe, de quem eram essas mulheres. Mas representa também o modo como os agentes das instituições (e do Estado) lidavam com as mulheres e as questões consideradas “tipicamente femininas”.

A visita íntima não era permitida dentro do Talavera Bruce nem para presas políticas nem para presas comuns e esta só foi instaurada em sua totalidade no segundo governo de Leonel Brizola (1991-1994), quando Julita Lemgruber foi diretora do Desipe. Contudo, Jessie Jane conseguiu estabelecer visitas íntimas dentro do presídio nas quais Colombo era encaminhado para encontrá-la. Em 1972, ela conseguiu uma autorização judicial para casar-se com seu companheiro – encarcerado na Ilha Grande. Com a entrada do Geisel e o retorno do sistema penitenciário à Secretaria da Justiça em 1974 – além da posse de Augusto Thompson como diretor do Desipe – ela solicita a visita de Colombo, visto que eles eram o único casal preso, solicitação que ela fazia há tempos e nunca era autorizada. Com a aquiescência de Thompson, o advogado de Jessie Jane entra com o pedido ao juiz auditor que liberou, diante de situações pessoais e particulares dele com a própria Jessie Jane. Eles abriram, dessa forma, um precedente para as visitas íntimas (QUADRAT; GÓIS, 2008, pp. 35-36).

Ainda em 1975, foi realizada dentro do presídio uma palestra da escritora Rose Marie Muraro que, segundo o *Jornal do Brasil*, ao destacar a necessidade de solucionar dois dos principais problemas que atingem as mulheres presidiárias, elencou a falta de visita íntima, já existente nos presídios masculinos. Jessie destaca em uma de suas cartas a importância desta iniciativa, considerando-a de extrema importância já que, para ela, demonstrava que estavam valorizando as presas comuns enquanto seres humanos¹⁸⁶. Ela diz:

(...) Na semana que passou, aconteceu no presídio uma palestra da Rose M. Muraro sobre feminismo. Pelo que tem nos chegado

¹⁸⁵ “Escritora em conferência no presídio fala às detentas sobre libertação da mulher”, *Jornal do Brasil*, 11 de julho de 1975, p. 20.

¹⁸⁶ AEL, Coleção Jessie Jane. Pasta 05, JJ/124. 13/07/1975.

houve pouco significado de determinadas colocações dela. E isso é claro que haveria mesmo, principalmente se as colocações forem noutro plano que não nos problemas específicos da mulher encarcerada (...). De qualquer forma é muito difícil uma palestra por aqui, principalmente sobre temas que inevitavelmente desembocam em problemas considerados delicados (como é o caso do lesbianismo). Mas achei a iniciativa muito boa. Demonstra mais uma vez a nova mentalidade que está se tentando imprimir por aqui. E as garotas estão muito empolgadas com a notícia deste ser o ano das mulheres. (...) Acho que você pode avaliar bem a importância para as presas que tem a presença de uma mulher como a Rose¹⁸⁷.

A percepção das próprias presas sobre questões que vinham sendo debatidas com mais força a partir da metade da década de 1970, como o lesbianismo e o próprio feminismo, o que antes, como vimos, não eram grandes pautas de suas lutas, demonstra que a forma como essas mulheres foram encarando a si mesmas dentro deste período de detenção foi se alterando. Elas começaram a se perceber mais como mulheres, mesmo que esse fosse somente um leve engatinhar nas discussões que passaram a ter posteriormente no exílio ou no período de redemocratização. Ferreira (1996, p. 178) também aponta como a questão do “feminino” (e feminismo) entrou de forma diferenciada na prisão. Segundo a autora, foi só com a entrada de Angélica (nome fictício) que certas percepções começaram a mudar. Ela trouxe várias novidades sobre o mundo de fora, sobretudo, sobre uma mudança que vinha se desenrolando no papel das mulheres na sociedade, a partir do rompimento de tabus.

Na realidade, a grande maioria das ex-militantes não havia refletido sobre essa questão. Haviam assumido aquele papel político e o novo comportamento sem submeterem essa mudança de posição na hierarquia de gênero a qualquer ordem de elaboração conceitual, filosófica ou não. (...) [Angélica] destacou a existência de uma tendência à masculinização na postura e nas atitudes de muitas, nesse novo convívio, não vendo, porém o fato como um ganho para as mulheres e sim como um empobrecimento da experiência da militância como um todo (FERREIRA, 1996, p. 178).

Disto surge a importância de se entender as temporalidades da prisão e como a queda dos grupos se deu de maneira distinta. As mudanças no “mundão” foram acontecendo gradualmente e nem todas as pessoas foram atingidas da

¹⁸⁷ AEL, Coleção Jessie Jane. Pasta 05, JJ/124. 13/07/1975.

mesma forma por elas. A partir disso conseguimos observar como as mulheres dentro do Talavera Bruce foram sendo afetadas por essas mudanças, e foram compreendendo que seu papel ia se alterando com o tempo, e até mesmo refletindo sobre a vida que levavam até ali. A prisão representava, dessa forma, um rompimento de tabus e visões de mundo que pautavam a vida dessas mulheres e era a convivência continuada entre elas, sempre povoada de novas mulheres que possibilitou essas mudanças graduais.

Rose sinalizou um interesse especial nas presas políticas, dizendo que estabeleceu uma ligação entre elas e as presas comuns em sua palestra. As presas políticas, contudo, tendo em vista as regras do presídio, não puderam participar da conferência. Gostaria de traçar aqui um paralelo rápido com os presos políticos da Ilha Grande, a partir de um trecho do livro de Rose Marie Muraro: *Memórias de uma Mulher Impossível* (1999). Rose diz sobre a sua visita:

Quanto às presas políticas, havia uma dúzia de moças que tinham sido torturadas nos movimentos subversivos. E elas faziam ali o que os homens presos políticos me contaram que faziam quando estavam na Ilha Grande. Eles tinham contato com os presos comuns e os educavam. E as presas políticas ali não podiam ter contato com as presas comuns, porque elas eram muito **desestabilizadoras** (MURARO, 1999, p. 180) [grifos nossos].

A palavra “desestabilizadoras” escolhida por Rose nos ajuda a fazer uma conexão com uma questão que levantei há pouco: o arquétipo da mulher *perigosa*. Por que os homens da Ilha Grande podiam ter este contato com os presos comuns e as mulheres não? Óbvio que estou falando aqui de duas prisões diferentes, com contextos de construção diferentes e direções diferentes. Contudo, é interessante pensar que a “caveira” construída sobre essas mulheres, de que elas eram extremamente perigosas, foi vestida de maneira tão específica dentro dos muros do Talavera Bruce. O que essas mulheres representavam de perigo às demais? A veemência com que era feita a separação pode ser uma resposta.

Havia ainda a questão das visitas. Este era um ponto muito debatido entre elas, sobretudo porque só tinham a liberação de receber visitas de seus pais, maridos e irmãos. Eram poucas pessoas que visitavam mulheres que ficavam muito isoladas dentro do Talavera Bruce e que constantemente se queixavam de extrema solidão. Elas tentaram liberar a visita para amigos, contudo, os nomes de

amigos que elas sugeriam sempre eram barrados pela direção¹⁸⁸. De acordo com Jessie, em entrevista concedida a Maria Claudia Badan Ribeiro, as presas políticas tinham “*muita dificuldade com visitas, as mulheres não gostavam de visitar a gente, gostavam de visitar os rapazes, tinha uma fila para visitar os rapazes. Para nós, nós batalhávamos para as pessoas nos visitarem*” (RIBEIRO, 2018, p. 384). Essas visitas, contudo, eram cruciais para elas se sentirem parte de algo e perto das pessoas.

Adentramos agora um outro ponto de extrema importância para este trabalho: a gravidez e tudo que ela traz consigo. Posso elencar aqui inúmeras questões que tornam essa experiência extremamente delicada para as mulheres, soma-se a isso uma completa falta de estrutura física. Não existia maternidade no Talavera Bruce, mesmo que na época já existisse uma creche em que os filhos das presas comuns podiam frequentar até os seis anos de idade. E Jessie Jane, mais uma vez, se torna um exemplo emblemático desta questão; seu caso nos mostra que a falta de estrutura dos presídios não favorecia as mulheres. Por falta de assistência médica no Talavera, ela teve que ser levada ao hospital penitenciário da Frei Caneca com 8 meses de gestação para receber cuidados onde ficou até ser encaminhada para o Hospital São Sebastião, em Niterói (pago com dinheiro de um fundo que seus companheiros organizaram), no qual teve a sua filha, visto que os hospitais militares haviam se recusado a fazer seu parto. Contudo, segundo ela relata, o hospital penitenciário também não tinha preparo para recebê-la: “*neste hospital-prisão permaneci isolada em uma pequena cela, sem exercícios ou banho de sol. E, evidentemente, sem qualquer assistência médica*” (COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO “RUBENS PAIVA”, 2014, p. 154). Segundo ela própria diz em carta enviada a Colombo no dia 22 de julho de 1976,

Preciso de um médico nem que seja só para confirmar a normalidade de tudo isto que estou sentindo. Tenho medo de prematuro (hipótese plausível dentro do que foi dito sobre aquele sangramento). Meus pés e mãos estão inchando muito, a pressão sempre baixando muito. Me dá uma agonia imensa não saber o que se passa no meu organismo. Sei lá, semana passada pedi para arranjar um médico. Mas pelo visto não é tão simples, como pensávamos, conseguir um médico que mesmo

¹⁸⁸ AEL, Fundo Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), BR SPAEL CBA, regime carcerário pronunciamentos presos políticos, “Depoimento sobre a mulher encarcerada”, P039, 1978-1985.

sendo pago, se disponha a vir até Bangu só pra me examinar. Hospital já está certo¹⁸⁹.

A forma que ela encontrou de ser examinada foi de ir a um médico de confiança, dr. Jeferson Carneiro Leão, na clínica escolhida por ela para o parto, com escolta (como acontecia sempre que necessário em qualquer caso de saúde¹⁹⁰). Sobre sua escolta do Hospital Central, no Frei Caneca, até a clínica, Jessie relata (o que retrata bem o que expus alguns parágrafos acima):

Foi escândalo a chegada lá: eu algemada, numa ambulância, PMs e escola numa Kombi. (...) A dona da clínica (uma tremenda madame) veio correndo saber o que se passava “na sua clínica”. Iná e Zica estavam lá. Ainda bem porque acho que se elas não tivessem por lá o pessoal da clínica não teria deixado o “cortejo” entrar¹⁹¹.

Para Colombo, a chegada de sua filha representou uma vitória de Jessie, isto é, o resultado de uma longa luta dela contra a ditadura e tudo que esse regime lhe impôs (opressão, tortura, cadeia). Leta mostrava que Jessie não deixou que lhe roubassem seu direito de ser mãe e de reproduzir vida (algo que era visto com muito maus olhos pela ditadura, pois era considerada uma “reprodução de comunistas”).

A escolta militar não se restringia somente às movimentações. Ela também esteve presente no hospital ao tentar permanecer na sala de cirurgia durante o parto e no quarto de Jessie após o nascimento de Leta. Essas tentativas de controle por parte dos PMs se mostraram infrutíferas, mas estes acabaram conseguindo proibir a presença de acompanhantes no quarto durante a noite.

Naquela noite [do nascimento de Leta e do sequestro de Dom Adriano Hipólito, bispo de Nova Iguaçu e conhecido por suas posições a favor dos Injustiçados], terminei dormindo e fui acordada pela presença de soldados armados dentro do quarto. A partir deste momento, nossa presença no hospital se transformou num verdadeiro horror. Como ainda não haviam cortado o telefone, pude me comunicar com a advogada Abigail Paranhos, ex-presa política, e o médico Leo Benjamim, querido e corajoso combatente, que imediatamente chegaram ao hospital e, após um difícil diálogo com as autoridades policiais ali

¹⁸⁹ AEL, Coleção Jessie Jane. Pasta 06, JJ/130. 22/07/1976.

¹⁹⁰ AEL, Coleção Jessie Jane. Pasta 06, JJ/131. 07/07/1976.

¹⁹¹ AEL, Coleção Jessie Jane. Pasta 06, JJ/132. 09/07/1976.

presentes, conseguiram que os soldados ficassem do lado de fora do quarto¹⁹².

O presídio também teve que se manter longe, naquele momento, e a secretária do diretor, que havia ido visitar Jessie, foi expulsa aos gritos. Segundo Colombo, Leta nasceu vencendo dois embates contra a Polícia Militar. Todos esses fatos demonstram que as lutas continuavam a ocorrer mesmo em situações tão inesperadas quanto essas. Colombo narra este momento para sua avó Leta:

Outra coisa que me disse foi que a escolta tava querendo que um PM passasse a noite toda no quarto mas que Abigail (mulher do Paranhos e que cumpriu pena com ela) ia falar no Desipe como advogada dela pra evitar esse constrangimento. (...) antes de ontem soube que ela ganhou o direito de ficar sozinha no quarto mesmo à noite ficará sem a presença de PMs, estes foram obrigados a ficar do lado de fora, afinal mesmo os presos devem ter o direito a um mínimo de privacidade (...). (...) Os PMs não gostaram das ordens que vieram de cima e promoveram sua vingancinha proibindo acompanhante no quarto e qualquer visita, Jane disse que está cagando pra eles e que a filha dela está bem, a pediatra e o médico dão toda atenção a elas e é isso o mais importante, o que os PMs não sacaram é que ela nunca esteve com tanto acesso ao mundo, pois está com um telefone na cabeceira e as pessoas continuam ligando pra ela e o que eles estão fazendo é uma demonstração do que representam nessa sociedade, num hospital que com raras exceções só atendem as mulheres dos burgueses. Pra facilitar os protestos da advogada, os PMs não deixaram entrar no quarto a secretária do diretor geral dos Presídios e a expulsaram na maior das grosserias e ontem quando liguei de novo as visitas já estavam liberadas, sua filha ganhou o segundo embate com os PMs em plena maternidade, mas vitória maior é botar uma filha no mundo no decorrer do seu 7o ano em prisão sem que para tanto precisasse conciliar com seus repressores. (...) Sábado terão alta, Jane vai direto pra Bangu e mamãe vem aqui trazer a menina para conhecermos¹⁹³.

O depoimento de Jessie sobre o dia posterior muda de figura:

Esses acontecimentos me fizeram ficar em alerta. Ao amanhecer chegaram vários homens que, pela janela do meu quarto, passaram a me ameaçar dizendo que iriam matar a minha filha, que era necessário realizar o que eles chamavam de operação Jacarta (em referência à matança de comunistas que a Indonésia havia realizado). Eu, encolhida na cama, tentava me comunicar com o mundo exterior. O telefone já havia sido cortado e nenhuma enfermeira atendia aos meus chamados.

¹⁹² COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO “RUBENS PAIVA”, 2014, p. 154.

¹⁹³ AEL, Coleção Jessie Jane. Pasta 06, JJ/133. 20/09/1976.

Nem a minha filha, que se encontrava no berçário, vinha para mamar¹⁹⁴.

A saída dela do hospital foi muito conturbada. Sob ameaças, ela foi informada por seu médico que seria encaminhada imediatamente à penitenciária. Jessie ainda tinha uma sutura não cicatrizada e havia sido operada há menos de 48 horas. Ela foi colocada novamente num camburão, sem a sua filha e levada direto para o Talavera Bruce. Somente quando foi colocada no camburão que ela foi informada do que estava acontecendo, ainda assim de maneira bem resumida. Quando chegou no presídio sua filha lhe foi entregue por Iná, sua cunhada, e Iramaya Benjamin pelas grades sem que elas pudessem falar nada. Segundo Jessie, aquele pesadelo se repetiu na penitenciária quando, ao acordar de noite para alimentar Leta, pode “*ouvir da guarita, no pátio do pavilhão aonde nos encontrávamos, vozes que repetiam as mesmas palavras ouvidas no hospital*” (COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO “RUBENS PAIVA”, 2014, p. 155). No dia seguinte ela comunicou ao diretor o ocorrido e isso não voltou a se repetir. Isso demonstra que não havia, de fato, nenhum preparo para que se desse o mínimo de condições de uma mulher ter um filho dentro daquele contexto, tanto o prisional quanto histórico.



Figura 6: Jessie e Leta no Talavera Bruce em 1976.¹⁹⁵

¹⁹⁴ COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO “RUBENS PAIVA”, 2014, p. 154.

¹⁹⁵ Imagem disponível em: <<http://comissaoдавerdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomo-i/parte-ii-cap4.html>>. Acesso em: 23 mai. 2020.



Figura 7: Jessie, Colombo e Leta no Talavera Bruce em 1977. Imagem do livro “Infância Roubada” (2014).



Figura 8: Jessie com Leta no colo, padre Renzo Rossi e Colombo no Talavera Bruce em 1977. Imagem do livro “Infância Roubada” (2014).

Leta viveu durante alguns meses com Jessie, em sua cela, sendo visitada com alguma frequência por Colombo. Após este tempo vivendo com ela dentro do

Talavera Bruce, Jessie e Colombo decidem deixar Leta sob a guarda dos avós paternos. Ela relata que nos anos em que estava presa foi criado um projeto de creche dentro do presídio para que as mães pudessem ficar com seus filhos até os seis anos de idade, mas, para ela, não fazia sentido continuar com Leta dentro dos muros do Talavera Bruce (cf. QUADRAT; GÓIS, 2008, p. 38), ainda mais considerando que até aquele momento a perspectiva que existia era de que ela continuaria presa por muitos anos. A dor da separação foi relatada por Jessie em uma carta destinada a Colombo:

Hoje é o segundo dia que fico sem nossa menina, me sinto perdida, desorientada. Como se faltasse algo dentro de mim mesma, um braço, uma perna ou até mesmo meu coração. Não consigo falar ou pensar nela sem chorar. Como está sendo difícil! Estes momentos de agora foram previstos desde que soubemos da existência da “célula multiplicadora”. Desde então venho me dizendo a cada dia, que este momento iria chegar. Sábado quando surgiu a possibilidade dela sair, entrei nesta tristeza em que me encontro agora. Ao voltar para o pavilhão comecei a arrumar as roupinhas dela. Lavar as fraldas sujas, passar e colocar tudo em ordem. Na hora da saída eu chorava tanto! Era a mesma sensação que senti no momento em que tiraram ela de dentro de mim. A mesma necessidade de protegê-la, ódio por esta situação que não nos permite criar nossa filha. O mesmo choro da hora do parto. Tenho perfeita consciência de que lá fora ela está melhor do que aqui. Nunca quisemos que nossa filha fosse mini-prisioneira, que nem mesmo sofra pela nossa opção de vida. Ela, mais do que a maioria das crianças, precisa ser independente. Porque nós não temos, objetivamente, um futuro para oferecer a ela. Claro que nossa opção de vida implica em que o futuro seja menos doído pra geração dela. Ontem fiquei observando as crianças que vejo aqui no presídio. Histórias tão terríveis que me fizeram sentir por um momento um gosto de egoísmo pelas minhas lágrimas. Por um momento, porque as minhas lágrimas e as tuas também são legítimas. Quero só mesmo te enviar este quase bilhete pra compartilhar contigo este momento. De uma dor imensa, mas que sei ser necessária¹⁹⁶.

Jessie Jane reflete posteriormente como essa vida foi difícil, também, para Leta e a sua sogra. Em mais de uma ocasião, sua filha se afastava da prisão, não querendo estar ali. E depois, quando ela e seu companheiro foram soltos, ela narra também a dificuldade de fazer com que sua filha entendesse que eles eram os pais, que a sua vida incluía ambos. Tendo ainda como agravante, a separação da avó que ela via todos os dias (QUADRAT; GÓIS, 2008, p. 39).

¹⁹⁶ AEL, Coleção Jessie Jane. Pasta 06, JJ/128. 21/02/76.



Figura 9: Jessie com Leta no colo na porta do Talavera Bruce no dia de sua soltura. 6 de fevereiro de 1979. Imagem do livro “Infância Roubada” (2014).

Segundo Ribeiro (2018, p. 370), a experiência da maternidade foi compartilhada por várias presas políticas, como Linda Tayah, Ilma Noronha, Rose Nogueira, Nair Benedicto, Ilda Gomes, Arlete Diogo, todas da ALN. Esse foram apenas alguns dos casos em que ser mãe, detidas com seus filhos e/ou grávidas, fizeram com que essas mulheres carregassem o trauma da maternidade *in loco* pelo resto de suas vidas (RIBEIRO, 2018, p. 370).

Existe ainda uma última questão a ser discutida em relação à especificidade feminina. De acordo com Ferreira (1996, p. 176-177), essa especificidade influencia até a percepção do tempo dentro da prisão. Ter filhos tornou-se uma impossibilidade concreta e objetiva Anita (nome fictício): precisava sair do confinamento antes dos 35 anos:

(...) e quanto a mim, quando eu comecei a aventar a possibilidade de ter um filho, fui presa e meu marido teve que se exilar. E na cadeia isso tornou-se para mim uma impossibilidade real, concreta e objetiva. O negócio é torcer para sair antes dos 34 ou 35 anos. Isto é, pelo menos nos próximos cinco anos. O prazo é curto para as mulheres...

Dessa forma, a especificidade da experiência feminina envolve uma série de variáveis que não podem ser facilmente quantificadas, que perpassam vivências, sentimentos, medos relativos tanto ao seu gênero quanto à experiência

de viver sob uma ditadura militar em uma instituição que não tinha a mínima condição de acompanhar esses acontecimentos. E essas mulheres viveram tudo isso, cada uma da sua forma, enquanto continuavam a lutar.

5.

Conclusão ou “*porém aqui eu escolhi viver, nada me resta senão olhar de frente*”¹⁹⁷.

Quem pretende se aproximar do próprio passado
soterrado deve agir como um homem que escava.

Walter Benjamin, *Rua de Mão Única*

Talvez seja repetitivo usar um poema de Sophia de Mello Breyner Andresen para concluir esta dissertação, mas sua atuação contra o fascismo português comandado por Salazar – tão bem traduzida através de sua poesia – não deixa de ser uma das fontes de inspiração deste trabalho. No poema “Carta aos amigos mortos”¹⁹⁸, ela diz: “*neste país de dor e incerteza/ aqui eu escolhi permanecer/ onde a visão é dura e mais difícil/ aqui me resta apenas fazer frente/ ao rosto sujo de ódio e de injustiça*”. A primeira camada de interpretação deste trecho do poema demonstra um rompimento e uma negação: uma ação de romper com as grades do medo e do confinamento que impedem o prosseguimento da vida indivíduo e o negar ativo do silêncio que um regime autoritário impõe àqueles que subjuga. A segunda, parte do advérbio “aqui”, que tem um significado triplo e complementar: a terra (também lida aqui como país) na qual se nasce e se vive, o mundo dos vivos e o lugar onde ela consegue manter-se presente, onde ela permanece viva. A terceira, por fim, nos mostra que estar *viva* significa observar tudo que acontece e, mais do que isso, enfrentar a força que decai sobre si de forma mais potente, ou seja, com mais força ainda (NAHAS, 2017, p. 81).

Mais uma vez, é possível traçarmos paralelos entre a poesia de Sophia e as mulheres presentes em cada pedaço das páginas deste trabalho. Elas, cada uma da sua própria forma, escolheu negar o silêncio que as cercava sobre um período de suas vidas que foi marcado contundentemente pelos acontecimentos de seu país. Ao mesmo tempo, resolveram romper as grades do medo e do confinamento, físicas como numa prisão, ou imaginárias como as que estavam presentes no próprio corpo. Através de sua luta, do seu constante acreditar no simples “aqui” (que era o Brasil daquela época), conseguiram permanecer vivas e usar da própria

¹⁹⁷ Versos do poema “Carta aos amigos mortos” de Sophia de Mello Breyner Andresen citado no corpo do texto.

¹⁹⁸ Poema publicado originalmente no *Livro Sexto*, em 1962.

força contra a força de um regime que tentava a todo custo acabar com a ameaça que apresentavam, sendo a prisão parte de suas trajetórias. Continuando com Sophia, a poesia – como forma – pode ter nesta analogia múltiplos significados, mas ao fim e ao cabo significa dizer que “*sabemos que a vida não é uma coisa e a poesia outra. Sabemos que a política não é uma coisa e a poesia outra. Procuramos o coincidir do estar no ser. Procurar a inteireza do estar na terra é a busca da poesia*” (1977, p. 78).

Assim, procurei lidar nas últimas páginas com uma história de *ausências*, tentando preencher as lacunas que o tempo e o projeto autoritário de Brasil propagado pela ditadura militar deixaram. A memória tomou lugar central dentro da narrativa, tentando compreender como aquelas experiências tão pessoais puderam influenciar a vivência dentro dos presídios. Os espaços expostos aqui, Instituto Penal Talavera Bruce e Presídio Tiradentes, são apenas sugeridos. Ninguém se lembra de fato de todos os pequenos detalhes e todas as mais singelas características. É como diz Walter Benjamin na epígrafe deste capítulo, é um trabalho de escavar o que foi soterrado, tanto meu quanto das mulheres protagonistas desta história. Ainda, a própria história da instituição na qual elas foram isoladas da sociedade reflete um pouco desta ausência, afinal, segundo Foucault (1977, p. 34), a história das prisões é “*a história de algo que nunca funcionou*”.

Susanna Lira, cineasta citada inúmeras vezes neste trabalho por ter dirigido o documentário *Torre das Donzelas* (2018), disse num evento sobre esta película que dirigi-la foi como se jogar no abismo. Achei esta analogia extremamente interessante e pertinente para finalizar o que venho dizendo nas entrelinhas de cada capítulo desta dissertação: iniciar a pesquisa, apesar do projeto bem definido, foi uma verdadeira aventura, um desbravar do desconhecido. A verdade é que a pesquisa me levou além do projeto, as mulheres me indicaram caminhos antes desconhecidos e os documentos (difíceis de analisar e até mesmo de encontrar) me propuseram trajetos antes não vislumbrados e até mesmo duvidosos. Por isso achei importante frisar que esta é uma história de ausências físicas: quando falamos das mulheres que, infelizmente, não estão mais no “mundo dos vivos” (fazendo alusão a Sophia), e também quando falamos dos documentos necessários para a tentativa de compreensão de um momento e dois

lugares altamente incomprensíveis na sua essência. O acesso às fontes foi um verdadeiro desafio que esteve presente desde a concepção do problema até a escrita destas linhas, e certamente vai permanecer nas futuras tentativas de entender o encarceramento de mulheres na Ditadura.

O objetivo inicial deste mestrado era pesquisar somente o encarceramento de presas políticas no Instituto Penal Talavera Bruce, utilizando como uma das fontes a documentação que o próprio presídio produzia sobre as suas presas. O trabalho de pesquisa inicial, portanto, se centrou em tentar localizar onde esses documentos se encontravam. Estou falando aqui, contudo, de uma instituição que sofre com o descaso, com a desinformação e até mesmo com um certo desinteresse. Soma-se a isso o fato de se tratarem de documentos produzidos na ditadura militar, o que torna a dificuldade ainda muito maior. Por esse motivo, e também por conta de um interesse em entender de forma mais ampla o encarceramento de presas políticas na ditadura, ampliei o escopo do estudo para o Presídio Tiradentes. Encontrei, ali, no entanto, a mesma dificuldade. O presídio em si foi demolido e os entraves da manutenção da sua memória já foram aludidos no capítulo 3. Dito isto, não foi possível encontrar os documentos dos presídios, exceto aquelas comunicações que passaram pelas polícias políticas dos estados. Esse trabalho veio, então, na tentativa de contribuir neste difícil empreendimento que é estudar prisões.

Não elaboro esta dissertação como um documento pronto, mas como projeto inacabado (mesmo que não seja ortodoxo dizer isso) que tem como objetivo abrir espaço para outras e novas reflexões sobre o campo. Ainda existe um longo caminho pela frente de pesquisas, possibilidades, e de desvelar ausências que envolvem sujeitos, temáticas, lugares e tempos. Assim como encaro este trabalho como um pontapé inicial de uma pesquisa que pretendo desenvolver mais profundamente no doutorado.

Retomando as reflexões propostas nos capítulos, vimos, num primeiro momento, como as mulheres quebraram com os padrões de gênero que lhes foram impostos, ainda que de forma inconsciente dentro da própria militância, e que por causa da sua atuação política foram perseguidas e presas. Posteriormente, vimos como prisão de cada uma foi, na realidade, uma dissolução de seus projetos de vida, e como tiveram que construir uma nova vida dentro dos muros dos presídios.

Ao mesmo tempo, questionamos a visão de que o presídio seria, na verdade, o “paraíso” diante de tudo que se desenrolava antes da chegada nesses locais. Não havia, de fato, segurança plena, mesmo estando atrás de grades comandadas por civis. O caso do nascimento da filha de Jessie Jane e Colombo é um dos muitos exemplos que demonstra essa falta de segurança. Outro exemplo é o da greve de fome no Tiradentes, em 1972, que resultou na transferência de duas mulheres, Áurea Moretti e Marlene Soccas, de volta para solitárias no DEOPS. Além disso, a solidão constantemente retratada pelas mulheres do Talavera Bruce, apartadas numa solitária ou não, também entra nesta contradição da ideia de presídio como “paraíso” e/ou “colônia de férias”. As demandas delas, oficializadas através das greves de fome, também contestam essa ideia, na medida em que demonstram que não havia nem segurança, como é o caso do Tiradentes e os presos políticos transferidos sem qualquer informação, nem condições físicas ideais para uma vida atrás das grades, como é o caso do Talavera Bruce.

Percebemos, além disso, como a presa ficava sob custódia da Justiça Militar e, nesse sentido, dos militares que comandavam o país, durante todo o seu período de prisão. Considerando que na maior parte das vezes seus julgamentos estavam em curso e suas sentenças ainda iam ser decididas, a necessidade de ida às Auditorias Militares ou pedidos para o auditor através dos advogados era essencial. Dessa forma, não havia uma passagem total da custódia dessas mulheres para o presídio, não se estando totalmente à parte da estrutura montada pela ditadura militar.

Procurei trazer também uma análise de gênero que recortasse de forma ampla o trabalho. O “ser mulher” atravessa de diferentes formas as histórias de todas essas mulheres, desde o momento da militância até o período no Talavera Bruce ou no Tiradentes. Na militância perpassa o rompimento do estereótipo de mulher “do lar” para se tornar militante, e até mesmo guerrilheira em alguns casos, ainda que dentro da ideia de uma figura universal de militante.

Acredito ser importante fazer uma referência a Che Guevara e ao seu livro *A Guerra de Guerrilhas* para complementar este ponto da mulher, da militância e da revolução que norteou suas ações e representações na sociedade da época. É na seção “papel da mulher” que Che Guevara se debruça sobre como as mulheres estavam inseridas na revolução que estavam gestando. Esse papel, segundo ele, é

extremamente importante, sendo elas capazes de realizar os trabalhos mais difíceis, assim como combater ao lado dos homens. Ele reconhece também que países de mentalidade colonial tende a se subestimar as mulheres, o que acaba por se converter em discriminação contra ela. Ao mesmo tempo, diz que, por mais que ela seja mais fraca do que o homem, ela não é menos resistente do que ele.

Contudo, como aponta Wolff (2007, p. 30), seu papel mais importante era o de servir de agente de ligação e mensageira, visto que uma mulher chama menos atenção e pode passar despercebida diante dos “soldados inimigos”. Essa é um ponto que, como vimos, foi levantado e questionado por Vera Sílvia Magalhães na sua atuação no MR-8. Além do seu papel como cozinheira, a mulher também poderia ser professora, costureira e enfermeira, como ele diz, e possui “*uma doçura infinitamente superior à de seu rude companheiro de armas*” (GUEVARA, 2001, p. 96 apud WOLFF, 2007, p. 30). Seu papel como cozinheira, por outro lado, ajudaria a melhorar muito a alimentação, sendo, inclusive, mais fácil mantê-la em sua tarefa doméstica. Assim, “*a proposta de Che Guevara seria a criação de “homens e mulheres novos” após a revolução, mas não de liberação imediata da condição feminina*”¹⁹⁹.

Por fim, segundo Ana Maria Araújo,

As concepções do Che são duras de admitir para uma mulher e uma militante política: encontramos aí a reprodução da ideologia dominante, do papel tradicional que ela designou às mulheres. Se o Che Guevara escreveu o que escreveu, isto não é mais que uma prova a mais da força profunda, inconsciente e enraizada do machismo, mesmo entre os maiores revolucionários (ARAÚJO, 1980, p. 133 apud WOLFF, 2007, p. 30).

Passando pela forma como eram transportadas para dentro e fora do presídio, como elas costumam comentar: “*a gente ia para a auditoria na fase judicial do processo com um aparato de não sei quantos de armada e aquelas meninas com cara de vinte anos*” (MAGALHÃES, 2018). Essa é uma frase de Priscila Melillo de Magalhães, mas é um comentário que perpassa os depoimentos de quase todas essas mulheres. A necessidade de um aparato tão grande de militares armados para a contenção de mulheres jovens, muitas franzinas e

¹⁹⁹ Trecho de reportagem da Revista Geni escrita pela pesquisadora Isabel Leite em 2016. Disponível em: <<https://revistageni.org/04/as-armas-mulheres/>>. Acesso em 27 mai. 2020.

extremamente magras por conta da tortura, perpassa tanto a construção ideológica do militante como uma ameaça quanto a construção da ideia da mulher *perigosa*, reforçando um estereótipo de gênero.

Chegando por fim aos presídios é importante ressaltar que observamos muitas semelhanças entre eles. Tanto no Talavera Bruce quanto no Tiradentes foram “criados” (lê-se separados e reimaginados) espaços voltados especialmente para as presas políticas, a Torre das Donzelas e o Pavilhão II. Esses espaços tinham o intuito de apartá-las das presas comuns, em ambos os casos, e dos presos políticos e comuns, no Tiradentes. Dentro desses espaços elas criaram novas formas de socialização e de vida através da figura do coletivo. Era dentro dessa estrutura que elas se dividiam para cuidar do espaço físico e delas próprias: logo, limpavam suas celas, faziam comida, faziam grupos de estudo e leitura, praticavam esportes, assistiam televisão, e discutiam política. Foi através de suas reivindicações que elas conseguiram tornar aquele espaço algo mais próximo delas enquanto indivíduos: no caso do Tiradentes observamos que elas conseguiram aumentar o número de celas dentro da Torre, conseguiram montar uma cozinha e até mesmo controlar o seu próprio tempo, isto é, o seu uso próprio do tempo. No caso do Talavera Bruce, elas conseguiram ocupar totalmente o Pavilhão II após reivindicarem o seu uso somente para elas. Ao mesmo tempo, foram conseguindo livros e itens para organizar seu espaço, torná-lo menos distante da ideia de casa. Também recebiam comida dos familiares e pararam de consumir somente a comida disponibilizada pelo próprio presídio.

Na mesma medida, ambos os espaços tinham limitações físicas bem definidas: a falta de ambulatórios médicos para o atendimento dos presos, a falta de estrutura para o recebimento de presas grávidas (maternidade, principalmente) e até mesmo uma falta de estrutura geral de banheiro. Isso valia tanto para presos comuns quanto para políticos. Qualquer necessidade de saúde que existisse entre elas deveria passar por um pedido de seus advogados para que um médico de fora lhes atendesse, ou para que elas fossem encaminhadas ao hospital penitenciário designado, como era o caso do Talavera Bruce. Toda essa burocracia demorava.

Havia também reclamações em comum: a sensação de solidão talvez fosse a maior delas, mesmo que ao seu redor tivessem outras mulheres na mesma situação. A verdade é que a prisão representa um mundo de privações. Então, esse

tipo de sentimentos e sensações são comuns à experiência prisional. Óbvio que, no caso do Talavera Bruce, considerando que ali havia uma quantidade menor de mulheres, além dos casos daquelas que ficaram isoladas, esse sentimento se sobressai.

De qualquer forma, a utilização da ideia de *resistência* teve papel fundamental em explicar como a vida dessas mulheres se estruturava nesses espaços, e talvez seja o elo que conecta ambas as prisões de forma mais forte e estruturada. Nada ali foi dado ou fácil de ser conseguido, tudo dependeu da articulação delas a partir da sua experiência política prévia e muito jogo de cintura. Dependeu também de embates e diálogos com a direção e os guardas, e de pedidos aceitos pelas Auditorias Militares; isto é, foi fruto de uma conquista diária.

É claro que boa parte das questões aqui citadas também são compartilhadas pelos homens na condição de presos políticos. Por isso, gostaria de chamar atenção, novamente, para as questões tipicamente femininas que aponte nos capítulos anteriores. Tanto o Tiradentes quanto o Talavera Bruce tiveram casos significativos de gravidez durante o confinamento que explicitaram as inúmeras dificuldades que as mulheres viviam neste período. A falta de estrutura para lidar com as necessidades da gestação e da maternidade talvez seja o ponto mais visível dessa experiência. Ao mesmo tempo em que podemos dizer que a experiência das presas políticas era dificultada pela construção prisão enquanto espaço não preparado para receber mulheres, também percebemos que existiam inúmeros riscos de se estar grávida durante a ditadura militar. Eva e Jessie tinham o mesmo medo latente de que algo poderia acontecer com seus bebês. Ilda foi permanentemente marcada pela separação de seus filhos, assim como Rose. Ao mesmo tempo, as entrevistas e os relatos trabalhados aqui mostram como a união de mulheres era muito potente para elas, e como até hoje essa vivência afeta através do afeto suas vidas. Ao mesmo tempo, vimos que presídios femininos não apresentavam a possibilidade de visitas íntimas para as suas detentas, questão encarada como um grande problema aos olhos dos responsáveis pelo sistema prisional. Com isso entendemos que a experiência das presas políticas era diferente dos presos políticos.

Diante de tantas semelhanças, é importante dizer que as duas prisões são diferentes entre si. Para além do fato do Tiradentes ser um presídio misto e o Talavera Bruce ser um presídio feminino por definição, observamos uma experiência certamente *singular* na Torre das Donzelas. Em termos de população carcerária, certamente o Tiradentes como um todo era um presídio muito maior que o Talavera Bruce, mas a Torre também se diferenciava nesse quesito. Enquanto o Pavilhão II do Talavera Bruce tinha um número de presas que variava entre quatro e oito (LEMBRUGER, 1983, p. 46)²⁰⁰, no Tiradentes, esse número girava entre vinte e cinquenta mulheres (KAYANO, 2019; MIRANDA, 2018)²⁰¹. Dessa forma, conseguimos observar um tipo de organização muito mais estruturada na Torre. Elas se dividiam em duplas para limpeza e comida, havia um revezamento bem delimitado e muitas das falas das próprias mulheres trazem essa questão à tona. Talvez pelo número tão elevado fosse necessária uma estruturação muito maior em torno da organização do dia a dia. As diferenças também se diluíam melhor em torno de um grupo tão grande. Nem sempre era necessário que todas participassem das reuniões promovidas e, se uma ou outra não apareciam, não havia grandes questionamentos. No Talavera Bruce isso ficava muito mais visível. Enquanto na Torre há relatos de que preservar a identidade era uma questão difícil diante de uma “*ideologia que cultuava o coletivo*” e “*não se tinha um claro limite entre a esfera do coletivo e a do individual*” (FREIRE; ALMADA; PONCE, 1997, p. 338-9), no Talavera Bruce as discordâncias de Inês Etienne Romeu (e aquelas que a acompanhavam) ficavam muito mais claras para as próprias presas e para uma pessoa que observasse do exterior.

Havia também mais oportunidades de momentos de “subversão” (para utilizar esta palavra tão mobilizada de forma verdadeiramente subversiva), como relata Rioco Kayano:

Fazíamos uma verdadeira operação de guerra para introduzir clandestinamente bebida alcoólica no presídio. Passei a dica às minhas irmãs e uma vez elas trouxeram meia dúzia de garrafas de água mineral: a maior parte dos recipientes plásticos continha pinga (branquinha, de boa qualidade) injetada com

²⁰⁰ AEL, Fundo Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), BR SPAEL CBA, regime carcerário pronunciamentos presos políticos, “Depoimento sobre a mulher encarcerada”, P039, 1978-1985, p. 22.

²⁰¹ Documento BR SP APESP DEOPS n. SS SS50Z141_001, Arquivo Público do Estado de São Paulo que lista as mulheres sob salvaguarda das Auditorias Militares.

seringa. Chegamos a promover sessões de “bebedeira” altas horas da madrugada. Acho que esse tipo de “desvio” não era feito com o conhecimento de todo o coletivo. (...) Para mim, a curtição maior era driblar a repressão, era a sensação de vitória, de me sentir mais perto dos prazeres do mundão (FREIRE; ALMADA; PONCE, 1997, p. 337).

Não era somente isso, contudo. Como procurei estabelecer, havia realmente uma potência da união das mulheres dentro do Tiradentes que pode ser representada pelos momentos de debates sobre o corpo feminino, por todo o preparo que elas tiveram para o nascimento da filha de Eva (que acabou não acontecendo na prisão), e até mesmo pela despedida tão emocionada de suas companheiras com *Suíte dos Pescadores* e o hino da Internacional Comunista. A fala de Eleonora Menicucci que reproduzi no capítulo da Torre das Donzelas sobre os laços de amizade que de lá saíram também é um bom exemplo dessa experiência singular que elas viveram. A própria Eleonora mesma foi Ministra-chefe da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres Ministra-chefe da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres entre 2012 e 2015, a convite de Dilma. É curioso perceber como todos os relatos da Torre que me foram concedidos foram ditos com um sorriso no rosto, ressaltando inúmeros aspectos positivos que viveram lá a partir da convivência diária umas com as outras. Os documentos históricos não transparecem essa potência, muito menos essa minha dissertação, mas é certo que a união delas tornou aquele momento menos árduo e mais vivo.

Antes de terminar, é importante fazer a ressalva mais uma vez de que as experiências das presas políticas narradas neste trabalho eram completamente diferentes das presas comuns que habitavam nos mesmos presídios, fosse por apenas algumas horas (como era um dos casos das correccionais, ou *corrós*), seja cumprindo uma pena completa. As próprias presas políticas observavam de forma clara essas diferenças. Sobre isso, as mulheres do Talavera Bruce escreveram uma carta intitulada “*Depoimento sobre a mulher encarcerada*”, divulgada pelo CBA, que retratava sua vivência com essas mulheres a partir das inúmeras tentativas de romper as barreiras existentes entre elas:

Num presídio feminino a opressão da sociedade patriarcal se torna caricata. Embora não haja – pelo menos na atual gestão – a violência física comum nos presídios masculinos, a Penitenciária de Bangu é um dos presídios mais repressivos do

sistema penitenciário. Não há nenhum respeito pelas mulheres encaradas como “mulheres da vida” que devem ser transformadas em “mulheres direitas”. São tratadas muito mais com desprezo e com muito mais perseguição do que os homens em cumprimento de pena. (...) essas 170 mulheres são vigiadas dia e noite, sujeitas a contínuos vexames e punições, inclusive por motivos extra regulamentares, que dependem da idiossincrasia do diretor em exercício²⁰².

Percebe-se que elas entendiam a diferença entre os dois grupos, e observavam bem o cotidiano de vexames, punições exacerbadas e desmandos que as presas comuns sofriam. Essa situação, contudo, não se alterou tanto assim nos dias de hoje. As mulheres encarceradas nos mais diversos presídios ao redor do país continuam a sofrer expiações do mesmo tipo, lidando com espaços que não têm a mínima salubridade ou limpeza, e com toda uma estrutura que não tem condições básicas de recebê-las²⁰³. Por isso, é tão importante que sigamos estudando as prisões, a fim de elucidar esses tratamentos desproporcionais e desumanos e tentando entender historicamente essa instituição.

Por fim, gostaria de terminar o trabalho fazendo referência ao poema *As prisões – I*²⁰⁴, escrito pelo militante Alex Polari de Alverga, condenado duas vezes à prisão perpétua, e encarcerado em diversas prisões (dentre elas Ilha Grande, Fortaleza de Santa Cruz, quartéis da Vila Militar e Presídio Milton Dias Moreira) durante a década de 1970. Ele diz:

As prisões são assim:
cinzentas e sem sentido,
Nosso espaço e nosso tempo
têm muitos metros quadrados
e poucos mitos
nossos corpos
têm uma administração
carcerária.

Contra nossas vozes
há muros
contra nossa liberdade,

²⁰² AEL, Fundo Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), BR SPAEL CBA, regime carcerário pronunciamentos presos políticos, “Depoimento sobre a mulher encarcerada”, P039, 1978-1985, p. 12.

²⁰³ A utilização de miolo de pão como absorvente é apenas um dos muitos exemplos das condições nas quais as mulheres vivem dentro dos presídios brasileiros (In: QUEIROZ, Nana. *Presos que menstruam: a brutal vida das mulheres – que são tratadas como homens – nas prisões brasileiras*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2015).

²⁰⁴ ALVERGA, Alex Polari de. *Inventário de Cicatrizes*. Brasil: Comitê Brasileiro Pela Anistia/RJ e Teatro Ruth Escobar, 1978, p. 38.

guaritas,
contra nossos lamentos
há murros
e às vezes regulamentos,
dependendo da conjuntura.

O que será a prisão além desse conjunto de elementos? Sua vida, de fato, está representada por aqueles que a habitam: presas e presos, guardas, administração carcerária. Não fosse isso, seria apenas um amontoado de paredes cinzentas. Por esse motivo, é importante elucidar os indivíduos que fazem parte de sua história e pensar que ainda há muito o que se estudar em relação a eles, tanto quanto há muito o que se melhorar em relação às condições que lhes são ofertadas (considerando que a construção *prisão* também é algo a ser repensado dentro das possibilidades que o presente nos dá e o futuro projeta). O protagonismo deste trabalho, que foi das presas políticas da ditadura militar brasileira e sua história, repleta de silenciamentos e esquecimentos, representa apenas uma parte deste grande quebra-cabeça que ainda estamos montando. Gostaria de finalizar esta dissertação, portanto, aludindo à necessidade de, cada vez mais, produzirmos trabalhos que retratem a história dos indivíduos dentro dessas instituições.

6.

Bibliografia

AGUIRRE, Carlos. **Cárcere e sociedade na América Latina, 1800-1940**. In: MAIA, Clarissa Nunes; SÁ NETO, Flávio de; COSTA, Marcos; BRETAS, Marcos Lui (Orgs.). *História das Prisões no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco vol. 1, 2009.

ALIGHIERI, Dante. **A Divina Comédia**. São Paulo: Editora 34, 2016.

ALVAREZ, Sonia E. **Engendering Democracy In Brazil**: women's movements in politics. New Jersey: Princeton University Press, 1990.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1985.

ANDRESEN, Sophia de Mello Breyner. Poesia e Revolução. In: _____. **O Nome das Coisas**. 1. ed. Lisboa: Moraes Editores, 1977, p. 77-80.

ARQUIDIOCESE de São Paulo. **Brasil: Nunca Mais**. 2a ed., Petrópolis: Vozes, 1985.

BARETTA, Jocyane Ricelly. **Por uma arqueologia feminista da Ditadura no Brasil (1964-1985)**. Revista de Arqueologia, v. 30, n. 2, 2017, pp. 8-34.

BEARD, Mary. A voz pública das mulheres. In: _____. **Mulheres e Poder: um manifesto**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2018, pp. 13-54.

BORGES, Viviane Trindade. **O Patrimônio Cultural e as Prisões**: apagamentos e silenciamentos. História: Questões e Debates, Curitiba, v. 65, n. 1, 2017, pp. 285-303.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001. p. 54-55.

BRASIL. **Relatório Final**. Brasília: Comissão Nacional da Verdade, 2014, v. 1.

_____. **Relatório Final**. Brasília: Comissão Nacional da Verdade, 2014, v. 1.

BURKE, Peter. História como memória social. In: **Variedades de História Cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 67-90.

CARVALHO, Luis Maklouf. **Mulheres que foram à luta armada**. São Paulo, Globo, 1998.

CASTELO BRANCO, Guilherme. **As resistências ao poder em Michel Foucault**. Trans/Form/Ação, Marília, v. 24, n. 1, p. 237-248, 2001. Disponível

em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31732001000100016&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 mai. 2020.

CAULFIELD, Sueann; SCHETTINI, Cristiana. Gender and Sexuality in Brazil since Independence. In: **The Oxford Research Encyclopedia of Latin American History**, ed. William Beezley. New York: Oxford University Press, 2017.

CHAZKEL, Amy. **Uma perigosíssima lição**: A Casa de Detenção do Rio de Janeiro na Primeira República. In: MAIA, C., NETO, F.S., COSTA, M., BRETAS, M. História das Prisões no Brasil. Rio de Janeiro, 2017, vol. 2.

CODARIN, Higor. **O MR-8 na Luta Armada**: as armas da crítica e a crítica das armas. São Paulo: Alameda, 2019a.

CODARIN, Higor. **Entre o individual e o coletivo**: uma análise acerca da trajetória de Vera Sílvia Magalhães e José Roberto Spiegner na esquerda armada brasileira (1966-1970). PLURAL, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v.26.2, ago./dez., 2019b, p. 340-362.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças. **Gênero, Militância e Memória**. In: AZAMBUJA, Mariana Porto Ruwer de; JAEGER, FERNANDA PIRES; STREY, Marlene Neves (orgs.). Violência, Gênero e Políticas Públicas. Porto Alegre: EDIPUC-RS, 2004, pp. 45-62.

COLOMBO, Roberta Andréa dos Santos. **Cadernos do CNLF**, Vol. XV, Nº 5, t. 1. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2011, p. 105-115.

COLLING, Ana Maria. **A Resistência da Mulher à Ditadura Militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO “RUBENS PAIVA”. **Infância Roubada**: crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil. São Paulo: ALESP, 2014.

COWAN, Benjamin. **The Secret History of Subversion**: Sex, Modernity and the Brazilian National Security State. PhD diss., UCLA, Los Angeles, 2010.

_____. **Securing Sex**: Morality and Repression in the Making of Cold War Brazil. 1. ed. North Carolina: The University of North Carolina Press, 2016.

D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (orgs.). **Ernesto Geisel**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 1997.

FERREIRA, Elizabeth Fernandes. Xavier. **Mulheres, Militância e Memória**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas Editora, 1996.

FICO, Carlos. **Versões e Controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 24, no 47, 2004, p. 29-60.

_____. Espionagem, Polícia Política, Censura e Propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. O Brasil Republicano**, v. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, pp. 167-205.

FIGUEIREDO, Jader. **Relatório Figueiredo**. Brasília: Procuradoria da República, 1968. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/dados-da-atuacao/grupos-de-trabalho/violacao-dos-direitos-dos-povos-indigenas-e-registro-militar/docs-1/relatorio-figueiredo/relatorio-figueiredo.pdf>>. Acesso em: 10 mai. 2020.

FOUCAULT, Michel. **A Verdade e as Formas Jurídicas**. Rio de Janeiro: Editora Nau, 2005.

_____. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1977.

FRAENKEL, Roberta; LIMA, Luiz Gustavo Carneiro de Carvalho; BARRETTO, Fábio Amado de Souza. **Relatório de visita à unidade prisional, Penitenciária Talavera Bruce, 07 de dezembro de 2015**. Disponível em: <<http://www.defensoria.rj.def.br/uploads/arquivos/39207a2ac9c947a58abc753edec0b3b3.pdf>>. Acesso em 25 mai. 2020.

FREIRE, Alípio; ALMADA, Izaías; PONCE, Granville (orgs.). **Tiradentes, um presídio da ditadura**. São Paulo: Scipione Cultural, 1997.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar, escrever, esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2006.

GIANORDOLI-NASCIMENTO, Ingrid et al. **Mulheres e Militância: Encontros e confrontos durante a ditadura militar**. Belo Horizonte. Ed. Humanitas/ UFMG, 2012.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. Trad. de Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. 7ª ed. Tradução de Dante Moreira Leite. São Paulo: Editora Perspectiva, 2007.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada**. 5ª ed. São Paulo: Expressão Popular/Perseu Abramo, 2014.

GREEN, James. **“Quem é o macho que quer me matar?”: Homossexualidade masculina, masculinidade revolucionária e luta armada brasileira dos anos 1960 e 1970**, 2012. Disponível em: <<http://www.corteidh.or.cr/tablas/r33222.pdf>>.

GUEVARA, Ernesto Che. A guerra de guerrilhas. In: **Obras completas**. São Paulo: Edições Populares, 1981, vol 9.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 2006.

JOFFILY, Mariana. **Violências sexuais nas ditaduras da AL: quem quer saber?**. SUR, São Paulo, v. 13, n. 24, p. 165-176, 2016. Disponível em: <<https://sur.conectas.org/violencias-sexuais-nas-ditaduras-da-al-quem-quer-saber/>>. Acesso em: 15 abr. 2020.

_____. **O aparato repressivo: da arquitetura ao desmantelamento**. In: AARÃO REIS, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto de Sá (Orgs.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

KALLÁS, Ana Lima. **A repressão aos trabalhadores na ditadura a partir das contribuições da história social do trabalho: uma leitura do relatório final da CNV**. Tempos Históricos, v. 21, 2º semestre de 2017, p. 525-557.

LANGLAND, Victoria. **Speaking of Flowers: student movements and the making and remembering of 1968 in Military Brazil**. Durham: Duke University Press, 2013.

LAQUEUR, Thomas W. **Da linguagem e da carne**. In: **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Unicamp, 1997.

LE GOFF, Jacques. **The Birth of Purgatory**. England: Scholar Press, 1990.

LEITE, Isabel Cristina. **Fragmentos da vida de Inês Etienne Romeu: o encarceramento no presídio Talavera Bruce**. Revista do Arquivo Geral da cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, n. 16, 2019, p. 277-300.

LEMGRUBER, Julita. **Cemitério dos Vivos: análise sociológica de uma prisão de mulheres**. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

LIMA, Sérgio Miranda de. **O presídio e o regime militar nas memórias de Mário Lago, ou melhor, do companheiro de Pádua**. In: XII Encontro Regional de História da ANPUH-RJ, 2006. Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: ANPUH, 2006, pp. 1-8.

LOUREIRO, Bárbara Nunes Alves; MAEDA, Bianca Izumi; SIMINI, Fabio Villani. **Memória e Espaço: a inserção dos presos políticos nos presídios do Estado do Rio de Janeiro**. In: XIII Encontro de História da ANPUH-Rio, 2008. Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: ANPUH, 2008, pp. 1-5.

LOUREIRO, Barbara Nunes Alves. **Milton Dias Moreira: Memórias de um presídio político**. In: Encontro Regional Sudeste de História Oral, 2007. Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: VII Encontro Regional Sudeste de História Oral, 2007.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

LUGONES, María. **Rumo a um feminismo descolonial**. In: Estudos Feministas, Florianópolis, v. 22, n. 3, jan. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755>. Acesso em: 10 dez. 2018.

MALLART, Fábio. **Cadeias Dominadas: a Fundação CASA, suas dinâmicas e as trajetórias dos jovens internos**. São Paulo: Terceiro Nome, 2014.

MATTHEWS, Jill Julius. **Good and Mad Women: the historical construction of femininity in twentieth-century Australia**. Australia: George Allen & Unwin, 1984.

MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi Leme de. **Em nome da segurança nacional: os processos da Justiça Militar contra a Ação Libertadora Nacional (ALN), 1969-1979**. Mestrado em História, USP, São Paulo, 2002.

MECANISMO ESTADUAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA DO RIO DE JANEIRO (MEPCT/RJ). **Penitenciária Talavera Bruce**. Disponível em: http://www.cartografiasdaditadura.org.br/files/2014/03/talavera-bruce_final_f.pdf. Acesso em: 26 nov. 2018.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **História oral testemunhal, memória oral e memória escrita e outros assuntos: Entrevista**. Revista História Agora, São Paulo, 2010.

MELLO, João Manuel Cardoso de; NOVAIS, Fernando A. **Capitalismo Tardio e Sociabilidade Moderna**. In: NOVAIS, Fernando A (Coord.); SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). História da Vida Privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MERLINO, Tatiana.; OJEDA, I. (Org.). **Direito à memória e à verdade: luta, substantivo feminino**. São Paulo: Caros Amigos; Brasília: Secretaria Especial de Política para Mulheres: Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, 2010.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. Cidadania no Feminino. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). **História da Cidadania**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2003, p. 497.

NARVAZ, Martha; NARDI, Henrique Caetano. **Problematizações feministas à obra de Michel Foucault**. Rev. Mal-Estar Subj., Fortaleza, v. 7, n. 1, p. 45-70, mar. 2007. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482007000100005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 21 jul. 2020.

NEVES, Deborah. **Edifícios da(e) Repressão: a construção dos sentidos sociais através da patrimonialização Maria Antônia, Arco Tiradentes, El Olimpo e**

Club Atlético. Anais do XXI Encontro Estadual de História –ANPUH-SP - Campinas, setembro, 2012. In: Encontro Estadual de História: trabalho, cultura e memória. Campinas, 2006. Anais... Campinas: ANPUH-SP, 2006.

NOREK, Ayssa Yamaguti. **Clausura e Gênero:** fotografia do debate sobre o encarceramento de presos políticos durante a ditadura militar (1964-1985). In: XVIII Encontro de História da Anpuh-Rio: História e Parceria. Rio de Janeiro, 2018. Anais... Rio de Janeiro: ANPUH, 2018.

_____. **Memórias do enclausuramento:** presas políticas, gênero e clausura (1968-1979). Periodicus – Revista de Estudos Indisciplinares em Gêneros e Sexualidades. Bahia, v. 1, n. 12, 2019.

_____. **Uma estação no círculo do inferno:** o olhar de gênero sobre o encarceramento de presas políticas no Instituto Penal Talavera Bruce (1970-1979). Projeto de Mestrado. In: IV Semana Discente do IESP-UERJ. Rio de Janeiro, 2018. Anais... Rio de Janeiro: IESP-UERJ, 2018.

PADOVANI, Natália Corazza. **Sobre casos e casamentos:** afetos e “amores” através de penitenciárias femininas em São Paulo e Barcelona. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Universidade Estadual de Campinas, 2015.

PEREIRA, Anthony. **Ditadura e Repressão:** o autoritarismo e o Estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

PERROT, Michelle. **Os Excluídos da História:** operários, mulheres e prisioneiros. São Paulo: Paz e Terra, 2017.

_____. **Minha História das Mulheres.** São Paulo: Contexto, 2012.

PINSKY, Carla Bassanezi. **Mulheres dos Anos Dourados.** São Paulo: Contexto, 2014.

PROGRAMA LUGARES DA MEMÓRIA. **Presídio Tiradentes.** Memorial da Resistência de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: http://www.memorialdaresistencia.org.br/memorial/upload/memorial/bancodedados/130740251278039152_192_PRESIDIO_TIRADENTES.pdf. Acesso em: 26 nov. 2018.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento e Silêncio.** Rio de Janeiro: Editora Vértice, 1989a.

_____. **Memória, Esquecimento e Silêncio.** Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989b, pp. 3-15.

QUADRAT, Samantha Viz; GÓIS, João Bôsko Hora. **Militância Política e Gênero na Ditadura Militar:** uma entrevista com Jessie Jane Vieira de Souza. Gênero, Niterói, v. 8, n. 2, pp. 23-41, 2008.

RAMOS, Jovelino; UCHÔA, Pedro Celso (Coord.). **Memórias do exílio:** Brasil:1964-1977. Lisboa: Editora Arcádia, 1976.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura Militar:** esquerdas e sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2000.

RIBEIRO, Flavia Maria Franchini. **Memórias dos Cárceres:** breve análise comparativa entre os relatos de presos políticos no Estado Novo e na Ditadura Militar. 2010. Disponível em: < www.ufjf.br/virtu/files/2010/artigo-7a20.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2018.

RIBEIRO, Maria Cláudia Badan. **Mulheres na Luta Armada:** protagonismo feminino na ALN (Ação Libertadora Nacional). São Paulo: Alameda, 2018.

RIO DE JANEIRO (ESTADO). Comissão da Verdade do Rio. **Relatório/Comissão da Verdade do Rio.** – Rio de Janeiro: CEV-Rio, 2015.

ROSA, Susel Oliveira da. **Mulheres, Ditaduras e Memória:** “não imagine que precise ser triste para ser militante”. São Paulo: Intermeios; Fapesp, 2013.

SANTOS, Rodrigo da Fonseca Vieira Justen dos. **Memória e Espaço Prisional:** a experiência de ex-prisioneiras políticas do Instituto Penal Talavera Bruce (1970-1979). 63 páginas. Monografia - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UniRio). Rio de Janeiro, 2007.

SANTOS, Rodrigo da Fonseca Vieira Justen dos. **Memória e Informação:** ex-prisioneiras políticas e espaço prisional. In: XII Encontro Regional de História da ANPUH- RJ, 2006. Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: ANPUH, 2006, pp. 1-8.

SCELZA, Maria Fernanda Magalhães. **Companheiros, camaradas e amigos:** memórias de ex- militantes políticos e a formação do Partido da Ilha das Flores (1968-1973). Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009, 158 páginas.

_____. **Entre o controle e a resistência:** o Presídio da Ilha das Flores como espaço de luta e afirmação de identidade de ex-prisioneiros políticos. In: XXIV Simpósio Nacional de História da Associação Nacional de História – ANPUH, 2007. São Leopoldo. Anais... São Leopoldo: ANPUH, 2007.

SCOTT, Joan W. **Gender:** A Useful Category of Historical Analysis. The American Historical Review, vol. 91, no 5, dez. 1986, pp. 1053-1075. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/1864376>. Acesso em: 20 jul. 2017.

_____. **História das Mulheres.** In: BURKE, Peter (org.). A Escrita da História: novas perspectivas. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

_____. **A Invisibilidade da Experiência**. Proj. História, São Paulo (16), fev. 1998.

SIMÕES, Solange de D. **Deus, pátria e família: as mulheres no golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1985.

SOARES, Barbara Musumeci; SILVA, Iara Ilgenfritz da. **Prisioneiras: vida e violência atrás das grades**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SOIHET, Rachel. **História, mulheres, gênero: contribuições para um debate**. In: AGUIAR, Neuma (org.). **Gênero e Ciências Humanas: desafios às ciências desde a perspectiva das mulheres**. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997, p. 101.

SOUZA, Jheuren Karoline Costa de. **Mulheres indígenas e ditadura militar brasileira**. Espaço Ameríndio, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 343-363, jul./dez. 2018.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

STRATHERN, Marilyn. **O gênero da dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006.

SILVA, Angela Moreira Domingues. **Ditadura e Justiça Militar no Brasil: a atuação do Superior Tribunal Militar (1964-1980)**. Tese de Doutorado - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2011, 222 páginas.

SUSSEKIND, Elizabeth. **Estratégias de Sobrevivência e de Convivência nas Prisões do Rio de Janeiro**. Tese de Doutorado - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2014, 380 páginas.

TELES, Janaína de Almeida. **Ditadura e Repressão: locais de recordação e memória social na cidade de São Paulo**. Lua Nova, São Paulo, 96: 191-220, 2015.

THOMPSON, Edward P. **A Formação da Classe Operária Inglesa**, v. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **A Miséria da Teoria: ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, Paul. **História e Comunidade**. In: **A Voz do Passado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a História**. Foucault Revolucionaria a História. Brasília: Editora UNB, 1998.

WOLFF, Cristina Scheibe. **Feminismo e configurações de gênero na guerrilha:** perspectivas comparativas no Cone Sul, 1968-1985. Rev. Bras. Hist., São Paulo, v. 27, n. 54, p. 19-38, Dec. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882007000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 19 jun. 2020.

7.

Fontes

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ)

Fundo Polícias Políticas

Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP)

Fundo DEOPS

Arquivo Edgard Leuenroth (Unicamp)

Coleção Comitê Brasileiro de Anistia (CBA)

Coleção Jessie Jane (1970-1976)

Biblioteca Nacional

Jornal do Brasil

Diário de Notícias

Acervo *Online* O Globo

Jornal O Globo

Entrevistas da autora

COSTA, Maria Aparecida. Entrevista. 06 ago. 2019.

KAYANO, Rioco. Entrevista concedida à autora no dia 07 de agosto de 2019.

LOPES, Margarida Maria do Amaral. Entrevista. 22 fev. 2019.

MAGALHÃES, Priscila Melillo de. Entrevista. 21 nov. 2018.

MIRANDA, Ana Bursztyn. Entrevista. 13 nov. 2018, 30 nov. 2018 e 07 dez. 2018.

REZNIK, Rosane. Entrevista concedida à autora no dia 08 de julho de 2018.

REZNIK, Ziléa. Entrevista concedida à autora no dia 02 de julho de 2019.

SKAZUFKA, Eva. Entrevista concedida à autora no dia 06 de agosto de 2019.

VASCONCELOS, Lúcia Maria Murat de. Entrevista. 19 fev. 2019.

Entrevistas Memorial da Resistência

LOPES, Margarida Maria do Amaral. **Entrevista sobre militância, resistência e repressão durante a ditadura civil-militar.** Memorial da Resistência de São Paulo, entrevista concedida a Luiza Giandalia e Desirée Azevedo em 11/08/2016.

NOGUEIRA, Rosemeire. **Entrevista realizada para exposição de longa duração do Memorial da Resistência inaugurada em 2009.** Memorial da Resistência de São Paulo, entrevista concedida a Kátia Felipini em 02/11/2008.

OLIVEIRA, Eleonora Menicucci de. **Entrevista sobre militância, resistência e repressão durante a Ditadura Civil-Militar.** Memorial da Resistência de São Paulo, entrevista concedida a Luiza Giandalia e Julia Gumieri em 16/05/2018.

ROUSSEFF, Dilma Vana. **Entrevista sobre militância, resistência e repressão durante a Ditadura Civil-Militar.** Memorial da Resistência de São Paulo, entrevista concedida a Luiza Giandalia e Julia Gumieri em 28/05/2018.

SKAZUFKA, Eva Teresa. **Entrevista sobre militância, resistência e repressão durante a ditadura civil-militar.** Memorial da Resistência de São Paulo, entrevista concedida a Luiza Giandalia e Desirée Azevedo em 20/05/2016.

Comissão Nacional da Verdade

Beloque, Leslie Denise. **Testemunho concedido à Comissão Nacional da Verdade (CNV),** 3 dez. 2013.

SOUZA, Dulce Maia. **Depoimento concedido a Glenda Mezarobba e Raíssa Wihby Ventura, dentro do exercício da Comissão Nacional da Verdade (CNV).** São Paulo, 24 de fevereiro de 2014.

Filmografia

TORRE DAS DONZELAS. Dir. Susanna Lira, Brasil, 2018, 97 minutos. Globo Play.

TORRE. Dir. Nádia Mangolini, 2017, 18 minutos. Disponível: <
<https://vimeo.com/232520243>>. Acesso em: 27 set. 2019.

8.

Anexos

Presas políticas do Instituto Penal Talavera Bruce
Abigail Paranhos
Ângela Seixas
Dorma Tereza de Oliveira
Dulce Chaves Pandolfi
Elza Maria Parreira Lianza
Emília Silveira
Estrella Dalva Bohadana
Iná Meirelles
Inês Etienne Romeu
Isabel de Carvalho
Jessie Jane Vieira de Souza
Lílian Rose Ulup
Lúcia Maria Murat de Vasconcelos
Márcia Cândida Souza Gouveia
Marcia Savaget Fiani
Maria Auxiliadora Lara Barcelos
Maria Cândida Souza Gouvêia
Maria Cecília Wetten
Maria Cristina de Oliveira Ferreira
Maria de Fátima Martins Pereira
Maria Luiza Araújo
Marijane Vieira Lisboa
Marli Machado
Marta Maria Klagsbrunn
Martha Mota Lima Alvares
Norma Sá Pereira
Priscila Melilo Magalhães
Rosalice Fernandes
Rosalina Santa Cruz
Rosane Reznik
Solange Lourenço Gomes
Solange Maria Santana
Sônia Hinds
Sônia Maria Goulart Salles
Tania Fayal

Vanda Cosetti
Zenaide Machado
Ziléa Reznik
Maria Luísa Garcia Rosa

Presas políticas do Presídio Tiradentes
Ana Bursztyn Miranda
Ana Maria Aratangy
Ana Mércia Marques da Silva
Áurea Moretti
Darci Miyaki
Dilma Vana Rousseff
Dulce Maia
Eleonora de Oliveira Soares
Elza Lobo
Estrella Dalva Bohadana
Estrella Dalva Bohadana
Eva Teresa Skazufka
Fanny Akselrund de Seixas
Guiomar Silva Lopes
Iara Glória Areias Prado
Ieda Akselrud Seixas
Ilda Martins da Silva
Janice Theodoro da Silva
Leane Ferreira de Almeida
Leia Schaucher
Lenira Machado
Leslie Denise Beloque
Lucia Salvia Coelho
Marcia Celeste Martins
Márcia Mafra
Margarida Maria do Amaral Lopes
Maria Aparecida Costa
Maria Aparecida dos Santos
Maria de Lourdes Rego Melo
Maria Luiza Belloque
Marlene de Souza Soccas
Nadja Leite
Nair Benedicto
Nair Yumiko Kobashi
Rita Sipahi

Robêni Baptista da Costa
Rose Clauset Nogueira
Sirlene Bendazzoli
Suzete Motta Augusto
Telinha Pimenta
Vilma Barban
Zilá Prestes Pra-Baldi